



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA POLÍTICA**

**DIÁLOGO DAS TESES DO SUBDESENVOLVIMENTO DE ROSTOW,
NURKSE E MYRDAL COM A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DE
CELSO FURTADO**

RAFAEL GONÇALVES GUMIERO

SÃO CARLOS

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA POLÍTICA**

**DIÁLOGO DAS TESES DO SUBDESENVOLVIMENTO DE ROSTOW,
NURKSE E MYRDAL COM A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DE
CELSO FURTADO**

RAFAEL GONÇALVES GUMIERO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: PROF^a. DR^a. VERA
ALVES CÊPEDA

SÃO CARLOS

2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

G974dt

Gumiero, Rafael Gonçalves.

Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado / Rafael Gonçalves Gumiero. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

144 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Ciência política. 2. Planejamento. 3. Industrialização. 4. Países periféricos. I. Título.

CDD: 320 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Rafael Gonçalves Gumiero

03/03/2011

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa
Universidade de São Paulo/USP

Prof. Dr. Milton Lahuerta
Universidade Estadual Paulista/UNESP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 03/03/2011.

Banca Examinadora:
Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa
Prof. Dr. Milton Lahuerta

Homologado na CPG-PPGPOL na
_____ª. Reunião no dia ___/___/____.

Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Coordenador do PPGPOL

”Entro no meu tema, portanto, reconhecendo a complexidade da questão e acossado pelo desafio que ela representa. De fato, quando imaginava qual poderia ser um comentário consistente a “por que pensar o Brasil?”, o primeiro argumento que me veio à mente foi – porque se não o fizermos ninguém o fará.”

Gildo Marçal Brandão – Linhagens do pensamento político Brasileiro

AGRADECIMENTOS

Aproveito este espaço para relembrar as contribuições que obtive durante a produção deste trabalho. Acredito que a minha dedicação, às vezes até obsecante, neste trabalho tenha me trazido benefícios e estes benefícios tenham me custado em certas ocasiões minha ausência, até mesmo com meus entes mais queridos. Contudo, é inigualável o apoio que recebi das pessoas próximas de mim nessa jornada, aproveito este espaço para demonstrar minha gratidão.

Em primeiro lugar agradeço ao apoio e confiança em meu trabalho do meu pai, Amélio Gumiero e da minha mãe, Sônia Maria Gonçalves Gumiero. Em grande medida a realização deste trabalho deve-se ao apoio deles.

Ao reencontro de antigas amigas Lourenço, Daniel, Fernando e a convivência com elas. As novas amigas feitas em São Carlos Eduardo, Alberto, José Antônio, Bruno, Talles, Paula, Kelvin, Rafael que estiveram acompanhando meu trabalho durante estes anos.

As longas, e na maioria das vezes irreverentes conversas com meus companheiros da Pós-graduação em Ciência Política Fabrícia, Aline, Daniel Miranda, Daniel Laporta, Saulo, Gustavo.

Particularmente agradeço, a minha orientadora professora Vera Cepêda além da amizade, pela sua receptividade e contribuição nas etapas de construção do trabalho e por ter me apresentado este excepcional intelectual e homem, Celso Furtado.

Aos funcionários da instituição, agradeço na pessoa da secretária da Pós-graduação em Ciência Política, Claudia, que mesmo em suas tarefas burocráticas, sempre me atendeu com enorme atenção e prontidão.

A Aline Almeida por ter aparecido em minha vida em um momento tão importante. Obrigado por ser meu ponto de equilíbrio e sempre renovar as minhas forças para que eu possa seguir em frente, agradeço seu enorme companheirismo e seu carinho.

Ao Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICF) por ter financiado esta pesquisa.

Muito obrigado!

RESUMO

O período posterior ao fim da I Guerra Mundial e a crise de 1929 introduz (a partir da crítica ao modelo econômico liberal e o surgimento das estratégias de desenvolvimento planejado e da alternativa keynesiana da regulação econômica) um novo problema de investigação: o tema do atraso e da condição de subdesenvolvimento. Em termos da literatura mundial, esta problemática foi trabalhada de maneira original e vigorosa por Ragnar Nurkse em “*Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos*”, por Rostow em “*Etapas do desenvolvimento Econômico*”, e por Gunnar Myrdal em “*Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*”. Estes trabalhos e autores não apenas foram bem recebidos pela intelligentsia nacional-desenvolvimentista, como influenciaram fortemente a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. Nesta pesquisa são dois os objetivos buscados: 1) identificar no diálogo estabelecido entre os argumentos de Rostow, Nurkse e Myrdal a concordância, guardadas as suas devidas proporções na obra de Furtado (autor fundamental na compreensão da questão do desenvolvimentismo dos anos 50/60); 2) analisar de que maneira essa influência foi recebida, apropriada e ressignificada segundo as perspectivas de Furtado na formulação da Teoria do Desenvolvimento para o planejamento industrial brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: subdesenvolvimento; desenvolvimento; dualismo estrutural.

ABSTRACT

The period after the end of First World War and the crisis of 1929 introduces (from the critical to the liberal economic model and the emergence of strategies planned development and alternative Keynesian of economic regulation) a new investigation problem: the issue of delay and the condition of underdevelopment. In terms of world literature, this problem has been worked in an original and vigorous way by Ragnar Nurkse in "*Problems of capital formation in underdeveloped countries*", by Rostow in "*Stages of Economic Development*", and Gunnar Myrdal in "*Economic Theory and Regions Underdeveloped*". These works and authors were not only well received by the national-developmentalists intelligentsia, as strongly influenced the theory of underdevelopment of Celso Furtado. This research has two objectives: 1) identify in the dialogue established between the arguments of Rostow, Nurkse and Myrdal agreement, kept their proper proportions in the work of Furtado (fundamental author in understanding the developmental question of the years 50/60); 2) to analyze how this influence has been received, appropriate and resignified according to perspectives of Furtado in the formulation of development theory for the Brazilian industrial planning.

KEY-WORDS: underdevelopment; development; structural dualism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - A GÊNESE DA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO	21
<u>1.1 O despertar para a questão da pobreza</u>	22
<u>1.2 As conseqüências da Crise de 1929 para o pensamento econômico brasileiro</u>	31
<u>1.3 Trânsito de idéias: do centro capitalista para a periferia capitalista</u>	34
CAPÍTULO 2 - A TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO INTERPRETADA PELO CENTRO CAPITALISTA	40
<u>2.1. A “decolagem” como alternativa para o crescimento econômico</u>	42
2.1.2. Sociedades em atraso econômico	48
2.1.3. Propostas para superar a estagnação econômica em sociedades atrasadas	49
<u>2.2. A gaiola de ferro do “círculo vicioso da pobreza”</u>	52
2.2.1. O bloqueio do desenvolvimento pela pequenez do mercado interno em países subdesenvolvidos	55
2.2.2. Propostas para romper o “círculo vicioso da pobreza”	59
<u>2.3. O método da causação circular acumulativo</u>	61
2.3.1. Os efeitos regressivos do “círculo vicioso” em países subdesenvolvidos	65
2.3.2. O círculo vicioso também atua do lado dos efeitos progressivos nos países subdesenvolvidos	69
<u>2.4. Balanço das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal</u>	71
CAPÍTULO 3 - A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO	76
<u>3.1. O subdesenvolvimento na periferia - América Latina</u>	79
3.1.1 O subdesenvolvimento na formação da estrutura brasileira	80
3.1.2. O dualismo estrutural	87
3.1.3. Democracia e reformas políticas como subsídios para o desenvolvimento	91
3.1.4. Uma possível via para o desenvolvimento	94
<u>3.2. Balanço da primeira fase do pensamento de Furtado</u>	96
CAPÍTULO IV - COMPARAÇÃO DAS TESES DO SUBDESENVOLVIMENTO DO CENTRO CAPITALISTA COM A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO	101
<u>4.1. A tese da decolagem realmente permite aos países subdesenvolvidos alçar vôo?</u>	103
<u>4.2. Choque de idéias. A releitura do antigo debate teórico.</u>	113
<u>4.3. O subdesenvolvimento, enquanto questão política</u>	121

CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação das obras sobre o subdesenvolvimento produzidas nos anos 1929-1964	38
Tabela 2 – Patamar de desenvolvimento das nações	47
Tabela 3 – Distribuição da renda mundial em 1949	54
Tabela 4 – Comparação das teses do subdesenvolvimento	75
Tabela Comparativa 5 – Celso Furtado e Walt Rostow	112
Tabela Comparativa 6 – Celso Furtado e Ragnar Nurkse	120
Tabela comparativa 7 – Celso Furtado e Gunnar Myrdal	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Esquema da Causação Circular (acumulativa)

67

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é identificar, no diálogo estabelecido entre as teses sobre o subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado, os pontos de proximidade e de discordância. Em um segundo momento, analisar de que maneira esse diálogo foi ressignificado, segundo as perspectivas de Furtado na formulação da sua teoria do desenvolvimento. A hipótese desta dissertação sustenta que houve um diálogo entre as teses de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado¹, permitindo-lhe dar um importante passo para a produção de uma teoria autêntica, que fosse adequada para suprimir as deficiências da sociedade brasileira.

A teoria do desenvolvimento de Furtado pode ser dividida em dois momentos diferentes: no primeiro momento é elaborado por Furtado um diagnóstico do subdesenvolvimento brasileiro, entendendo que cada processo de desenvolvimento é autônomo (o subdesenvolvimento não é considerado uma etapa do processo de desenvolvimento pelo qual todos os países tenham que passar) e classificando-o como *suis generis*; no segundo momento Furtado trabalha com alternativas para sair do estado de subdesenvolvimento, compreendendo neste processo o quanto é complexo o modelo de subdesenvolvimento no Brasil, dada que é rápida a absorção das inovações na cultura material (transformações no sistema de produção) porém, é vagarosa essa absorção na cultura não material (no sistema de valores sociais). A sua teoria do desenvolvimento é resultado destes dois momentos, articulando o diagnóstico do subdesenvolvimento com alternativas para a saída do mesmo (CEPÊDA, 1998).

Nestes dois momentos da teoria do desenvolvimento de Furtado entendemos que ele entra em contato com as teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal e com a realidade do subdesenvolvimento na América Latina, permitindo seja possível discernir quais conceitos elaborados por estes teóricos do centro capitalista é

¹ É importante desde já salientar que Furtado atribuiu grande importância para as obras clássicas de Ricardo, Marx, Schumpeter, Keynes. Contudo, é visível na teoria de Furtado uma independência teórica que permite utilizar estas teorias (dentre outras) para interpretar os fatos econômicos. Conforme salienta Bresser (2001), Furtado extrai de cada corrente teórica o que é adaptável à realidade brasileira e latino-americana. Com base nesta assertiva que pretendemos justificar que o repertório de Furtado é imenso e não caberia para uma dissertação esgotar este tema. Por conta disso, optou-se na dissertação abordar as matrizes do subdesenvolvimento da teoria de Furtado por meio do “diálogo” com os teóricos do centro capitalista – W. Rostow, R. Nurkse e G. Myrdal, que elaboraram teses que se aproximaram do modelo de subdesenvolvimento da América Latina. O termo “diálogo” é compreendido tanto como discordância ou concordância/ressignificações de ideias. No final do primeiro capítulo consta uma tabela com os principais teóricos que trataram do tema do subdesenvolvimento durante a primeira metade do século XX.

possível aplicar no subdesenvolvimento na periferia, o que é reproduzido pelo diálogo com estes teóricos. No segundo momento, Furtado entende que o modelo de subdesenvolvimento no Brasil é singular, se comparado aos outros países. Nesse processo o discurso de Celso Furtado é tomado como uma perspectiva singular, e dada relevância de sua produção teórica torna-se interessante observar qual foi a representação criada e o receituário elaborado.

Nesta dissertação entende-se por diálogo as citações ou notas de rodapé nas obras de Furtado com as teses de Rostow, Nurkse e Myrdal, e principalmente a ressignificação de Furtado dos principais conceitos trabalhados sobre o subdesenvolvimento por este grupo de teóricos.

O problema do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos teve o seu ponto de partida no final da Segunda Guerra Mundial, despertando a atenção em geral. Os anos 50 foram marcados por uma intensa atividade intelectual e pelo entusiasmo acadêmico de teóricos² que se debruçaram sobre o tema do subdesenvolvimento. A produção bibliográfica sobre a economia do subdesenvolvimento marca a criação de um novo ramo na economia, separado dos estudos da teoria econômica clássica e neoclássica.

A teoria do subdesenvolvimento rompe com a interpretação colocada pela teoria econômica clássica, sobre a questão do desenvolvimento econômico. A principal crítica dos teóricos do subdesenvolvimento à teoria liberal foi a de que a divisão internacional do trabalho e as trocas realizadas no mercado internacional entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos favorecem o primeiro grupo e estabelecem desigualdades econômicas.

Os teóricos do subdesenvolvimento compreenderam que nos países subdesenvolvidos a dinâmica é diferente da dos países desenvolvidos, sendo impossível sanar a pobreza com base nos postulados da teoria liberal econômica. O livre-comércio sempre seria preferível se cada país pudesse se especializar na produção da mercadoria em que possuísse uma maior vantagem comparativa³. É identificado no comércio

² Ver no final do primeiro capítulo um quadro com os principais trabalhos produzidos por teóricos sobre a temática do subdesenvolvimento, a partir dos anos 30 até o início dos anos 60.

³ Recorro ao exemplo clássico apontado por David Ricardo, da produção de vinho em Portugal e a produção de tecido na Inglaterra. Ver RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas; v.30).

internacional entre os países industrializados da Europa e os países produtores de matérias-primas da América Latina, que os produtos industrializados possuem maior valor agregado do que os produtos primários, de modo que esta relação comercial favorece demasiadamente os países industrializados, o que estabelece uma relação de dependência dos países produtores de matérias-primas. O livre mercado (*laissez-faire*) tenderia a favorecer os países industrializados, ao considerar que sempre obteriam vantagens no comércio internacional com os países produtores de matérias-primas, gerando deterioração dos termos de troca⁴.

A literatura sobre a economia do subdesenvolvimento, desde os anos 40, começou a aparecer como um tema de estudo sério. As contribuições seminais dos trabalhos de Manoilescu, Rosenstein-Rodan, Maldelbaum entre outros foram importantes para problematizar a questão do subdesenvolvimento e atrair a atenção de outros economistas, contribuindo para o seu avanço. A produção bibliográfica dos teóricos do subdesenvolvimento contribuiu ao fornecer o ponto de vista e testar teorias e ideias propostas por teóricos dos países subdesenvolvidos (AGARWALA, 1969).

Após o final da Segunda Guerra Mundial é divulgado com maior vigor a teoria do subdesenvolvimento no Brasil, o que contribuiu com fortes subsídios para a formulação da linha do pensamento econômico do desenvolvimentismo, considerando o importante esforço intelectual de Rostow, Nurkse e Myrdal.

A América Latina, identificada como periferia capitalista⁵ recebeu forte contribuição de Rostow, com o seu esquema faseológico histórico do desenvolvimento econômico; Nurkse com os conceitos de “círculo vicioso da pobreza” e o “efeito de demonstração”; Myrdal com o seu método dinâmico, da “causação circular cumulativa” e o conceito de democracia, enquanto fator necessário para o desenvolvimento econômico. A relevância destes teóricos é a de que, antes dos anos 50, nenhum teórico dos países centrais⁶ havia formulado, profundamente, uma tese do subdesenvolvimento.

⁴ A aplicação de teorias criadas nos países centrais não se mostrou eficiente no caso dos países periféricos. Alguns autores tentaram elaborar teorias que estivessem mais relacionadas com a realidade problemática dos países subdesenvolvidos quanto a deterioração dos meios de troca e a troca desigual efetuada entre países centrais e países periféricos. São referências clássicas as críticas de Raúl Prebisch e Celso Furtado na América Latina.

⁵ Na dissertação convencionou-se utilizar periferia capitalista como referência aos países da América Latina.

⁶ Na dissertação são considerados os países centrais os da Europa Ocidental e o Estados Unidos. Apesar de Nurkse ser originário da Letônia, situada na Europa Oriental, optou-se por inseri-lo no conjunto de

Enquanto que no Brasil, surge a teoria do desenvolvimento de Furtado. A escolha em trabalhar nessa pesquisa com a teoria de Furtado deve-se à percepção já cristalizada na historiografia e nos trabalhos acadêmicos brasileiros, sobre a importância do pensamento de Celso Furtado no campo da teoria do subdesenvolvimento, como formulador de uma teoria do desenvolvimento autêntica, para o Brasil dos anos 50, de profunda transformação no campo ideológico e estrutural.

Surgem novas interpretações sobre a condição de atraso econômico no Brasil. A interpretação econômica começa a galgar posições, enquanto uma nova forma de interpretação sobre Brasil. A sua gestação está ancorada na análise econômica de Simonsen e Caio Prado Junior. A transição da economia colonial para primeira fase da industrialização impõe como norte a busca pela identidade da nação brasileira, em meio ao turbilhão de transformações propaladas pela modernização. A interpretação da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado teve origem no Brasil, em seu processo de modernização e conscientização da sua condição de país subdesenvolvido.

O Brasil dos anos 50 se tornou um campo fértil para a produção bibliográfica acerca do tema do subdesenvolvimento, e fonte do intercâmbio de idéias entre teóricos do centro capitalista e brasileiros. A Fundação Getúlio Vargas foi de fundamental participação neste processo, colaborando, sobretudo, com as conferências internacionais de teóricos europeus e na publicação de artigos sobre este movimento em seu periódico *Revista de Economia Brasileira*, lançada em 1948.

Neste sentido, a importância da difusão das teses do subdesenvolvimento dos teóricos do centro capitalista no Brasil permitiu abrir o diálogo entre a tese do subdesenvolvimento trazida por estes intelectuais e a formulação de uma teoria do desenvolvimento autêntica da periferia capitalista (América Latina), de acordo com as suas peculiaridades.

O primeiro passo para a análise do diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado é o recorte bibliográfico. Foram selecionadas as seguintes obras dos teóricos do centro capitalista: *Etapas do desenvolvimento econômico* – um manifesto não comunista, originalmente publicada em 1960, de Rostow; *Problema de formação de capital em países*

teóricos que produziram as suas teses nos países centrais, dado que formulou a sua tese e trabalhou grande parte da sua carreira em Viena, Nova Iorque (EUA). No caso de Rostow, originário dos Estados Unidos e Myrdal de origem sueca são classificados como teóricos dos países centrais, dado a sua nacionalidade.

subdesenvolvidos, originalmente publicada em 1953, de Nurkse; e *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*, publicada em 1957, de Myrdal.

É compreendido que Rostow, Nurkse e Myrdal possuem uma vasta produção bibliográfica. Contudo, devido aos limites que são colocados para a produção da dissertação, optou-se em selecionar as suas principais obras que versam sobre a temática do subdesenvolvimento. E estas obras foram produzidas no momento em que os debates ficaram mais intensificados (anos 50) sobre o subdesenvolvimento no Brasil.

O repertório da produção bibliográfica de Furtado é enorme e não caberia trabalhar com todo o seu pensamento nesta dissertação pelos motivos colocados anteriormente. Segundo Cepêda (2001) o conjunto das obras de Furtado permite que ele seja classificado em três momentos distintos. O primeiro momento intelectual do teórico vai do começo da sua carreira até o Golpe de 1964, quando sua principal marca é o otimismo e a esperança em reconhecer a herança deixada pela colonização para implementar o desenvolvimento nacional e reverter os revezes desta herança através do salto para modernização que seria possível durante as décadas de 1950 e 1960.

O segundo momento de Furtado é marcado por profunda angústia e tem seu início após o Golpe Militar quando é exilado. Neste momento é observado que a pior das alternativas propostas havia logrado sucesso, constituindo um regime politicamente fechado, sem o direito a participação política dos indivíduos, e a constatação de que os regimes fechados levariam ao estrangulamento político. A década de 1980 marca a sua terceira fase, quando retoma os principais temas da década de 1950 e 1960 e os adequa aos novos desafios impostos pelo capitalismo globalizado.

Rostow havia trabalhado com o seu esquema histórico faseológico do desenvolvimento econômico na obra *Processo de crescimento econômico*, de 1952 e o conceito de “decolagem” em seu artigo *A decolagem para o crescimento autossustentado*, de 1956, que mais tarde refinou sua interpretação sobre o desenvolvimento em sua obra *Etapas do desenvolvimento econômico*, de 1960.

Por sua vez, Nurkse em grande medida trabalhou com os seus conceitos de “desemprego disfarçado”, “efeito de demonstração”, “círculo vicioso da pobreza”, em suas conferências ministradas no Brasil em 1951, para em 1953 publicar a sua obra *Problema de formação de capital em países subdesenvolvidos*.

No pós-guerra, Myrdal obteve forte experiência na ONU durante a reconstrução da Europa aplicando as técnicas de planificação sob a batuta do Estado, trabalhadas mais profundamente em sua obra *Teoria econômico e regiões subdesenvolvidas*.

As obras selecionadas na primeira fase do pensamento de Furtado foram: *A economia brasileira*, de 1954; *Perspectivas da economia brasileira*, de 1958; *Operação Nordeste*, de 1959; *Formação Econômica do Brasil*, de 1959; *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961; *A pré revolução brasileira*, de 1962; *A dialética do desenvolvimento*, de 1964 e *Teoria política do desenvolvimento econômico*⁷, de 1967.

A partir da análise comparativa é possível afirmar que Furtado estabelece com base nas teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal (seja concordando, discordando e ressignificando) os pilares que sustentam a sua interpretação do subdesenvolvimento brasileiro e a sua teoria do desenvolvimento.

A conscientização da situação do atraso econômico e a dependência dos países subdesenvolvidos levou a um confronto direto em relação à teoria liberal, que tinha como expoente divulgador os Estados Unidos. Para Furtado (1980) o epicentro da crítica estava fundamentado na contestação da divisão internacional do trabalho; a degradação dos termos de trocas causada pelo comércio internacional; a debilidade na acumulação de poupança, expostos ao “efeito demonstração”.

O método de análise proposto neste trabalho parte do pressuposto inicial de que a interpretação de Furtado sobre o modelo de subdesenvolvimento brasileiro vai sendo tecida ao mesmo tempo em que há o contato de Furtado com os primeiros trabalhos de Rostow, Nurkse e Myrdal. E conforme são publicadas as obras destes teóricos dos países centrais, Furtado está dividido entre sua ocupação em cargos públicos no governo (na tarefa de planejar o processo de industrialização) e na publicação das suas obras. Correspondendo a um processo, a elaboração conceitual e discursiva de Celso Furtado acompanha a investigação do processo de subdesenvolvimento no Brasil e o processo de industrialização (pautado pelo nacional-desenvolvimentismo).

A seguir segue o material que compõe a dissertação. O material está dividido em quatro capítulos, conclusão e esta introdução.

⁷ Embora a obra *Teoria política e desenvolvimento econômico* foi produzida após o exílio de Furtado e compreenda o período da segunda fase do seu pensamento, esta obra não poderia faltar na análise desta dissertação, pois é a síntese do pensamento de Furtado nos anos 50. Para a produção da dissertação optou por utilizar duas edições diferentes desta obra, dado que a edição de 2000 foi acrescentado alguns capítulos em relação à edição de 1967.

No primeiro capítulo, a escolha do nome *A gênese da teoria do subdesenvolvimento* nasceu do objetivo de trabalhar com a temática da construção da teoria do subdesenvolvimento, a partir dos trabalhos pioneiros que versaram sobre a dificuldade dos países pobres se industrializarem, e do trânsito das idéias do centro capitalista (Europa) para a periferia capitalista (Brasil). O processo do trânsito das idéias do centro capitalista para a periferia capitalista teve como mediador a Fundação Getúlio Vargas e o seu periódico *Revista Brasileira de Economia*.

No segundo capítulo são apresentadas as teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal. No final deste capítulo buscou-se fazer um balanço das teses do subdesenvolvimento deste grupo de teóricos, com o objetivo de descrever a importância de cada um destes para a teoria do subdesenvolvimento.

No terceiro capítulo procura-se trabalhar com a teoria do desenvolvimento de Furtado, pois é a teoria produzida no Brasil (periferia) onde são apontados os dois momentos da primeira fase do pensamento *furtadiano*, tratados a partir dos temas básicos que diz respeito ao diagnóstico do subdesenvolvimento e nas propostas para a saída do subdesenvolvimento. A produção da primeira fase de Furtado pode ser dividida em dois momentos organizadas segundo o grau de maturidade e autonomia do pensamento: aproximação do tema do subdesenvolvimento e diálogo com as teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal; e a ressignificação dos conceitos do subdesenvolvimento deste grupo de teóricos e o seu avanço em formular uma teoria do desenvolvimento.

Por fim procura-se realizar, no quarto e último capítulo uma análise comparativa sobre as questões circundantes do subdesenvolvimento inseridas nas teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal e na teoria do desenvolvimento de Furtado. Para compor a ordem da análise foi utilizada como critério a aproximação da tese desta tríade com a teoria do desenvolvimento de Furtado. Dessa forma, a primeira análise comparativa é entre Rostow e Furtado, nessa análise procurou-se por meio das seguintes variáveis: sociedade tradicional, forças de decolagem (*take-off*), etapas para o desenvolvimento econômico, compreender os conceitos que estão na tese de Rostow e em que medida são utilizados por Furtado em sua teoria do desenvolvimento.

Na análise comparativa seguinte, de Nurkse com Furtado, retoma-se como base para a discussão o “famoso” debate que ocorreu em 1951, iniciado pelas conferências ministradas por Nurkse no Brasil e que repercutiu nas publicações desta conferência,

seguido por um artigo de Furtado respondendo aos pontos que ficaram obscuros na palestra de Nurkse e pela réplica de Nurkse aos apontamentos de Furtado, todos publicados no periódico *Revista Econômica Brasileira*. Os conceitos utilizados na análise comparativa são: o conceito de subdesenvolvimento, que envolve a necessidade de formação de capital, o círculo vicioso da pobreza, a pequenez do mercado interno, desemprego disfarçado e a entrada de investimentos estrangeiros em países subdesenvolvidos; e o crescimento equilibrado como alternativa para sair dessa mesma condição.

A última análise comparativa é de Myrdal com Furtado. Dentre estes três teóricos dos países centrais, Myrdal é o único que aponta a democracia como um elemento imprescindível para o desenvolvimento econômico. Ou seja, para ele mesmo que um país seja industrializado, a ausência da democracia impede o desenvolvimento econômico. Optou-se por analisar as teses do subdesenvolvimento de Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Furtado a partir das seguintes variáveis: crítica à teoria liberal econômica; subdesenvolvimento enquanto gerador de desigualdades regionais; aplicação de uma teoria da integração regional; e tipo de dependência dos países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos. Seguem-se as considerações finais da dissertação.

As observações sobre o uso de citações das obras de Rostow, Nurkse, Myrdal e Furtado e a utilização do conceito de subdesenvolvimento. A primeira observação: procurou-se utilizar a primeira edição em português das obras de Rostow, Nurkse, Myrdal e a edição príncipe⁸ de Furtado, embora para algumas obras tenha recorrido a segunda ou terceira edição, nesses casos, e somente nestes, adotei como tática colocar a referência da seguinte forma: FURTADO, 1963[1961]. Neste caso optou-se por ressaltar o ano de publicação da edição utilizada e entre colchetes o ano da primeira edição publicada no país de origem.

A segunda observação diz respeito ao uso do conceito de subdesenvolvimento. Embora seja sabido que o uso de conceitos como países economicamente atrasados, países periféricos, países subdesenvolvidos, e países pobres para denominar o subdesenvolvimento daria margem para serem prolíferos, optou-se por manter o uso destes termos de acordo com a denominação que o autor utiliza.

⁸ A edição príncipe é a primeira edição publicada da obra. No caso de obras estrangeiras são consideradas a sua primeira edição original, ou seja, em língua estrangeira e não a sua tradução em português.

CAPÍTULO 1
A GÊNESE DA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Partimos da premissa de que, conforme as transformações econômicas e políticas fossem em parte ocasionadas pela crise de 1929, pela Depressão nos anos 30 e pelas guerras mundiais, a teoria liberal, neoclássica, marxista e keynesiana, não dão conta de solucionar as conseqüências destas crises para os países subdesenvolvidos e não oferece subsídios para explicar e solucionar as desigualdades econômicas, estabelecidas entre o centro capitalista e a periferia capitalista.

Para os países que entraram tardiamente no capitalismo e, sobretudo para os países que foram ex-colônias de exploração (caso da América Latina) das metrópoles da Europa, a teoria liberal econômica reforça constantemente a submissão dos países produtores de matérias-primas para com os países produtores de produtos industrializados.

No pós Segunda Guerra Mundial, uma gama de teóricos manifesta sua insatisfação com os postulados da teoria dominante⁹ (liberal econômica), o que desperta o interesse de um grupo de intelectuais por pesquisas sobre a questão da pobreza e pelas desigualdades econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Este capítulo prepara o terreno para detectar o conteúdo analítico e a filiação teórica do pensamento econômico brasileiro, em especial Celso Furtado com os teóricos do centro capitalista – Rostow, Nurkse e Myrdal. É buscado compreender em que medida as primeiras iniciativas das teses do atraso econômico produzidas pelos teóricos na Europa, antes da Segunda Guerra Mundial, trataram da questão do subdesenvolvimento e exerceram as suas influências na geração de teóricos brasileiros.

Nas seções seguintes serão apresentados os principais fatores que contribuíram para o surgimento da teoria do subdesenvolvimento na Europa e sua difusão para o Brasil, durante o período áureo do nacional-desenvolvimentista, nos anos 50.

1.1 O despertar para a questão da pobreza

A teoria do subdesenvolvimento, formulada nos anos 50, contém grande subsídio de textos seminais¹⁰ de Manoilescu, Perroux, Rosenstein-Rodan que

⁹ Menciono dois importantes representantes da escola econômica clássica, Adam Smith (lei das “vantagens absolutas”) e David Ricardo (“vantagens comparativas”).

¹⁰ Ver Manoilescu (1931) *Theoria do Protecionismo e de Permuta Internacional*; Roseinstein-Rodan (1943) “*Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe*” e (1944) *The International Development of the Economically Backward Areas*; Perroux (1955) *O conceito de Pólos de Crescimento*.

contribuíram fortemente para a construção da teoria do subdesenvolvimento como um campo específico da ciência econômica.

A Primeira Guerra Mundial provoca uma série de fatores que sacode a velha apatia das nações subdesenvolvidas e as empurra na busca do desenvolvimento econômico. Zamora (1976[1966]) aponta os principais aspectos. Primeiro, a inserção do capitalismo em países subdesenvolvidos os coloca em contato com o padrão de consumo dos países desenvolvidos, o que instiga o desejo da sua população em imitar esse padrão de consumo. O nacionalismo, que ganha forte impulso na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, atina os países subdesenvolvidos a lutar pelo progresso não apenas no campo econômico, mas também no campo político e social, com a finalidade de fortalecer a sua própria nacionalidade. O desenvolvimento para os países subdesenvolvidos passa a ser considerado como sinônimo de uma profunda transformação de ordem político-social, considerada condição indispensável para a justiça e o progresso.

Outro fator apontado por Zamora (1976[1966]) faz referência a desigual relação comercial entre países produtores de produtos primários e os países industrializados¹¹, visto que os preços dos produtos primários são constantemente afetados pelas crises mundiais, dado que é a fonte principal de divisas dos países subdesenvolvidos. A longo prazo esta relação comercial tende a favorecer os países desenvolvidos devido aos altos preços dos produtos industrializados, enquanto os preços dos produtos primários tendem a decair, se comparados aos produtos industrializados.

Situado no contexto global o sistema capitalista internacional está em franca expansão quantitativa e qualitativa das necessidades de consumo de bens e serviços, tanto nos países periféricos, como nos países dominantes insatisfeitos. Contudo, nos países periféricos o atual patamar de produção e das relações de distribuição internacionais ou intranacionais é fortemente sentido de modo insatisfeito. Na realidade trata-se de uma distribuição desigual do sistema produção-distribuição-consumo de formação econômico-social capitalista em geral, marcada pelo contraste nos países dominantes e periféricos (PEREIRA, 1976).

¹¹ Raúl Prebisch, em 1949, no *Manifesto dos Periféricos* colocava esta questão, da deterioração dos termos de troca entre países industrializados e produtores de matérias-primas. Para consulta deste importante artigo, ver BIELSCHOWSKY, R. (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Vol 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

A Crise de 1929 atesta a insuficiência da teoria liberal face à as suas consequências, o que provoca grande alvoroço tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos. A desorientação nas economias destes países causou desemprego em massa e queda livre dos preços agrícolas. A teoria liberal diante desta situação de crise econômica não dispunha de nenhuma solução em longo prazo (HOBSBAWN, 1995).

Na década de 1930 foi rompido o padrão de comércio internacional, até então sustentado pela teoria liberal (econômica). Cada país adotou uma saída como alternativa para a Depressão nos anos 30. A principal medida tomada pelas nações foi a adoção da intervenção do Estado na economia, dado que o mercado internacional estava totalmente desorganizado.

Cano (2009) coloca as diferentes alternativas tomadas pelos países desenvolvidos perante a Depressão nos anos 30. A alternativa tomada pelos Estados Unidos foi recorrer às experiências de intervenção do Estado na economia, adotando as políticas protecionistas e uma política intervencionista (*New Deal*). Por sua vez, a Suécia foi considerada um dos poucos países que adotou políticas anticíclicas. Por outro lado, Alemanha, Japão e Itália enveredaram-se pela via do regime nazi-fascista. A economia destes países foi estimulada pelos gastos militares diante dos preparativos para a Segunda Guerra Mundial.

A teoria liberal justificou o atraso econômico dos países subdesenvolvidos pela sua inserção tardia no capitalismo e a divisão internacional do trabalho como o mecanismo capaz de integrar as nações. Segundo a teoria do comércio internacional e das vantagens comparativas, ao longo do processo de trocas internacionais haveria difusão de tecnologia e uma redistribuição do crescimento econômico entre todos os países desse mercado (CEPÊDA, 1998).

O quadro de caos e de depressão das duas guerras mundiais e da Crise de 1929 colaborou de maneira aguda para deixar claro que as crises mundiais tinham forte relação com os desarranjos das economias periféricas (CEPÊDA, 1998).

As sucessivas crises da economia européia e norte-americana, na primeira metade do século XX, demonstraram a fragilidade do princípio das trocas internacionais para os países primário-exportadores.

Na primeira metade do século XIX, por exemplo, os Estados Unidos só tiveram duas crises econômicas graves (que começaram em 1819 e em 1837) e a Inglaterra teve quatro (que começaram em 1815, 1825, 1836, 1847). Na última metade do século, as crises ficaram mais graves e aumentaram para cinco, nos Estados Unidos (começando em 1854, 1857, 1873, 1884 e 1893), e seis, na Inglaterra (começando em 1857, 1866, 1873, 1882, 1890 e 1900). No século XX, a situação ficou pior. Depressões cada vez mais frequentes infestaram o capitalismo, tendo culminado com a *Grande Depressão* dos anos 30 (HUNT, 1981, p. 428).

No campo da economia política, a obra de Keynes, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, de 1936, providenciou bases teóricas para maior intervenção do Estado na economia em tempos de depressão e de estagnação econômica. Porém, a teoria keynesiana não forneceu subsídios adequados para a realidade dos países subdesenvolvidos. Esta foi formulada para ser colocada em prática em situações de curto prazo ou das flutuações econômicas e não nas condições exigidas por uma economia subdesenvolvida.

Após a Segunda Guerra Mundial a teoria neoclássica foi adotada pelos esquemas analíticos de Domar e Harrod com a intenção de dar suporte teórico para a recuperação dos países desenvolvidos. Hirschman (1960[1958]) aponta que este esquema não encontrou espaço para a sua aplicação nos planos de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. No entanto, a sua aplicação apresentou uma série de incoerências para os países subdesenvolvidos.

Por êsses motivos, uma norma baseada na propensão para economizar e na razão capital-produção está fadada a ser de muito menor utilidade nas economias subdesenvolvidas que nas avançadas. O seu valor operacional e de previsão é baixo. Não nos explica realmente muito acerca dos processos-chaves através dos quais o progresso econômico se põe em marcha e vai avante num ambiente atrasado (HIRSCHMAN, 1960, p. 58).

Hirschman (1960[1958]) justifica que o modelo utilizado em uma economia desenvolvida não apresenta precisão no trato das particularidades de uma economia subdesenvolvida, o que requer uma teoria autêntica capaz de lidar com as suas dificuldades para o desenvolvimento econômico.

Para as economias subdesenvolvidas é preciso que exista o protecionismo, o planejamento e outras medidas governamentais como meios de industrializar e maximizar a renda a partir de poupanças ociosas (BIELSCHOWSKY, 2004).

A teoria do desenvolvimento que surge após a Segunda Guerra Mundial não escapa à regra de outros avanços da teoria econômica. É fruto de seu tempo, das condições sociais e ideológicas que marcam tanto o seu nascimento quanto a forma geral que assume. Esse período se caracteriza por fortes pressões sociais e políticas, nacionais e internacionais, pelo desenvolvimento de países que estavam em estágio de avanço econômico e material inferior aos países mais ricos. A crise entre guerras e a própria organização da vida econômica nos diversos países enfraqueceram o dogma liberal do século XIX (BASTOS; BRITTO, 2010, p. 8).

O tratamento dado para a questão do desenvolvimento passou a ser fortemente discutido no período após a Segunda Guerra Mundial, como tentativa de explicação e de intervenção nos continentes da África, da América Latina e Ásia atingidas pela pobreza. O clima de debates e produção bibliográfica de inúmeros teóricos, tanto no centro capitalista como na própria periferia capitalista, incentivou a criação de escolas de pensamento, enriquecendo o debate, o que colocou em muitos casos uma oposição à compreensão das noções de desenvolvimento antes discutidas pela teoria clássica do centro capitalista (LIMA, 2007).

Uma nova safra de teóricos colocou a questão da pobreza como núcleo temático de pesquisa. Apontavam estes teóricos que a pobreza era gerada por condições particulares, a tal ponto de ser considerado um fenômeno de dinâmica própria. Portanto os países subdesenvolvidos eram dotados de outra lógica regidos por leis diferentes das utilizadas nas economias desenvolvidas (CEPÊDA, 1998).

Entre os anos 1930 e 1940, Mihail Manoilescu apontou para as trocas desiguais entre países industrializados e países produtores de matérias-primas. Este posicionamento teórico ofereceu forte subsídio para a crítica da teoria liberal, além de apresentar uma bem articulada ideologia do corporativismo, de que o governo e a economia seriam organizados em corporações formais supervisionadas pelo Estado, a uma elite política compromissada com uma modernização da economia nacional (LOVE, 1998).

Em 1943, a questão do subdesenvolvimento foi tema central do trabalho de Rosenstein-Rodan, em *“Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe”*. A questão que o teórico levanta neste artigo era a de que os países subdesenvolvidos, particularmente da Europa Oriental, reafirmavam constantemente a sua situação de pobreza pela tímida distribuição de renda que alcançavam.

A hipótese do estudo de Rosenstein-Rodan (2010[1943]) é a de que existe um excesso de população agrária em países subdesenvolvidos e alto contingente de mão-de-obra, que resulta em desemprego disfarçado. Afirma o teórico que é preciso que exista a migração desta mão-de-obra do campo para as cidades, alocando-a em indústrias. Para o mesmo a situação de subdesenvolvimento é derivada da indivisibilidade¹² na função de produção, especialmente indivisibilidade na oferta de capital social fixo (concentração de capital); da indivisibilidade da procura (mercado interno atrofiado) e da indivisibilidade na oferta de poupança.

A permanência da indivisibilidade no setor de produção gera rendimentos não constantes, riscos de investimento e de mercado imperfeitos – afetando a relação demanda e oferta de produtos. Assim, se o mercado interno é pequeno, logo não há demanda para a produção interna, o que desincentiva a instalação de indústrias e, se não existe poupança, não é possível dar o “grande salto” para o desenvolvimento, encerrando esta economia no círculo vicioso da pobreza (ROSENSTEIN-RODAN (1964[1961])).

O método para anular o atraso econômico proposto por Rosenstein-Rodan (1964[1961]) é promover um crescimento autossustentado, através de um *quantum* mínimo de investimento, promovido pelo “*big push*”. Este conceito propõe acelerar a implantação de indústrias-chaves dentro de um país subdesenvolvido.

Outro economista que teve influência sobre a teoria do desenvolvimento do pós-guerra foi François Perroux (LOVE, 1999). Considerado um dos primeiros teóricos que desperta para a necessidade de uma teoria do desenvolvimento, este autor aponta que o crescimento econômico não se manifesta de um modo integral sobre uma região e que existem intensidades diferentes de crescimento econômico (definidos como pólos de crescimento) transmitidos por diversos canais e com efeitos variados para o conjunto da economia (PERROUX, 1977[1955]).

¹² Segundo Sandroni o termo indivisibilidade é “característica de um fator de produção cuja utilização não pode ser efetivada abaixo de um determinado nível ou número de unidades. Se, por exemplo, uma máquina ou equipamento tiver um nível mínimo de produção superior ao que pode ser absorvido pelo mercado consumidor, a indivisibilidade (técnica) deste fator pode significar a existência de capacidade ociosa, elevação de custos ou, no limite, a não-realização de um investimento para a produção de um produto que enfrenta estas dificuldades. Por outro lado, a existência desta indivisibilidade pode estimular a empresa a conquistar novos mercados e, assim, operar com a máquina a plena capacidade” (SANDRONI, 1999, p. 299).

Para Perroux (1977[1955]) o crescimento é localizado (concentrado em uma determinada região) e não disseminado no espaço ou no aparelho produtivo; o crescimento é desequilibrado e a interdependência técnica é um fator essencial na transmissão do crescimento. A tese de Perroux trabalha com a análise do complexo de indústrias e crescimento, concentrando em um primeiro momento investimentos do Estado em uma indústria chave, que por consequência produzirá sinergias para o surgimento de outras indústrias em seu entorno, de modo que resulte em uma estrutura articulada, o que dinamizará o mercado interno através de empregos, renda para população, consumo e demanda por novos produtos.

Perroux (1977[1955]) ainda salienta que a adoção das expressões indústrias motrizes e pólos de crescimento significa refutar as estreitezas que a teoria convencional nos impõe, ao realçar os fenômenos de mercados e do preço.

A problemática relativa aos avanços do capitalismo moderno e sua extensão à América Latina e Caribe ganha expressão com a formalização e desenvolvimento do pensamento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a partir de 1948. Esta literatura aponta como fundamento básico o particular uso do método histórico-estrutural¹³ dando lógica ao tipo de abordagem que se denominou estruturalismo evidenciando as particularidades do desenvolvimento latino-americano, ou do subdesenvolvimento, através da formação e reprodução de suas estruturas *vis-à-vis* à dos países desenvolvidos.

O pensamento de Prebisch foi fundamental para a teoria cepalina ao trabalhar com a noção de que o sistema econômico mundial é constituído por dois pólos, o centro e a periferia, apresentando cada um suas respectivas estruturas econômicas: a periferia caracterizada por heterogeneidade da coexistência de setores modernos de elevada produtividade do trabalho (agroexportadores e a insipiente atividade industrial) ao lado de outros atrasados onde essa produtividade é baixa (subsistência) (RODRIGUEZ, 1981).

A heterogeneidade resulta do baixo nível de investimento ocasionando desemprego estrutural, incapacidade de incorporação de progresso técnico devido aos

¹³ Firmado não apenas na formação histórica do conjunto das estruturas (produtiva, social, demográfica, cultural, educacional etc.), mas também no seu processo de transformação ao longo do tempo. O caráter evolutivo permitido por tal movimento - formação e transformação - qualifica como dinâmica esta abordagem, diferenciada da estática comparativa que se constrói a partir da comparação de dois momentos (CANO, 2009).

nexos entre os dois pólos que ocasiona forte tendência à deterioração dos termos de troca com base na especialização das respectivas economias e desequilíbrio externo¹⁴. Esta apreciação confrontada com a apropriação concentrada dos ativos durante o processo de formação responde pelas disparidades nos níveis de renda e o atraso (RODRIGUEZ, 1981).

A Comissão Econômica para a América Latina reivindica a intervenção do Estado na economia, a fim de estabelecer um novo padrão de crescimento. A teoria do subdesenvolvimento coloca como questão central que os países subdesenvolvidos devem ser industrializados, como meio para superar a pobreza e reduzir as desigualdades entre estes e os países desenvolvidos, e atingir independência política e econômica através do crescimento auto-sustentado (BIELSCHOWSKY, 2004).

As influências iniciais de Mihail Manoilescu, Roseinstein-Rodan, Perroux apontavam que as economias primário-exportadoras estavam levando desvantagens na divisão internacional do comércio internacional. A teoria do subdesenvolvimento teve importantes subsídios destes teóricos. Mais tarde, a teoria do subdesenvolvimento é aprimorada, graças à criatividade dos teóricos latino-americanos Raúl Prebisch; Celso Furtado; Aníbal Pinto e dos teóricos dos países desenvolvidos, Ragnar Nurkse; Walt Rostow; Gunnar Myrdal; Albert Hirschman.

O surgimento de um pensamento econômico próprio e apropriado a realidade do subdesenvolvimento encobriria duas novas e importantes frentes de batalha para a superação do atraso latino-americano: criavam-se novas contribuições ao pensamento econômico mundial, trabalhando especificamente a realidade dos países atrasados ao mesmo tempo em que procedia à revisão do poder explicativo das doutrinas econômicas vigentes; e também forjavam-se novos instrumentos e políticas do desenvolvimento, que alimentavam o processo de modernização de várias economias do continente (CEPÉDA, 1998, p. 152).

Vale apontar que, os teóricos do subdesenvolvimento formularam as suas interpretações sobre a pobreza em um mesmo período (anos 50), o que os permitiu

¹⁴ Para aprofundamentos nesta remissão, ver Rodriguez (1986), *A Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL e O estruturalismo latino-americano* (2009); BIELSCHOWSKI, R. Sesenta años de La CEPAL: estructuralismo e neoestructuralismo. Santiago, Chile: Revista CEPAL, n. 97, abr/2009 e Cinquenta anos de pensamento da CEPAL volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.

dialogar e conduzir as suas idéias em um mesmo eixo analítico, bem como ter visões conflitantes sobre esta questão.

Embora os teóricos desta temática tenham posicionamentos divergentes sobre alguns fatores do subdesenvolvimento, em determinados eixos analíticos compartilham da mesma concepção ao tratar esta questão. Vamos elencar alguns eixos analíticos que estão presentes nas teses da maioria dos teóricos do subdesenvolvimento:

1. Crítica à teoria neoclássica, que foi considerada incapaz de interpretar a dinâmica dos países subdesenvolvidos;
2. A pequenez do mercado interno, considerada um empecilho para a expansão da produtividade das indústrias residentes e para a instalação de novas indústrias pela atrofiada demanda local;
3. A incapacidade dos países subdesenvolvidos acompanharem a demanda do comércio exterior devido à escassa produção decorrente da baixa capacidade tecnológica;
4. O excesso da população agrária nos países subdesenvolvidos causa o aumento do desemprego, pois com o desperdício de mão-de-obra cria-se uma situação de “desemprego disfarçado”.

Os diferentes pontos de vista dos teóricos do subdesenvolvimento permitem que sejam enquadrados em duas diferentes vertentes: a) adeptos do crescimento setorial, que acreditam que seja necessário investir em um setor-chave da economia, posteriormente o crescimento econômico neste setor transbordará para outros setores da economia; b) adeptos do crescimento integral, em que a industrialização deve ser emplacada de modo integral, de modo que o investimento deve percorrer todos os setores desta economia.

Por outro lado, os teóricos do subdesenvolvimento do centro capitalista identificam o subdesenvolvimento como um processo único, o de que os países partiam de uma economia em estado de estagnação econômica e forte rigidez na estrutura social e somente por meio da industrialização estes países alcançariam o crescimento econômico.

Para os teóricos da periferia capitalista, como Celso Furtado, o subdesenvolvimento não é considerado como uma etapa a ser superada para alcançar o desenvolvimento econômico, mas um processo autônomo. A questão do subdesenvolvimento para a periferia capitalista ainda implica que mesmo em processo de crescimento econômico é preciso elaborar reformas de base para que exista

distribuição dos frutos do crescimento para a população, o que estabelece um nível de equidade.

Despeito do tratamento da questão do subdesenvolvimento, tanto os teóricos do centro capitalista quanto os teóricos da periferia capitalista partilham dos mesmos eixos analíticos, porém divergiam na leitura da realidade que os circunda. Para os teóricos do centro capitalista, a principal referência para os estudos sobre subdesenvolvimento são os países do leste europeu, África e Ásia. Por sua vez, para os teóricos da periferia capitalista a principal referência é a América Latina.

1.2 As conseqüências da Crise de 1929 para pensamento econômico brasileiro

Os efeitos da crise de 1929 e do pós Segunda Guerra Mundial foram negativos para as economias centrais e principalmente para as economias periféricas (América Latina). A economia brasileira recebe o impacto da crise de 1929, o que repercute tanto no plano das ideias quanto no plano material.

A economia brasileira reagiu, após a crise de 1929 e ao longo dos anos 30, no plano material pelo ideário da industrialização, quando ganha o amparo do Estado. Anteriormente, a prática da intervenção do Estado na economia brasileira havia sido experimentada pela aplicação das políticas intervencionistas, para a valorização dos preços do café.

A principal modificação que incentivou o processo de industrialização no Brasil foi dada pela transição do liberalismo econômico para o Estado desenvolvimentista, graças à “brecha histórica” deixada pela crise de 1929. Durante este processo, as indústrias incipientes foram importantes ao subsidiar a produção de insumos básicos e complementares para a exportação do café.

Embora o Brasil tenha empreendido uma política intervencionista, a crise da superprodução do café deixou a economia em desvantagem. Em 1933, registrou-se o ponto mais forte da depressão e a maior produtividade do café: havia alta oferta do café para pouca demanda. O crédito externo utilizado pelo Estado para financiar a retenção de novos estoques havia minguado e o seu crédito esgotou-se (FURTADO, 2003[1959]).

A interpretação de Roberto Simonsen (1930) sobre a crise de 1929 foi qualificada como a pior já enfrentada pelo Brasil. Acentua o autor que as causas da crise

estavam vinculadas à superprodução, à crise financeira internacional, à política do Banco do Brasil, à agitação política e à falta de elasticidade do meio circulante. Simonsen destaca que a superprodução e a acumulação extraordinária de sacas de café como uma das principais causas para a crise. O governo interveio com o uso demasiado de crédito, que repercutiu no alargamento do meio circulante e na geração de fatores psicológicos de confiança. A resultante desses fatores é a conhecida crise pelo abuso de crédito.

O caráter da política de defesa do setor cafeeiro, nos anos de depressão, concretizou-se em política anticíclica de maior amplitude do que averiguado em países industrializados. A recuperação da economia brasileira, em 1933, não foi consequência de nenhum fator externo, mas deveu-se à política de fomento seguida inconscientemente no país para a proteção dos interesses cafeeiros (FURTADO, 2003[1959]).

Nota-se ainda que, nos anos de Depressão, a renda monetária e a renda real foram contraídas concomitantemente com o aumento dos preços dos produtos importados. Em conjunto, estes dois fatores resultaram na queda das importações. A procura interna manteve-se com mais firmeza do que a procura externa, as inversões no setor interno se mostraram mais benéficas do que a aposta no setor exportador, em um período de recessão. Diante disso, um fato inédito ocorreu na economia brasileira: a preponderância do setor produtivo ligado ao mercado interno no processo de formação de capital (FURTADO, 2003[1959]).

Nos anos que se seguem à crise, o fator dinâmico principal é o mercado interno, consequência da rápida recuperação da economia brasileira da crise de 1929. A redução das importações incentivou, sobretudo, as atividades ligadas ao mercado interno, o que aumentou a taxa de rentabilidade. Posteriormente, os lucros auferidos por este setor, ao invés de serem invertidos no setor exportador, direcionavam-se para as atividades ligadas ao mercado interno.

Já observamos que de 1929 ao ponto mais baixo da depressão a renda monetária no Brasil se reduziu entre 25 por cento e trinta por cento. Nesse mesmo período o índice de preços dos produtos importados subiu 33 por cento. Compreende-se, assim, que a redução no quantum das importações tenha sido superior a sessenta por cento. Conseqüentemente, o valor das importações baixou de catorze por cento para oito por cento da renda territorial bruta, satisfazendo-se com oferta interna parte da procura que antes era coberta com importações (FURTADO, 2003, p. 276).

De acordo com a assertiva de Furtado, procura-se compreender que a crise da superprodução de café condicionou o governo brasileiro a dar incentivos para a produção interna de produtos, ao invés de exercer a costumeira prática da importação de produtos manufaturados. A princípio aproveitou-se a indústria incipiente para a produção de insumos básicos. Pós “crise de 1929” a prioridade do governo federal brasileiro passou a ser a industrialização, reforçando a intervenção do Estado ao invés de delegar a economia às forças do livre mercado.

Entretanto, Villela e Suzigan (2001) afirmam que não houve antes de 1945 nenhum processo contínuo de industrialização no Brasil. O que houve foram surtos industriais, estritamente ligados ao comportamento do mercado exterior. Por conta disso, sempre foram interrompidos pelas crises periódicas do comércio exterior, causadas pelas oscilações do preço do café, pelas duas grandes guerras mundiais, pela Depressão e pelas mudanças na orientação da política econômica, em específico, a política cambial.

De acordo com Baer (1968), após a Segunda Guerra Mundial o processo de industrialização no Brasil se fortalece, respaldado pela ação do Estado na formulação de políticas governamentais, focadas no estímulo e na proteção das atividades industriais.

Furtado (2003[1959]) explica que a primeira fase da expansão da produção industrial no Brasil deveu-se à brecha histórica, dada pela indústria incipiente e pela compra de equipamentos por um baixo preço. A instalação no país de indústria de bens de capital foi beneficiada pela necessidade de expandir a produção para o mercado interno, conjuntamente com a forte elevação dos preços dos produtos importados.

No Brasil, o tema do atraso e do desenvolvimento econômico marca a transição do tema colônia-nação, que predominou entre os ensaístas, para a utilização da interpretação histórica e econômica em torno da questão do desenvolvimento.

A partir dos anos 30 tínhamos então um grupo de pensadores que utilizam para a análise o viés sociológico ou antropológico; um outro grupo cuja análise recorre à abordagem institucional; e um grupo que privilegia **o método da análise econômica**. Nota-se aqui uma curiosa coincidência - essas abordagens expressam os três grandes problemas do pensamento social brasileiro do período: a formação de uma identidade nacional (social, cultural e histórica), a transformação econômica e a reforma do Estado [...] Esse vínculo cria um território

comum que vai permitir, preservadas as divergências, um diálogo constante, mas muitas vezes invisível, entre os vários autores de cada corrente (CEPÊDA, 1998, p. 43, grifo nosso).

Com base no trecho supracitado é possível afirmar que a interpretação ensaísta dá lugar à interpretação econômica, e que esta teve a sua gestação ancorada na análise pioneira de Roberto Simonsen e Caio Prado Junior. O tema central do debate colocado na transição da economia colonial para a fase inicial da industrialização é a formação do Estado Moderno brasileiro (CEPÊDA, 1998).

De acordo com Cepêda (2004), Simonsen foi pioneiro na defesa da industrialização no Brasil e crítico da teoria liberal. No diagnóstico de Simonsen sobre as condições da economia brasileira, nos anos 1930, é afirmado que ela está em condição de “subcapitalismo”. Mais tarde, o termo cunhado por Simonsen, “subcapitalismo”, passa a conotar o subdesenvolvimento.

A volatilidade das mudanças, ocasionadas pelas guerras mundiais e pela Depressão de 1930, resultou em grandes controvérsias doutrinárias, onde se digladiam grupos sociais e políticos. Entre os anos 1920 e 30, novas indagações e dilemas foram levados à sociedade brasileira. O tema do processo de modernização passa a ser o norte das discussões teóricas, da produção bibliográfica dos grandes intelectuais.

1.3 Trânsito de ideias: do centro capitalista para a periferia capitalista

Desde os anos 30, o governo brasileiro buscava a solução para o problema do atraso no país através da centralização política e da expansão do controle da economia (pela regulação da atividade econômica ou formulação de planos para o desenvolvimento de setores considerados estratégicos) (MEMÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO *apud* FURTADO, 2007; MARTINS, 1976; DRAIBE, 1985).

O tema do desenvolvimento passa a ocupar o centro da agenda de trabalho do governo brasileiro. A necessidade de programas de desenvolvimento para conduzir o projeto de industrialização no Brasil requeria inversões públicas e avaliação das necessidades de intervenção da atividade econômica privada.

Conforme retrata Furtado (1985), o conteúdo de um programa era vasto, a prioridade eram os setores básicos: energia, transporte, educação, a insuficiência de acompanhar a demanda interna do setor agrícola, a insuficiência da capacidade para importar. Enfim, estava clara a necessidade de um plano que fosse capaz de pensar o desenvolvimento econômico estrategicamente.

As discussões sobre qual seria o caminho mais produtivo para o Brasil guiar a sua economia foram fortemente discutidas pelas quatro matrizes do pensamento econômico, tipologia elaborada por Bielschowsky (2004): a corrente neoliberal, os desenvolvimentistas (em suas três correntes: nacionalista, setor privado, setor público), a corrente socialista e o pensamento independente de Ignacio Rangel.

O forte embate no plano das idéias foi entre a corrente neoliberal, que pregava a vocação agrária e a corrente desenvolvimentista, adepta da industrialização. A década de 1940 ficou marcada principalmente pelo acalorado debate entre desenvolvimentistas,¹⁵ de um lado representado por Simonsen e liberais¹⁶, do outro, representado por Gudin (CARLOS VON DOELLINGER, 1978).

Em meio aos debates públicos, a via do nacional-desenvolvimentismo foi a vitoriosa. Esta via ideológica organizou e colocou em prática o projeto de industrialização. Nos anos 50, a Comissão Mista Brasil e Estados Unidos (CMBEU) e a BNDE-CEPAL reforçaram a ideia de planejamento econômico, considerado o vetor do processo da industrialização brasileira.

Desse modo, o argumento dos liberais de que o Brasil deveria continuar seguindo a sua vocação agrária, não podia conter o entusiasmo da industrialização brasileira. Bielschowsky (2004) ressalta que a defesa da industrialização prioriza o mercado interno e o apoio estatal para incentivo da infra-estrutura da indústria de base.

A orientação desenvolvimentista dada à economia brasileira propicia altas taxas de crescimento, aumento do seu parque industrial e do emprego no final dos anos 50. A

¹⁵ De acordo com Bielschowsky (2004), a ideologia desenvolvimentista amparou-se pelo argumento em defesa da industrialização planejada e dos interesses do capital industrial privado nacional. Este grupo tinha como ideário para o desenvolvimento econômico brasileiro a implantação de uma estrutura industrial moderna, similar as das economias capitalistas maduras.

¹⁶ Bielschowsky (2004) destaca que os aspectos fundamentais que enveredaram a corrente neoliberal no Brasil foram: não apoiavam a atuação do Estado na economia brasileira; foram a favor das políticas de equilíbrio monetário e financeiro; eram adeptos da vocação agrária, contrários às medidas de suporte ao projeto de industrialização.

formação de capital para o desenvolvimento econômico do país era um dos principais pontos ganglionares do subdesenvolvimento brasileiro, o que requereu a participação dos setores público e privado na formação deste capital e participação do capital estrangeiro (MEMÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO [CICEF], 2007).

Os anos 50, no campo das ideias, marcaram a história brasileira pelos debates sobre o desenvolvimento econômico nacional. Em 1949, a CEPAL publica o artigo intitulado de *Manifesto dos Periféricos*, de autoria de Raúl Prebisch, que aponta para o diagnóstico de atraso econômico da América Latina - foi o estopim para que os intelectuais e governos latino-americanos atentassem para a questão do subdesenvolvimento. Uma das fundações que colaboraram para a difusão deste artigo e das conferências de palestrantes internacionais sobre desenvolvimento econômico no Brasil foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹⁷.

A Fundação Getúlio Vargas, através das suas publicações (artigos e conferências internacionais) e de seus periódicos, *Revista Brasileira de Economia* (RBE)¹⁸ e *Conjuntura Econômica*, passa a divulgar o debate sobre o tema do desenvolvimento travado entre os teóricos internacionais e os teóricos brasileiros.

Apesar da clara recusa divulgada pela Comissão Econômica da América Latina, através do Manifesto dos Periféricos da teoria liberal econômica, transitavam no Brasil artigos e conferências internacionais publicados pela *Revista Brasileira de Economia* (RBE), que se amarravam a esta filiação teórica. Foi o caso da conferência ministrada pelo economista Gottfried Haberler, de origem austríaca e que estudava principalmente a área de comércio internacional e de Jacob Viner, de origem canadense e que contribuiu com diversas áreas da economia combateram as idéias da CEPAL no início dos anos 50.

Contudo, as conferências internacionais ministradas no Brasil não foram unicamente as da corrente liberal. Hans Wolfgang Singer, de origem alemã e que

¹⁷ A fundação Getúlio Vargas foi fundada em 1944 e constituiu um dos principais centros de pesquisa econômica do Brasil.

¹⁸ A *Revista Brasileira de Economia* surge em 1947, editada por Arizio de Viana e Eugenio Gudín, no Instituto Brasileiro de Economia da FGV foi o primeiro periódico nacional a tratar assuntos econômicos e representava o pensamento das correntes mais liberais.

trabalhava com o desenvolvimento econômico, fortalece o seu posicionamento (antiliberal) com o suporte da CEPAL, enquanto escola de pensamento que estava trabalhando com uma interpretação descolada da escola neoclássica.

Em 1951, ocorre a quarta conferência internacional na FGV, ministrada pelo professor Nurkse e, em dezembro de 1951, publicada pela *Revista Brasileira de Economia*. Considerado um dos mais acalorados debates, Ragnar Nurkse focou as suas conferências nos temas do desenvolvimento econômico e do intercâmbio entre países industrializados e produtores de matérias-primas.

O surgimento da Fundação Getúlio Vargas e da *Revista Brasileira de Economia*, e outras revistas, permitiu que houvesse o intercâmbio de idéias sobre a questão do desenvolvimento econômico, tratado como prioridade pelas instituições, governo nacional e pelos teóricos brasileiros nos anos 1950.

A partir das transformações da década de 1930, gradativamente são instauradas condições para o Estado ser a entidade que conduz o processo de desenvolvimento econômico. O Estado enviesado pela ideologia desenvolvimentista, bem como através das políticas e planos de desenvolvimento passa a priorizar o projeto de industrialização brasileira, de modo que se transforma no norte que conduzirá em boa parte do século XX a ação estatal no Brasil.

As principais experiências de planejamento até o ano de 1964 foram a Missão Cooke, em 1942; o Plano SALTE, no governo Dutra (1946-51); as Comissões Mistas Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e BNDE-CEPAL, no período que abrange o segundo governo Vargas (1951-56); o Plano de Metas, aplicada no governo Juscelino Kubstischek (1955-60) e a experiência pioneira de desenvolvimento regional SUDENE (1959); além do Plano Trienal (1962) elaborado no governo João Goulart.

No próximo capítulo é apontado o conteúdo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal. Antecipo que estes teóricos, nos anos 50, representavam a geração de economistas que elevou o nível de análise, as discussões e as considerações sobre a questão do subdesenvolvimento no centro capitalista. Ao longo desse período, rompe-se o silêncio entre os teóricos que discutem a questão do subdesenvolvimento, o que auxiliou a promover o diálogo dos teóricos do centro com os da América Latina.

Tabela 1 – Relação das obras sobre o subdesenvolvimento produzidas nos anos 1929-1964¹⁹

Ano da publicação	Teórico	Obra/artigo publicado
1929	Manuel Manoilescu	Théorie du protectionnisme et de l'échange international
1931	Roberto Simonsen	Crises, finanças e indústria
1938	Colin Clark	The condition of economic progress
1943	Rosenstein-Rodan	Problems of industrialization of eastern and south-eastern Europe
1945	Madelbaun	The industrialization of backward areas
1949	Raúl Prebisch	El desarrollo económico de La America Latina y algunos de sus principales problemas (Manifiesto dos Periféricos); Estudio económico de America Latina; Problemas teóricos y practicos del crecimiento económico.
1950	Hans Singer	Economic Progress in Undeveloped Countries
1952	Walt Rostow	Stages of economic growth
1953	Ragnar Nurkse	Problems of capital formation in undeveloped countries
1954	Lewis	Economic development with unlimited supply of labor
	Celso Furtado	A economia brasileira
1955	François Perroux	Note on the concept of growth poles
1956	Walt Rostow	The take-off into self-sustained growth
	Gunnar Myrdal	International economic
1957	Gunnar Myrdal	Economic theory and underdevelopment regions
	Paul Baran	Economic policy development
1958	Celso Furtado	Perspectivas da economia brasileira

¹⁹ Neste quadro procuro elencar as principais obras publicadas desde a Crise de 1929 até 1964. Para o Brasil este período representa a formação e consolidação da ideologia nacional-desenvolvimentista, adotada pelo Estado para planejar a industrialização. Os anos referentes às publicações das obras correspondem à primeira edição original (edição príncipe).

	Paul Baran	Economic policy development
	Albert Hirschman	Strategies of economic development
1959	Celso Furtado	Formação Econômica do Brasil e Operação Nordeste
1960	Walt Rostow	Stages of economic development
	Alexander Gerchenkron	Economic backwardness in history perspective
1961	Celso Furtado	Desenvolvimento e subdesenvolvimento
1962	Celso Furtado	A pré revolução brasileira
1963	Raúl Prebisch	Hacia La dinámica del desarrollo económico del America Latina
1964	Celso Furtado	Dialética do Desenvolvimento
	Raúl Prebisch	Nueva política comercial para el desarrollo
1967	Celso Furtado	Teoria e política do desenvolvimento econômico ²⁰

²⁰ Exceção feita à obra *Teoria e política do desenvolvimento econômico* de Celso Furtado. A justificativa é a de que esta obra contém a síntese das obras de Furtado sobre o subdesenvolvimento, nos anos 50 e aponta uma clara alternativa para a formulação de uma política para o desenvolvimento econômico.

CAPÍTULO 2
A TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO INTERPRETADA PELO CENTRO
CAPITALISTA

No primeiro capítulo, foi exposto o despertar para a teoria do subdesenvolvimento pelos teóricos dos países desenvolvidos e o trânsito das idéias destes para a periferia (América Latina). Procura-se sustentar nesta dissertação a hipótese de que as teses do subdesenvolvimento formuladas nos países centrais são importantes, pois rebatem a teoria econômica clássica e disseminam em seus primeiros artigos a preocupação com o tema da pobreza.

Porém, se comparadas às teses sobre o subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal (do centro capitalista), com a teoria do subdesenvolvimento de Furtado alguns conceitos são ressignificados pelo teórico brasileiro, conforme a sua interpretação do modelo de subdesenvolvimento averiguado no Brasil²¹.

Nos anos 50, a troca de ideias entre o centro capitalista (Estados Unidos, países da Europa) e o Brasil (periferia) permitiu um debate mais profundo sobre o subdesenvolvimento. O trânsito de ideias das teses do subdesenvolvimento formuladas no centro capitalista deve muito ao esforço teórico de Rostow, Nurkse e Myrdal. Como justificativa aponto que em primeiro lugar estes teóricos formulam as suas teses como uma recusa aos postulados da teoria econômica clássica. Em segundo inovam, em certa medida, ao propor novas bases teóricas para pensar as condições de pobreza nos países marginalizados pela divisão internacional do trabalho e pelas trocas desiguais com os países desenvolvidos.

Em um breve resumo desses autores destacamos que W. Rostow nasceu nos Estados Unidos, formado em História Econômica, a sua tese teve grande destaque pelo método histórico faseológico para propor alternativas para o crescimento econômico nos países.

R. Nurkse nasceu na Letônia. Formado em economia, concentrou a sua pesquisa no problema de formação de capital em países subdesenvolvidos e no comércio desigual entre nações pobres e ricas, passando a divulgar os resultados da sua pesquisa através de conferências.

E finalmente, G. Myrdal, nasceu na Suécia, formou-se em economia e a sua tese tem destaque pelo seu método de pesquisa de causação circular cumulativo, o que

²¹ No capítulo quatro pretendemos expor com clareza quais foram os conceitos que Furtado adaptou para a realidade brasileira e os conceitos que Furtado diverge em relação às teses de Rostow, Nurkse e Myrdal.

rejeita a teoria do equilíbrio estável (método encontrado nos autores clássicos e neoclássicos).

A tese de Rostow é o que mais perto se manteve colada à teoria neoclássica, pelo seu modelo etapista de crescimento econômico, classificando-o como um modelo único para todos os países sobre o que estes devem passar para alcançar o desenvolvimento econômico. Ao passo que, a tese de Nurkse está relacionada à dinâmica da economia interna e externa das nações da periferia do sistema capitalista e formula uma feroz crítica à teoria do comércio internacional, proposta pelos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos. Por fim, Myrdal, detém a tese mais bem acabada deste grupo de teóricos. Para o autor o desenvolvimento econômico envolve elementos econômicos e políticos, necessita de uma economia forte, guiada pelo Estado e uma democracia estável.

O enredo proposto neste segundo capítulo é apresentar o diagnóstico do subdesenvolvimento para Rostow, Nurkse e Myrdal e suas respectivas propostas para a saída do subdesenvolvimento. No final do capítulo foi formulado um quadro comparativo com as teses destes teóricos, explorando as principais diferenças e a dimensão das suas teses.

2.1 A “decolagem” como alternativa para o crescimento econômico

Walt. W. Rostow é de nacionalidade norte-americana e nasceu em Nova York em 7 de outubro de 1916. Graduiu-se em História Econômica na Universidade de Yale, em 1936. Após dois anos obteve o doutorado pela mesma instituição.

Rostow teve importante papel no governo norte-americano, ao participar da “estratégia Truman”, inédito e vigoroso programa de apoio ao desenvolvimento de países atrasados, conhecido como Programa Ponto IV²². Vale acrescentar que Rostow teve uma participação muito ativa entre o trabalho acadêmico e de *policy marker*.

²² Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se digladiava com a União Soviética (URSS) na chamada Guerra Fria. O governo Truman (1945-1953) instituiu o programa Ponto IV, estabelecendo o primeiro acordo efetivo de aliança entre os países latino-americanos e os Estados Unidos. O objetivo central do Programa é a exportação de tecnologia agrícola e treinamento de pesquisadores para a América Latina. Neste mesmo período, do lado dos países latino-americanos era clara a insatisfação com os Estados Unidos por ter formulado o Plano Marshall para a Europa, reivindicando um programa semelhante. Os Estados Unidos temendo que o comunismo avançasse na América Latina formulou o Programa Ponto IV.

Na carreira docente Rostow trabalhou como professor adjunto de Ciências Econômicas na Universidade de Columbia (1940), professor de História Americana na Universidade de Oxford (1946-1947) e na Universidade de Cambridge (1949-1950), foi catedrático de História Econômica no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (M.I.T.) (1950-1961).

Em sua carreira exerceu também os cargos de chefe-adjunto da Divisão Econômica Germano-Austríaca (1945), subajudante especial do presidente Kennedy para os Assuntos de Segurança Nacional (1961), conselheiro do Departamento de Estado (1961-1966), presidente do Conselho de Projetos Políticos (1961-1966), representante dos Estados Unidos no Comitê Inter-americano da Aliança para o Progresso com o grau de embaixador (1964-1966) e ajudante especial do presidente Johnson para os Assuntos de Segurança Nacional (1966-1969).

Uma das principais influências recebida por Rostow foi do professor Kuznets²³ acerca do método²⁴ de abordagem do desenvolvimento aplicando a análise setorial e sub-setorial.

Optamos nesta dissertação trabalhar com a obra de Rostow, *Etapas do desenvolvimento econômico, um manifesto não comunista*, publicada originalmente em 1960. Temendo ser insuficiente para a nossa compreensão do pensamento de Rostow, procuramos adotar como referência a obra *O Processo de Crescimento Econômico*, publicada em 1952, e o artigo *A decolagem para o crescimento auto-sustentado*, publicado em 1956.

A opção pela escolha destas obras, dentre a vasta produção bibliográfica de Rostow, deve-se a duas justificativas: 1) foram produzidas no mesmo período em que estamos trabalhando com o pensamento de Furtado; 2) a tese para o crescimento

²³ A área de conhecimento de Kuznets foi dedicada ao estudo do rendimento nacional dos Estados Unidos e na determinação das razões do crescimento econômico dos países. A sua contribuição no campo teórico ajudou ter uma nova compreensão da estrutura econômica e social e do processo de desenvolvimento.

²⁴ Para Kuznets (1986[1966]), o crescimento econômico está investido pela utilização das variáveis da renda per capita da população, em paralelo com o crescimento demográfico. Logo, se há um crescimento demográfico maior do que a renda per capita, haverá baixo desempenho econômico. A metodologia utilizada por Kuznets é determinada pelos dados quantitativos. Para o teórico, o crescimento dos dados econômicos no setor agrícola, no setor industrial e no setor de serviços no produto nacional bruto dos países (PIB) contribui para o crescimento da economia. O crescimento econômico para Kuznets diz respeito ao avanço tecnológico em uma economia, o que estimula a demanda por novos produtos industriais, ao mesmo tempo em que é verificada a redução na demanda por produtos agrícolas nestes países.

econômico, da decolagem²⁵, proposta por Rostow é mais definida em sua obra, *Etapas do desenvolvimento econômico*.

Para Rostow a conjuntura econômica e política após a Segunda Guerra Mundial revela que os principais entraves para a análise moderna da renda são a inflação, o desemprego e o perigoso avanço comunista em direção aos chamados países de terceiro mundo.

Nessa ocasião, foi requisitada pelo presidente Truman a ajuda de Rostow na formulação de estratégias para executar políticas desenvolvimentistas em países em atraso econômico. Neste período o teórico dividia-se entre a sua atuação na academia e a atividade política, ocupando diversos cargos no governo americano (BASTOS; PINTO, 2010).

É sugerido na dissertação que a tese de Rostow está fortemente vinculada à questão do crescimento econômico sob as circunstâncias de pobreza e atraso econômico em um país em condições de decolagem, a exemplo das principais potências da Europa e outras grandes potências mundiais (Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha, Estados Unidos, Japão) antes de alcançarem o desenvolvimento econômico.

A ferramenta metodológica utilizada por Rostow (1961[1960]) para medir o grau de desenvolvimento econômico dos países é a “*decolagem*”. Assim, o conceito de decolagem parte de três condições inter-relacionadas: 1) incremento na taxa de investimento produtivo; 2) desenvolvimento de um ou dois setores manufaturados básicos; 3) aproveitamento dos impulsos expansionistas do setor moderno vindo de fora, de modo que o acompanhe internamente.

O conceito de desenvolvimento econômico para Rostow é caracterizado por seis fatores:

1) o nível de produção de uma economia é resultante do volume da força de trabalho, do seu estoque de capital (poupança) e do seu acervo de conhecimentos aplicados;

2) a taxa de crescimento da economia depende da variação da força de trabalho, da poupança e do conhecimento tecnológico;

²⁵ O termo original trabalhado por Rostow é *take-off*; a tradução deste conceito para português pode ser decolagem ou arranque. Neste caso optamos em manter a tradução de *take-off* para decolagem.

3) as taxas de variações dependem da interação de rendimentos técnicos e da efetividade das seguintes proposições em instituições econômicas, sociais e políticas da sociedade: propensão de aplicar a ciência na economia; propensão de aceitar as inovações; propensão de obter progressos materiais; propensão ao consumo; propensão a ter filhos.

4) As transformações são chamadas de propensões e são previstas a longo prazo pelas forças econômicas, sociais e políticas, que determinam a estrutura social, as instituições e a política efetiva da sociedade.

5) as propensões que estão vinculadas às decisões econômicas devem ser avaliadas além destas proposições econômicas.

6) caso aconteça uma desaceleração na economia, ele pode influenciar negativamente na qualidade da força de trabalho nas indústrias extrativas e nos investimentos no setor agrícola e industrial.

O desenvolvimento econômico na concepção de Rostow (2010[1956]) compreende três fases: um período longo (um século), onde são reunidas as condições para a decolagem; a decolagem propriamente dita (definida em uma ou duas décadas); e um período prolongado no qual o crescimento se torna relativamente automático. Afirma Rostow que é preciso passar pelas três fases para estabelecer a decolagem em um país atrasado economicamente.

A primeira fase reúne as condições para a decolagem, da sociedade tradicional que possui a sua economia ancorada na produção agrícola. A ideia de progresso econômico tem o seu *locus* na elite estabelecida no poder. Diante do desejo de progresso econômico são mobilizados novos empreendedores, que estão interessados em movimentar as poupanças e se arriscar na busca pelo lucro. Para atender a esta demanda, as instituições surgem com capacidade para mobilizar capital e conceder os empréstimos. O capital básico é expandido principalmente em transportes e comunicações e daí surgem modernas empresas manufatureiras, interessadas em substituir as importações (ROSTOW, 2010[1956]).

Todas essas atividades acontecem em sociedades tradicionais com uma base limitada, as técnicas tradicionais utilizadas por estas sociedades são de baixa produtividade. Justamente por isso, há uma rigidez na estrutura social (cito como exemplo a base social do feudalismo) e as instituições estão presas aos valores retrógrados.

Na segunda fase, não há transformação dos valores tradicionais (sociedades feudais) pelas pré-condições para a “decolagem”. É na terceira fase que a etapa de decolagem é alcançada e a economia entra no ciclo do progresso econômico sustentado. Na decolagem, o capital *per capita* aumenta conforme a economia amadurece, a taxa de crescimento é mantida pela inserção de novos setores na economia, não dependendo das indústrias que providenciaram inicialmente a decolagem, as atividades rurais decrescem e o setor industrial é inserido no comércio internacional. A sociedade passa a se readaptar perante os novos valores e as exigências impostas pelo novo método de produção (ROSTOW, (2010[1956]).

Nos anos 40, aumentou o número de países que disponibilizaram dados sobre a renda nacional. A coleta destes dados proporcionou formular estimativas fundamentadas sobre a poupança e os investimentos. A análise destes dados permitiu Rostow agrupar em quatro tipos as nações “subdesenvolvidas”.

Tabela 2 – Patamar de desenvolvimento das nações

Tipos de economias	Patamar de desenvolvimento econômico dos países (com base nos anos 1950)	Porcentagem das taxas de poupanças e de importações de capital
Economias anteriores à decolagem	As taxas de poupança e investimento, incluindo as importações líquidas de capital, encontram-se abaixo de 5% do produto nacional líquido (PIB).	Etiópia – abaixo de 5% Quênia – abaixo de 5% Afeganistão – abaixo de 5% Indonésia – abaixo de 5%
Economias em tentativa de decolagem	As taxas de poupança e investimento, incluindo as importações líquidas de capital, superaram 5% do produto nacional líquido.	México, FLC ¹ /PIL ² = 7,2%; Chile, FLC/PIL = 9,5%; Panamá, FLC/PIL = 7,5%; Filipinas (1952), FLC/PIL = 6,4%; Porto Rico (1952), FLC (privado)/PIL = 7,6%; Índia (1953), FLC/PIL = 7%
Economias em crescimento	As taxas de poupança e investimento, incluindo as importações de capital líquido, chegam a 10% ou mais.	Colômbia FLC/PIL = 16,3%;
Economias de “enclave”	As taxas aparentes de poupança e investimento, incluindo importações de capital líquidas, atingiram 10% ou mais, porém não alcançaram as condições prévias internas para o crescimento sustentado ²⁶ .	Congo Belga (1951), FLC/PIL = 21,7% e Rodonésia do Sul [atual Zimbábue] (1950), FLC/PIB* = 45,5%; (1952), FBC ³ /PIB = 45,4%. (2).
	Casos em que as exportações líquidas de capital são grandes	Birmânia (1938), FLC/PIL = 7,1%; exportações líquidas de capital/PIB = 11,5%; Nigéria (1950-1951), FLC/PIL = 5,1%; exportações líquidas de capital/PIB, 5,6%.

Baseado em Rostow, Walt. A decolagem para o crescimento autosustentado. In: A economia do Subdesenvolvimento. Agarwala e Singh (org.). Elaboração própria.

Legenda: ¹FLC: Formação líquida de capital; ²PIL: Produto interno líquido. ³FBC: Formação bruta de capital; *PIB: Produto interno bruto

Somente é possível um país atrasado economicamente ingressar no desenvolvimento econômico após passar pelas cinco etapas do desenvolvimento, propostas por Rostow (1961[1960]): a primeira fase é a sociedade tradicional; seguida pela fase das pré-condições para o arranco; o arranco é a terceira fase; posteriormente, é a fase da maturidade²⁷ e finalmente a fase da era do consumo.

²⁶ Essas economias, associadas a importantes indústrias de exportação, não satisfazem a terceira condição de decolagem, anteriormente assinalada.

²⁷ Na fase da maturidade concilia o avanço da indústria de base para a indústria pautada em produzir produtos que demandam mais tecnologia. Esta fase é posterior a fase de decolagem, diferenciada pelo avanço no campo da tecnologia.

2.1.2. Sociedades em atraso econômico

Na concepção de Rostow (1967[1952]) o desenvolvimento econômico abrange as forças sociais, econômicas e políticas. A implicação das forças econômicas é pela via da industrialização e o envolvimento das forças sociais parte do aumento na produtividade, que proporciona o aumento nos investimentos que serão invertidos no recrutamento de mão-de-obra, o que proporciona o crescimento auto-sustentado através da elevação da renda *per capita*.

Para Rostow (1967[1952]) a tradicional teoria econômica neoclássica não é capaz de formular diretrizes para o desenvolvimento dos países atrasados economicamente. Justifica o teórico que a teoria neoclássica foi formulada para atender as flutuações econômicas e resoluções de curto prazo nas economias desenvolvidas.

As questões que estão vinculadas ao desenvolvimento econômico podem agrupar-se, como os temas tratadas na Primeira Parte deste livro, em três grandes epígrafes: os determinantes do crescimento de capital, e (capítulos 4 a 6) a composição apropriada dos investimentos corrente. Naturalmente, estão incluídos também, como a análise formal, os elementos qualitativos vinculados a população e o capital. A crescente literatura sobre os problemas práticos do desenvolvimento econômico revela uma consciência dos determinantes fundamentais da população e do crescimento de capital e da influencia que a este respeito exerce o marco social e político (ROSTOW, 1967, p. 230).

A passagem das pré-condições para a fase de decolagem é subdividida em duas direções. A primeira direção são os países da Europa, Ásia, África e Oriente Médio, o que implica em modificações na estrutura social, no sistema político e nas técnicas de produção. A segunda direção são os países que nasceram “livres” como os Estados Unidos, a Nova Zelândia, a Austrália e o Canadá. Estes países compartilham algumas características similares e usufruem de abundância em recursos naturais permitindo que deslanche a introdução do progresso e a aceleração do processo de transição (ROSTOW, (1961[1960])).

Diferentemente dos países da Europa, que iniciaram a sua marcha para o desenvolvimento pela sociedade tradicional (feudalismo), nas sociedades “livres” o processo de desenvolvimento começa pela fase das pré-condições para a decolagem, ou seja, não há perda de tempo para passar da etapa da sociedade feudal para a etapa das pré-condições de decolagem (ROSTOW, (1961[1960])).

Nas sociedades “livres” a passagem para a etapa de decolagem é mais rápido que em outras sociedades, o processo de industrialização é considerado a força motriz capaz de acelerar (queimar etapas) a passagem para as próximas etapas do desenvolvimento, proposto por Rostow. Dessa forma, nestas sociedades há melhores condições para instalar estradas de ferro, portos, rodovias, se inserir no comércio internacional e substituir o modo de produção rudimentar (agricultura) pela industrialização.

2.1.3. Propostas para superar a estagnação econômica em sociedades atrasadas

Para Rostow (1967[1952]) a “decolagem” significa a passagem de uma economia predominantemente agrícola para a industrialização. Para introduzir a “decolagem” em países atrasados economicamente, Rostow recomenda o investimento em vários setores da economia, como o fator que pode alterar os ciclos econômicos.

O processo de decolagem pode ser definido como um aumento do volume e produtividade da inversão em uma sociedade, aumento de tal natureza que dele deriva um aumento sustentado pela renda real *per capita*. Com adesão a este modelo, o aumento pode ter consequência de um movimento provido de rendimentos ou de propensões (ROSTOW, 1967, p. 103).

Adverte Rostow (1961[1960]): a “*decolagem*” de cada sociedade obedece a um período de maturação diferente. A inversão realizada de modo planejado pelo Estado em um setor estratégico (ou setor chave) na economia é capaz de proporcionar crescimento, de modo que influencie e até proporcione o crescimento em outros setores da economia.

Com efeito, Rostow (1961[1960]) pondera a importância do Estado Nacional na passagem da fase das precondições para a fase da “decolagem” em uma economia. Para realizar esta passagem é preciso que uma nova elite ocupe o poder, no lugar da tradicional elite (composta por latifundiários), para ter condições de construir uma sociedade industrial moderna. O nacionalismo reativo é um fator importante para a saída da estagnação econômica, recusando a colonização de outros países.

Para uma economia atrasada chegar à fase de decolagem é preciso reunir investimento em capital social fixo. O governo tem papel prioritário nesta tarefa, pois

somente com elevado acúmulo de capital é possível impulsionar uma boa arrancada econômica (ROSTOW, 1961[1960]).

Caso exista insuficiência de capital interno para os investimentos nos setores estratégicos, durante o processo de “decolagem”, são recomendados investimentos estrangeiros, para dar o impulso inicial para a decolagem e mobilizar produtivamente a poupança interna, o que proporciona uma alta taxa de poupança marginal (ROSTOW, (1961[1960])).

Na transição da sociedade tradicional para a sociedade industrial moderna o setor agrícola deve passar pela revolução agrícola. O aumento da produtividade agrícola acompanha a demanda dos centros-urbanos, ao proporcionar a oferta de alimentos equivalente à demanda, o que ajuda a ampliar o mercado interno e disponibiliza mais recursos financeiros para o setor moderno (ROSTOW, (1961[1960])).

O impulso para a decolagem também pode derivar de uma revolução política, cujas conseqüências estejam vinculadas ao “*equilíbrio do poder social e dos valores reais, o caráter das instituições econômicas, a distribuição de renda, o padrão de investimentos e a proporção das inovações potenciais deveras aplicadas*” (ROSTOW, 1961[1960], p. 56).

A geração de inovação tecnológica é outro impulso para decolagem, o que resulta no rearranjo da cadeia produtiva. A geração de inovação tecnológica contribui para o aperfeiçoamento da alta produtividade do setor industrial aliada ao baixo custo na produção e que despertará a produtividade em outros setores da economia, através da demanda gerada, respaldada pela elite empresarial no reinvestimento em proporção muito elevada dos lucros em novos empreendimentos (ROSTOW, 1961[1960]).

O processo de “decolagem” para Rostow (1961[1960]) está associado à produção de um produto chave na economia²⁸. Dessa forma, o sinônimo da “decolagem” para Rostow é o de uma revolução industrial, pois introjeta modificações nos métodos de produção.

²⁸ No caso da Inglaterra, produtora de tecidos, o parque industrial surgiu da necessidade da produção em grande escala do produto. Outro caso expressivo é o surgimento da ferrovia, o que resultou em modernas indústrias carboníferas, siderúrgicas e de engenharia.

O crescimento desses setores, com novas funções de produção de alta produtividade, por si mesmo tende a elevar o volume da produção *per capita*; coloca a renda nas mãos de homens que não se limitarão a amealhar uma grande porcentagem da renda em crescimento, mas que a reinvestirão em atividades altamente produtivas; estabelece uma cadeia de procura efetiva de outros produtos manufaturados; origina a necessidade de áreas urbanas maiores, cujos custos em capital podem ser elevados mas cuja população e organização mercantil auxiliam a dotar a industrialização de impulsão própria; e, afinal, inaugura uma série de efeitos de economias externas que, no fim, ajudam a produzir novos setores líderes quando o impulso inicial dos que lideram o arranco começa a esmaecer (ROSTOW, 1961, P. 84-85).

Na fase da “marcha para a maturidade” é aplicada na sociedade todos os recursos da tecnologia moderna estabelecidos pela industrialização em setores mais diferenciados. Segundo Rostow (1961[1960]), é na produção de aço, de modernos navios, de produtos químicos, na eletricidade e nos produtos da atual máquina-ferramenta que a indústria é elevada a um piso de maior complexidade, em comparação com a indústria da fase de decolagem. A marcha para a maturidade exige a aplicação da tecnologia na sua produtividade.

São enumerados por Rostow (1961[1960]) três fatores que se desdobram na fase de maturidade: a força de trabalho foi modificada (quanto a sua composição, salário real e aptidões), a massa de trabalhadores transita do trabalho agrário para os empregos em escritórios e nas indústrias; há a transição de aristocratas produtores de algodão para eficientes administradores profissionais da máquina altamente burocrática; existe, ainda, o protesto da população contra os custos da marcha para a maturidade.

Afirma Rostow (1961[1960]) que os Estados Unidos foi o primeiro país a ingressar na era do consumo de massa. Na última fase, consumo de massa, segundo Rostow, houve o surgimento de uma nova classe média, com o deslocamento dos agricultores para os centros urbanos, em busca de postos de trabalhos nas indústrias, na construção civil, nos transportes. A era do técnico profissional e do operário especializado havia chegado, o que marcou o amadurecimento das sociedades. A era do consumo afetou fortemente as mudanças nos hábitos dos consumidores norte-americanos.

Automóveis, casas de moradia familiar, estradas, utensílios domésticos duráveis, grandes mercados para alimentos de qualidade superior – tudo isso encerra boa parte da transformação da sociedade norte-americana do decênio de 1920, uma transformação que sustentou o surto dessa década e alterou todo o estilo de vida de um continente, penetrando até nos costumes do namoro (ROSTOW, 1961, p. 109).

A assertiva anterior explica que os efeitos da transformação que ocorrem na transição de uma economia tradicional para uma economia industrial moderna geram conseqüências para as forças sociais da sociedade. Nesse sentido, Rostow (1961[1960]) coloca que a quinta etapa (a do consumo em massa) modifica o perfil do consumo na sociedade.

A proposta de Rostow (1967[1952]) para os países alcançaram o crescimento econômico consiste nos seguintes fatores: (a) condições de organização econômica para o progresso; (b) manejar a tecnologia; (c) possuir infra-estrutura para receber as inovações tecnológicas; (d) capacidade para formar capital nacional e ter fontes para o financiamento do desenvolvimento.

Nos países atrasados existe a tendência para o crescimento demográfico, o que implica na atuação do Estado para se organizar perante a demanda desta população. O Estado deve articular a inserção dos países atrasados no comércio internacional, bem como, quando necessário, realizar pedidos de ajuda de capital estrangeiro.

2.2. A gaiola de ferro do “círculo vicioso da pobreza”

Ragnar Nurkse (1907-1959) nasceu na Estônia, onde se formou nas Universidades de Tartu (Estônia) e de Edimburgo (Reino Unido), nesta última, obteve o grau em economia, em 1932. Desempenhou importante papel na contribuição para as áreas da economia internacional, das finanças internacionais e do desenvolvimento econômico.

Nos anos de 1932 a 1934, Nurkse trabalhou em Viena, onde publicou artigos e conheceu economistas da escola austríaca como Haberler, Mises, Hayek, Machlup, Morgenstern, entre outros. Na Liga das Nações, entre os anos de 1934 e 1945, Nurkse esteve envolvido com diversas publicações do órgão, entre as mais importantes o anuário *Monetary Review*, a *The Review of World Trade* e *World Economic Surveys*.

A partir de 1945, tornou-se professor da Universidade de Columbia (Nova Iorque). Em 1958 e 1959, foi estudar desenvolvimento econômico em Genebra, onde faleceu subitamente. A maioria de seus últimos trabalhos sobre os problemas do desenvolvimento econômico e o comércio internacional resultou das suas conferências nas cidades do Cairo, Istambul, Rio de Janeiro, Cingapura e Estocolmo, assim como seus cursos em Columbia, destacando a obra, *Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*, publicada originalmente em 1953²⁹.

A obra, *Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos* trabalhada na dissertação reflete as contribuições de Nurkse sobre a questão do subdesenvolvimento em países pobres.

Ragnar Nurkse recebeu forte influência no campo do crescimento econômico de Paul N. Rosenstein-Rodan e Colin Clark. No campo da teoria do comércio internacional, as teses de Hans Singer e Raúl Prebisch foram referências para Nurkse. A tese de Duesenberry sobre a temática do consumo e poupança também exerceu influência no conceito de “efeito de demonstração” aplicada por Nurkse em seu diagnóstico sobre países subdesenvolvidos.

No contexto do pós-guerra, os Estados Unidos formulam políticas econômicas para a reconstrução da Europa e do Japão, assumindo, junto com as agências internacionais de desenvolvimento econômico essa reconstrução como prioridade das políticas de desenvolvimento econômico para os países arrasados pela guerra mundial. Ragnar Nurkse esteve à frente da Liga das Nações do Comércio, onde participou ativamente da formulação das políticas de reconstrução para a Europa neste período.

O tema geral da formação de capital é, sobretudo, um problema do desenvolvimento em países economicamente atrasados, ou subdesenvolvidos, estes se encontram com deficiência de capital em relação à população e recursos naturais quando comparadas aos países desenvolvidos. Explica Nurkse (1957[1953]) que o desenvolvimento econômico está condicionado pelas peculiaridades humanas, atitudes sociais e políticas e acidentes históricos. Ou seja, o capital é para o progresso condição necessária, mas não suficiente.

²⁹ Consultada a bibliografia de Ragnar Nurkse em Caderno do Desenvolvimento. Ano 1, n.1, 2006. Rio de Janeiro. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

A “formação de capital” processa-se quando a sociedade não aplica toda a sua atividade produtiva corrente em necessidades e desejos de consumo imediato, mas dirige uma parte dela à criação de bens de produção: utensílios e instrumentos, máquinas e facilidades de transporte, projetos e equipamentos – todas as diferentes modalidades de capital real, que podem aumentar grandemente a eficácia do esforço produtivo. O termo é algumas vezes usado abrangendo tanto o capital humano como o material (NURKSE, 1957, p. 4).

Nos países chamados por Nurkse de subdesenvolvidos, verifica-se uma tendência do consumidor consumir mais do que a sua renda *per capita* lhe permite, o que lhe dificulta poupar capital. Este fenômeno é chamado por Nurkse de “efeito de demonstração”, que significa a adesão do indivíduo do país subdesenvolvido ao padrão de consumo praticado nos países desenvolvidos.

A tese de Nurkse mostra que nos países subdesenvolvidos uma das principais dificuldades é a formação de capital, quais são os métodos utilizados por Nurkse para empreender esta análise? O recurso empregado pelo autor é mensurado pela renda nacional, conforme atesta a tabela 3³⁰.

Tabela 3 - Distribuição da renda mundial em 1949

Classificação dos países	Renda Mundial	População Mundial	Renda “per capita”
Países de rendas altas	67%	18%	US\$915
Países de rendas médias	18%	15%	US\$310
Países de rendas baixas	15%	67%	US\$ 54

Baseado em NURKSE, 1957.

O que chama a atenção é o primeiro grupo de países, com 18% da população mundial e com 67% da renda mundial, composto pelos Estados Unidos, o Canadá, a Europa Ocidental, a Austrália e a Nova Zelândia. Por sua vez, o segundo grupo é composto por uma pequena classe média incluindo a Argentina, o Uruguai, a África do Sul, Israel e alguns países da Europa Ocidental, especialmente a Rússia.

De outro lado, o último grupo é o de menor renda, corresponde a 2/3 da população mundial e recebe menos de 1/6 da renda mundial. Este grupo é composto

³⁰ Os dados foram obtidos pelas Nações Unidas, expressado pelo poder de compra do dólar dos Estados Unidos em 1949.

pela maior parte dos países da Ásia, da África, do sudoeste da Europa e da América Latina. Os países chamados de atrasados por Nurkse representam 2/3 da população mundial.

A atração dos padrões de consumo nos países adiantados exerce influência em diferentes classes sociais nas áreas subdesenvolvidas. No entanto, esta influência não se restringe apenas à elite dos países subdesenvolvidos. O “efeito de demonstração” tem uma abrangência maior na população, incluindo os grupos de renda mais baixa, graças aos meios de comunicação em massa.

2.2.1. O bloqueio do desenvolvimento pela pequenez do mercado interno em países subdesenvolvidos

O problema fundamental do subdesenvolvimento para Nurkse (1957[1953]) é a dificuldade de um país em formar capital. O “círculo vicioso da pobreza”, tratado pelo teórico é considerado um dos principais obstáculos que condicionam a procura de capital e o seu uso no processo produtivo. O significado deste conceito é exposto a seguir:

Implica ele numa constelação circular de forças, tendendo a agir e reagir uma sobre a outra de tal modo a conservar um país pobre em estado de pobreza. Não é difícil imaginar exemplos típicos destas constelações circulares: um homem pobre não tem o bastante para comer; sendo subalimentado, sua saúde é fraca; sendo fisicamente fraco, a sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é pobre, o que, por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer; e assim por diante. Tal situação, transporta para o plano mais largo de um país, pode ser resumida nesta proposição simplória: um país é pobre porque é pobre (NURKSE, 1957, P.8).

O círculo vicioso da pobreza é utilizado por Nurkse (1957[1953]) para apontar que nessas relações circulares existe dificuldade de acumulação de capital em países economicamente atrasados. A oferta de capital está correlacionada pela habilidade e propensão para poupar. Por sua vez, a procura de capital é determinada pelos incentivos para investir. Na concepção de Nurkse o círculo vicioso da pobreza existe em ambos os lados (da oferta de capital e da procura) do problema da formação de capital nas áreas subdesenvolvidas.

A dificuldade em acumular capital nos países subdesenvolvidos é balizada pela oferta de capital (resultado da habilidade e propensão para poupar) e pela procura por capital (depende do incentivo para investir).

Do lado da oferta, há pequena capacidade de poupar, resultante do baixo nível da renda real. A renda real baixa é o reflexo de baixa produtividade, que, por sua vez, é devida em grande parte à falta de capital. A falta de capital é o resultado da pequena capacidade de poupar e, assim, o círculo se completa (NURKSE, 1957, p. 8).

Nos países subdesenvolvidos o “círculo vicioso da pobreza” atua no sentido mais amplo do termo exposto por Nurkse em citação anterior, de maneira que, se é reduzido o orçamento para investir em produtividade, é proveniente da baixa renda dos indivíduos, que repercute em reduzida procura por produtos, o que bloqueia a alta produtividade (NURKSE, 1957[1953]).

Para Nurkse (1957[1953]) a pequenez do mercado interno é um obstáculo para o desenvolvimento de um país, pois inibe o estímulo para inversão de capital. O principal determinante para dimensionar o tamanho do mercado interno é o nível da produtividade, ou seja, se é reduzido o mercado interno não há necessidade de produção em larga escala, o que descarta a necessidade de equipamentos para acelerar a produção. *O incentivo para investir é limitado pelo tamanho do mercado* (Nurkse, 1957[1953], p. 28).

A inelasticidade da demanda por produtos em conjunto com os baixos níveis de renda real dificulta o investimento em formas técnicas de equipamento de capital. Nurkse (1957[1953]) enfatiza três fatores que condicionam a baixa demanda de capital em países de renda baixa: demanda inelástica de consumo; é arriscado investir em equipamentos produtivos; há descontinuidades técnicas que resultam na falta de empreendimentos, pela falta de confiança do empresário.

Para Nurkse (1957[1953]) a produtividade física técnica de capital somente pode ser encorajada caso seja aplicado o crescimento equilibrado. Este tipo de crescimento consiste na ampliação do tamanho do mercado interno, por meio de incentivos aos investimentos em todos os setores da economia.

Afirma Nurkse (1957[1953]) que os determinantes do tamanho do mercado nos países subdesenvolvidos estão associados à deficiência da demanda do mercado, o que induz os baixos incentivos para o investimento privado. Muitos dos países

subdesenvolvidos sofrem de inflação, é reduzido o suprimento, por conta da baixa produtividade, o que é causado pela falta de capital.

O limitado tamanho do mercado interno nos países subdesenvolvidos limita o volume de investimento estrangeiro e o uso da poupança doméstica. O tamanho do mercado interno está fortemente vinculado ao volume do comércio internacional. Países agrícolas ocupam papel marginal no comércio internacional, devido a sua baixa capacidade de produtividade e conseqüente baixo poder de compra real (NURKSE, 1957[1953]).

Embora a entrada de investimentos estrangeiros nos países subdesenvolvidos seja considerada por Nurkse (1957[1953]) como uma fonte para acumulação de capital, nestes países os investimentos estrangeiros são focados na exploração de atividades primárias, o que reforça a estrutura nos países subdesenvolvidos.

Em 1949, foi diagnosticado por Nurkse que o destino dos investimentos americanos para indústrias extrativas estava distribuído em 59% nos países subdesenvolvidos, e 23% nos países desenvolvidos. A relação é invertida quando analisados os investimentos em manufaturas, em 59% nos países desenvolvidos e 22% nos países subdesenvolvidos (NURKSE, 1957[1953], p. 95).

Nurkse considera a crítica feita por Singer em relação ao “tipo” tradicional de investimento estrangeiro³¹ nos países subdesenvolvidos, quando é frisada a importância do mercado interno para estimular os investimentos. Para Nurkse o objetivo do capital estrangeiro em países subdesenvolvidos é maximizar a exploração de matérias-primas. O investimento de capital estrangeiro em países subdesenvolvidos pode ser considerado benéfico somente sob o monitoramento de uma agência governamental, avaliando e investindo o capital estrangeiro em setores deficientes desta economia.

É identificado por Nurkse (1957[1953]) dois tipos de países que encontram problemas para a formação de capital: os “superpopulados”; e os “subpopulados”. O principal problema nas regiões “superpopuladas” é a concentração populacional em regiões rurais, em paralelo com as atividades econômicas especializadas na produção de matérias-primas. O subemprego crônico na agricultura associado ao desperdício de

³¹ A crítica feita por Singer ao tipo tradicional de investimento estrangeiro nos países subdesenvolvidos é a de que nestes as indústrias de exportação restringem-se à extração de minerais e a agricultura (compostos por alta intensidade de capital), ao passo que, em sentido oposto, o investimento estrangeiro no mercado interno foca apenas na natureza de subsistência (NURKSE, 1957[1953], p. 35).

trabalho (considerada a fonte de riqueza) implica na não formação do capital, chamado por Nurkse de “desemprego disfarçado”.

O termo *desemprego disfarçado* não se aplica ao salário do trabalho. Designa uma condição de emprêgo de famílias em comunidades agrárias. Designa uma condição de emprêgo de família em comunidades agrárias. Uma série de pessoas trabalha em fazendas ou pequenos lotes agrícolas, sustentando-se de uma parte da renda real da sua família e virtualmente não contribuindo para a produção. Não há neste caso possibilidade de identificação pessoal, ao contrário do que acontece no desemprego industrial. Nos países industriais, o desemprego é um desperdício de recursos visível a todos e que, talvez por êsse motivo, tenha atraído mais atenção. Numa economia agrária de região superpopulada não podemos apontar para qualquer pessoa e dizer que ela seja um desempregado disfarçado. Tôda a população pode estar ocupada e ninguém se pode considerar vadio. Ainda assim, permanece o fato de que uma determinada porção da mão de obra empregada na terra, poderia ser dispensada, sem que houvesse qualquer alteração no volume da produção (NURKSE, 1957, P. 39).

Segundo Nurkse (1957[1953]) o “desemprego disfarçado” é um fenômeno de massa inserido em economia agrária superpovoadas, permanecendo oculta a poupança. A poupança oculta é a quantia de trabalho de um indivíduo que acumula para além das suas horas de trabalho em relação à baixa produtividade de outro trabalhador, considerada mão-de-obra excedente. Então, a renda da poupança oculta vai ser direcionada à mão-de-obra excedente a fim de custear a sua sobrevivência.

O segundo grupo de países possui escassez de população e sofre de baixa produtividade de produtos agrícolas. Propõe Nurkse (1957[1953]) para aumentar a produtividade à melhoria de técnicas e métodos de produção agrícola. Nesse sentido, nos países com baixa população e especializados na agricultura existe a escassez de capital.

De acordo com Nurkse (1957[1953]) o desequilíbrio na balança de pagamentos em países subdesenvolvidos é resultado da dificuldade de formar poupança. O principal obstáculo para a formação de poupança em países subdesenvolvidos é o “efeito de demonstração”. Denomina Nurkse (1957[1953]) que o “efeito de demonstração” é manifestado em países subdesenvolvidos quando os indivíduos entram em contato com formas de consumo superiores. O novo padrão de consumo dos indivíduos dos países subdesenvolvidos implica em novos desejos e a propensão para consumir se eleva.

Quando as pessoas entram em contato com mercadorias ou formas de consumo superiores, com novos artigos, estarão depois de algum tempo, dispostas a sentir certo desassossêgo e insatisfação. O seu conhecimento é ampliado e estimulada sua imaginação. Novos desejos são despertados e a propensão para consumir se eleva (NURKSE, 1957, p. 67).

O consumo na massa da população é ditado pelo lançamento de novos produtos no mercado. O principal agente responsável pela constante produção de novos produtos é a inovação tecnológica. Tradicionalmente os produtos gerados pela tecnologia originam-se nos países desenvolvidos e são importados pelos países subdesenvolvidos. O impacto da forma superior de consumo na vida dos indivíduos dos países subdesenvolvidos implica em transformações no seu cotidiano, o usufruto das mercadorias passa a ser o ingrediente para a própria satisfação dos indivíduos.

Os argumentos lançados por Nurkse acerca da questão do consumismo desenfreado dos indivíduos nos países subdesenvolvidos caminham na mesma direção que as formulações teóricas de Raul Prebisch³². Para Nurkse (1957[1953]) a baixa poupança é consequência do baixo nível de renda real e da alta propensão ao consumismo, devido à sedução irradiada pelas formas superiores de consumo.

2.2.2. Propostas para romper o “círculo vicioso da pobreza”

A proposta de Nurkse para romper o círculo vicioso da pobreza é o “crescimento equilibrado”. Vejamos a seguir quais são as condições necessárias para colocar em ação a alternativa dada pelo “crescimento equilibrado” para um país sair do estado de subdesenvolvimento.

³² Lembramos que os fatores que ajudam a explicar a debilidade periférica, de acordo com Prebisch (1964) podem estar relacionados com o fenômeno “deterioração dos termos de troca”. Ele analisou esse fenômeno, ao comparar o preço de exportação dos bens primários (produzidos por economias periféricas) com os preços dos bens industrializados (produzidos nos países centrais). Prebisch constatou que, a longo prazo, os preços dos primeiros tendem a reduzir-se com maior velocidade que os dos segundos. Uma das causas levantadas pela CEPAL para explicar esta tendência é a diferença da produtividade da mão-de-obra entre os setores primário e secundário. A deterioração dos termos de troca se manifesta através das flutuações cíclicas da economia mundial, característica do capitalismo, prejudicando o desenvolvimento das economias especializadas na produção de bens primários.

A atuação do empresário (criador de inovações³³) nos países subdesenvolvidos é considerada por Nurkse (1957[1953]) importante. A dinâmica no mercado interno em países subdesenvolvidos é providenciada pelas inovações tecnológicas, produzidas pelos empresários, o que proporciona a abertura de novos mercados.

O crescimento equilibrado é incentivado pela ampliação do mercado interno em paralelo com o aumento dos investimentos dos empresários (no mercado interno). O equilíbrio estacionário do subdesenvolvimento é desfeito quando o investimento é aplicado em diferentes ramos da produção, o que conduz a dilatação do mercado total (NURKSE, 1957[1953]).

Anteriormente, foi colocado que o investimento é limitado pelo tamanho do mercado interno, da mesma forma, o investimento internacional depende desta condição. Assim, para que o investimento estrangeiro nos países subdesenvolvidos seja benéfico é indicado por Nurkse (1957[1953]) a necessidade de uma agência reguladora, para qualificar a entrada de investimentos estrangeiros.

O desemprego disfarçado em países subdesenvolvidos deve ser enfrentado através da transferência do excesso da mão-de-obra (nas atividades agrárias) para os projetos de capital, tais como, as irrigações, os esgotos, as estradas, as ferrovias, as casas, as fábricas. Então, surge a questão: de que forma estes projetos de capital serão financiados? Ou, qual fonte irá gerar os salários para as pessoas que estiverem nesta espécie de trabalho?

Aponta Nurkse (1957[1953]) como alternativa a poupança voluntária normal, ou aumentar o fluxo de capital estrangeiro, bem como dar condições de subsistência para os indivíduos transferidos das atividades agrárias para os novos projetos de investimentos.

É proposto por Nurkse (1957[1953]) como alternativa para a formação de capital em países com escassez de mão-de-obra o aperfeiçoamento das técnicas de produção agrícola e o implemento da indústria para a formação de capital e o desenvolvimento do processo de industrialização.

Em síntese, os países com escassez da população devem melhorar as técnicas na agricultura, liberando a mão-de-obra para projetos de formação de capital. As condições

³³ O uso do termo empresário inovador segue conforme exposto pela teoria de Schumpeter. Ver sua obra clássica. SCHUMPETER, Joseph. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

mínimas de trabalho para os operários é o aumento da taxa de poupança, essencial para arcar com o nível de subsistência.

Enfim, Nurkse (1957[1953]) ressalta que a formação de capital não é possível sem medidas que priorizem a poupança doméstica, impostas por políticas fiscais, monetárias e pelas restrições à importação de bens de consumo. A propensão a poupar é um determinante crucial para o crescimento, conjuntamente com o papel que as finanças assumem em face ao problema de formação de capitais nos países subdesenvolvidos. Nurkse acredita que o círculo vicioso da pobreza pode ser quebrado caso exista uma ação coletiva através das finanças públicas.

2.3. O método da causação circular acumulativo

Gunnar Myrdal³⁴ nasceu na Suécia, em 1898. Obteve a graduação na Faculdade de Direito da Universidade de Estocolmo, em 1923, e recebeu o diploma de doutorado em economia, em 1927. Posteriormente ele foi nomeado docente de economia política e publicou os seus primeiros livros, inovando ao acrescentar a variável política nas suas pesquisas sobre o desenvolvimento econômico.

Em 1931, Myrdal retornou à Europa onde foi nomeado professor adjunto na Pós-Graduação do Instituto de Estudos Internacionais de Genebra, na Suíça. Em 1933, ele foi nomeado para a Cadeira de Economia Política e Finanças Públicas da Universidade de Estocolmo, sucedendo o seu mestre, Gustav Cassel.

Além de Myrdal ter exercido as atividades acadêmicas, desempenhou papel ativo no cenário político na Suécia, eleito para o Senado, em 1934, como membro do Partido Social Democrata. Em 1938, Myrdal retornou aos Estados Unidos a convite da Carnegie Corporation de Nova York, para efetuar um estudo sobre o problema do negro americano, publicado em 1944, com o título *American Dilema: The Negro Problem and Modern Democracy*.

Em 1942, Myrdal retornou à Suécia, foi reeleito para o Senado sueco, atuou como membro do Conselho de Administração do Banco da Suécia e foi presidente do Pós-Guerra Comissão de Planejamento. De 1945 a 1947, foi ministro do Comércio da

³⁴ Consultada a biografia de Myrdal em:

http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1974/myrdal-bio.html

Suécia³⁵. No ano de 1957, Myrdal deixa o cargo para dirigir um estudo abrangente sobre a evolução econômica e as políticas em países do Sul da Ásia para a Twentieth Century Fund, cujo resultados foram divulgados pelas publicações dos livros *Asian Drama: Uma Investigação sobre a Pobreza das Nações* e *O Desafio da pobreza mundial*.

A partir de 1961, Myrdal retorna à Suécia e foi designado professor de Economia Internacional na Universidade de Estocolmo. No mesmo ano, nesta universidade foi fundado o Instituto de Estudos Econômicos Internacionais e permaneceu como membro da sua Direção. Myrdal foi, ainda, presidente do Conselho de Administração do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), também foi presidente do Conselho de Administração do Instituto Latino-Americano, em Estocolmo.

Cabe enfatizar que Gunnar Myrdal está inserido no seleto grupo dos vencedores do Prêmio Nobel em Economia. No ano de 1975, Myrdal recebeu ao lado de Friedrich August von Hayek o prêmio máximo do reconhecimento pelas contribuições no campo da economia.

As influências que marcaram o pensamento de Myrdal são da escola sueca de economia, como Knut Wicksell, Gustav Cassel, Hecksher. O termo utilizado por Wicksell, “causação circular (cumulativa)” em sua obra *Juros e Preços* (1898) foi significativo para o pensamento de Myrdal, que a redefiniu.

Não é considerado viável por Myrdal analisar o desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos a partir da teoria da escola clássica. Por conta disso, Myrdal (1965) se destacou pela sua crítica, direcionada à estreiteza da teoria da escola clássica de economia. Após a Segunda Guerra Mundial, a temática do subdesenvolvimento e do atraso econômico dos países desenvolvidos atraiu a atenção de Myrdal.

A obra analisada na dissertação é *Teoria Econômica para Regiões Subdesenvolvidas*, publicada originalmente em 1957. Esta obra representa o testemunho do esforço intelectual de Myrdal, ao se debruçar sobre o problema do subdesenvolvimento nos países pobres e em reconhecer que a teoria clássica não abrangia a realidade social e econômica destes países.

³⁵ Ao assumir o Ministério do Comércio descartou o convite para assumir o posto de Secretário Executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa.

Myrdal passou a debater suas ideias sobre o subdesenvolvimento em suas conferências, o que contribuiu para a produção das suas obras *Teoria Econômica para Regiões Subdesenvolvidas*, publicada em 1957 e *Desenvolvimento e o Subdesenvolvimento – Uma nota sobre o mecanismo da desigualdade econômico nacional e internacional*, de 1956.

Sendo assim, a obra *Teoria Econômica para Regiões Subdesenvolvidas*, foi elaborada sob o clima das mudanças na esfera política internacional em âmbito mundial, condicionada pelas conseqüências da Segunda Guerra Mundial.

O interregno da Grande Depressão na década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial foi marcado por eventos que proporcionaram grandes transformações em escala mundial, modificando a dinâmica capitalista. Dentre as inúmeras transformações ocorridas por conta das conseqüências da Segunda Guerra Mundial, cabe destacar às desigualdades estabelecidas entre estes e os países desenvolvidos, proporcionadas pelo comércio desproporcional. O capitalismo como sistema econômico mundial teria um único propósito: manter os países pobres cada vez mais na miséria (MYRDAL, 1965[1957]).

A questão das desigualdades econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos tem ocupado espaço nos debates, publicações e nas teses dos teóricos que abordam o subdesenvolvimento. Embora Myrdal (1965[1957]) considere importante esta questão, o propósito da sua obra vai além dela, busca a explicação para a persistência das desigualdades.

O conceito de “causação circular” em um processo acumulativo é a metodologia adotada por Myrdal para entender a condição de subdesenvolvimento. Segundo o economista é a metodologia mais precisa para analisar a mudança social³⁶.

A principal justificativa de Myrdal (1965[1957]) para empregar o conceito de “causação circular” é que a noção de equilíbrio estável é falsa e é inadequada para explicar a mudança no sistema social. Nesse sentido, o teórico afirma que é equivocado aplicar a tese do equilíbrio estável à realidade social, justamente por partir da premissa de que o processo social é descrito por um estado de equilíbrio entre as forças, indo em direção oposta ao do equilíbrio gerando mais desigualdade.

³⁶ Myrdal utilizou primeiro esta metodologia em sua obra *American Dilema*.

Uma ilustração da aplicação da metodologia, “causação circular” foi utilizada por Myrdal (1965[1957]) em sua obra *American Dilema*, devido o preconceito do branco em relação ao negro e o baixo padrão de vida do negro. Ambos os fatores atuam como causa e efeito, assim, caso o estado das coisas permaneça inalterado, é resultado do equilíbrio entre os dois fatores. Conclui Myrdal, o preconceito dos brancos com os negros bloqueia qualquer esforço dos negros de elevarem o seu baixo padrão de vida, por outro lado, esse baixo padrão de vida dos negros é observado como uma das causas do preconceito dos brancos, o que subseqüentemente os induz a um comportamento discriminatório.

Essa “acomodação” estática é, porém, inteiramente fortuita, e não provoca, absolutamente, uma posição de equilíbrio estável. Se qualquer dos dois fatores se modificasse, haveria mudança no outro e, também, desencadearia um processo acumulativo de interação mútua, no qual a mudança em determinado fator seria, continuamente, apoiada pela reação do outro. Assim, sucessivamente, de forma circular, todo o sistema se moveria na direção da mudança primária, de maneira cada vez mais ampla. Mesmo que o impulso original cessasse, depois de algum tempo, ambos os fatores se teriam alterado para sempre, ou, o que também poderia suceder, o processo de mudanças recíprocas persistiria, sem possibilidade de neutralização imediata (MYRDAL, 1965, p. 39).

Do ponto de vista de Myrdal (1965[1957]), ambos os fatores são fenômenos de causas múltiplas que estão inter-relacionados em processos de causação circular. Caso houvesse melhoria de qualquer um deles tenderia a seguir este padrão todos os outros fatores e assim indiretamente causaria a modificação acumulativa, o que repercute em novo padrão na vida dos negros.

Para Myrdal (1965[1957]) o efeito de causação circular não se restringe a um fator apenas. Caso o “fator econômico” fosse enxergado como o determinante, esse raciocínio estaria preso dentro do perímetro da teoria clássica. Em sentido oposto, para Myrdal o princípio da acumulação envolve outros fatores, vamos utilizar o exemplo do negro.

O baixo *status* do negro é, por exemplo tremendo desperdício que se perpetua a si mesmo; o baixo padrão educacional conduz a diminuta produtividade, as deficiências de saúde e rendas reduzidas, estas, por sua vez, deprimem os níveis educacionais, e assim por diante. (MYRDAL, 1965, p. 43)

A melhoria do status do negro resulta em grandes “ganhos sociais” para a sociedade. A formulação desses conceitos políticos está baseada nas premissas do valor explícito, formulado em termos dinâmicos da causação circular de desenvolvimento acumulativo. Myrdal acredita que um país subdesenvolvido deve alcançar o desenvolvimento através dos seus próprios recursos, conforme prediz a tese de Rostow, da “decolagem do crescimento estável”.

2.3.1. Os efeitos regressivos do “círculo vicioso” em países subdesenvolvidos

O diagnóstico das condições que suscitam a condição de subdesenvolvimento para Myrdal (1965[1957]) está vinculado ao baixo investimento e à reduzida renda em países subdesenvolvidos, o que afeta o equilíbrio necessário para o seu desenvolvimento econômico. A formulação da crítica de Myrdal acompanha a conjuntura econômica e política do pós-guerra.

- a) Que há um grupo pequeno de países prósperos e um grupo muito grande de países extremamente pobres.
- b) Que, em geral, os países do primeiro grupo se encontram em processo de desenvolvimento econômico contínuo, enquanto no segundo o progresso médio é mais lento, uma vez que muitos países estão sob a ameaça permanente de não poderem sair da estagnação e até mesmo de retrogradarem.
- c) Que, de modo geral, nas últimas décadas, as desigualdades econômicas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos têm aumentado. (MYRDAL, 1965, p.23).

Nos países subdesenvolvidos há uma tendência de aumento populacional e desigualdade entre eles e os países desenvolvidos. Por conta disso, Myrdal salienta que a teoria internacional do comércio não é suficiente para explicar como as desigualdades econômicas internacionais se produzem e tendem a aumentar.

A teoria do comércio internacional e, na verdade, a teoria econômica, em geral, jamais foram elaboradas para servir ao propósito de explicar a realidade do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico (MYRDAL, 1965, p. 27).

A teoria do equilíbrio estável para Myrdal (1965[1957]) está embutida na teoria clássica econômica. É preciso uma teoria que dê conta de preencher as lacunas

deixadas pela teoria clássica quando direcionada para estudo do subdesenvolvimento. Por conta disso, Myrdal embasa-se no conceito de círculo vicioso³⁷ da pobreza para expor o grau da pobreza e miséria nos países subdesenvolvidos.

Para Myrdal (1965[1957]) o “círculo vicioso da pobreza” tem como base o processo acumulativo, sendo que as conseqüências podem gerar tanto os “efeitos progressivos”, como os “efeitos regressivos”. Os efeitos acumulativos são despertados pela mudança econômica ou pelos processos sociais.

Em economias subdesenvolvidas regidas pelas forças do mercado (*laissez-faire*) há uma tendência para aumentar as desigualdades regionais, beneficiam-se as regiões que possuem melhor infraestrutura, indústrias, ao passo que existem regiões que estão restritas à economia de subsistência. A intensificação do desenvolvimento desequilibrado é conseqüência de um volume maior de investimentos em uma região (o que propicia dinamismo da atividade econômica), em relação à outra região dentro de um mesmo país. O resultado é o crescimento econômico da região mais dinâmica à custa de outras regiões com economia estagnada (MYRDAL, (1965[1957])).

O diagnóstico de Myrdal (1965[1957]) de uma região subdesenvolvida é exposto pela causalidade circular dos processos acumulativos, cuja proposta é incluir tanto os fatores não econômicos como os econômicos, que provocaram as mudanças no país subdesenvolvido. Os efeitos negativos oriundos das transformações econômicas são tratados por Myrdal como “efeitos regressivos”.

³⁷ O círculo vicioso da pobreza foi utilizado por Nurkse em sua obra *Problema de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*, em 1953.

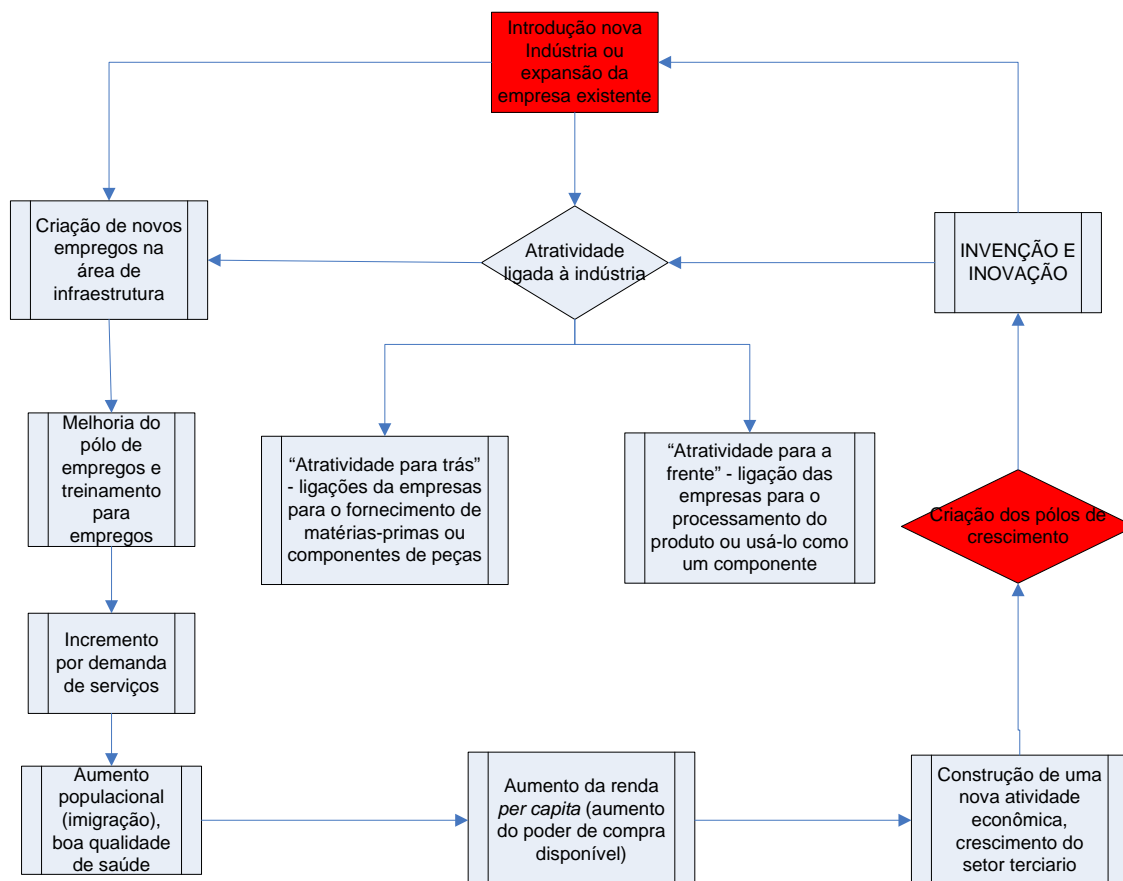


Gráfico 1 – Esquema da Causação Circular (acumulativa)

Fonte: Baseado em MYRDAL, 1965.

Nos países subdesenvolvidos os “efeitos propulsores” são fracos. As “vantagens comparativas” determinam que o livre comércio seja benéfico apenas para os países ricos, enquanto que reforça a posição de submissão dos países pobres no comércio internacional. Logo, temos a equação ditada por Myrdal.

O fato de um baixo nível de desenvolvimento econômico ser acompanhado, em geral, por grandes desigualdades econômicas representa, por si mesmo, grande obstáculo ao progresso. Esta é uma das relações interdependentes, por meio das quais, no processo acumulativo, “a pobreza se torna a sua própria causa” (MYRDAL, 1965, p. 63).

No jogo do livre mercado “os efeitos propulsores” são maiores para os países desenvolvidos, do que em países subdesenvolvidos. O *laissez-faire* proporciona vantagens somente para os países mais bem preparados para competir no mercado,

assim o impacto dos “efeitos regressivos” nos países desenvolvidos é menor do que nos países subdesenvolvidos (MYRDAL, (1965[1957])).

De acordo com Myrdal (1965[1957]) o “Estado de Bem-Estar” funciona muito bem em países ricos, pois proporciona maior igualdade regional e “efeitos propulsores”. Em países pobres, o “Estado de Bem-Estar” não tem o mesmo alcance que nos países ricos, de modo que atinge determinadas regiões e outras não, repercutindo em desigualdades sociais (MYRDAL, (1965[1957])).

É utilizado como justificativa por Myrdal (1965[1957]) para os países pobres não ingressarem no clube dos países ricos o fraco esforço de integração nacional. Nos países ricos a “causação circular” tem agido pelos “efeitos propulsores” e políticas igualitárias. Por outro lado, em países pobres a “causação circular” tem atuado gerando desigualdades internas, o que enfraquece a eficácia do governo democrático. Myrdal ressalta que a falta de integração econômica nacional e o atraso econômico é de influência mútua.

No cenário mundial, não há um equilíbrio de força, as desigualdades internacionais têm resultado no desnivelamento entre as nações, ilustrado pelo baixo poder de barganha dos países periféricos. O atraso econômico, cultural nos países subdesenvolvidos, a dominação econômica estrangeira e o colonialismo político são conseqüências da frouxa relação entre os países subdesenvolvidos (MYRDAL, 1965[1957]).

Até o presente não há, a bem dizer, cooperação econômica entre os países subdesenvolvidos, e a base para que se estabeleça é fraca, uma vez que a situação inicial é quase completa falta de relações econômicas e, muitas vezes, de reais facilidades de transporte. Todavia, no plano político mais geral, está em marcha crescente solidariedade entre os países subdesenvolvidos, que tende a tornar-se uma das grandes forças da História. Têm em comum as reminiscências da dominação e da exploração estrangeira, profunda compreensão da pobreza e da desigualdade internacional e a ambição de conseguir participar mais intensamente das oportunidades mundiais (MYRDAL, 1965. p. 111-112).

Supõe Myrdal (1965[1957]) que se existisse cooperação entre os países pobres, a união destes aumentaria o poder de barganha frente às relações econômicas com os países ricos.

Na percepção de Myrdal (1965[1957]) a teoria clássica foi aplicada erroneamente como solução para suprimir o subdesenvolvimento. Esta teoria foi formulada sob os interesses políticos nacionais dos países desenvolvidos, de modo que, não tem aplicabilidade às peculiaridades dos países subdesenvolvidos. Com efeito, Myrdal salienta a sua preocupação em rechaçar as velhas preferências do *laissez-faire*, do livre-câmbio e da teoria do equilíbrio estável.

A alternativa apontada por Myrdal (1965[1957]) para substituir a teoria clássica e apresentar uma metodologia que combata o subdesenvolvimento é a causação circular, que relaciona todos os fatores do sistema social resultante do processo acumulativo.

2.3.2. O círculo vicioso também atua do lado dos efeitos progressivos nos países subdesenvolvidos

Brevemente colocaremos os principais tópicos abordados por Myrdal (1965[1957]) que impedem o desenvolvimento econômico nos países pobres.

Em primeiro lugar, para Myrdal (1965[1957]) a teoria clássica, que propõe o equilíbrio estável, não é a teoria adequada para o subdesenvolvimento. O teórico aponta que o método da causação circular é considerado como o melhor método para efetuar a análise sobre o subdesenvolvimento, pois concilia a conjugação dos fatores econômicos, políticos e sociais da sociedade.

O segundo ponto abordado por Myrdal (1965[1957]) é sobre a dimensão do método da causação circular acumulativa. Este método desdobra a análise do subdesenvolvimento em “efeitos regressivos” e os “efeitos propulsores” de uma economia.

O terceiro ponto, tratado por Myrdal (1965[1957]) diz respeito ao papel de relevância do Estado como agente capaz de proporcionar os “efeitos propulsores” em países subdesenvolvidos. O Estado tem papel de destaque em países subdesenvolvidos, pela sua capacidade de providenciar políticas econômicas para conciliar o desenvolvimento com a democracia.

Para Myrdal (1965[1957]) é possível quebrar o “círculo vicioso da pobreza” através dos “efeitos propulsores” centrífugos, capazes de fornecer para os países subdesenvolvidos maior dinamismo. Conforme dita o crescimento econômico em uma

região, é possível capacitar todas as regiões vizinhas com o crescimento econômico graças à expansão econômica beneficiada pelo “efeito propulsor”.

Nesse sentido, conforme são intensificados os efeitos propulsores o desenvolvimento econômico se torna um processo acumulativo, ou seja, ele é transmitido da região central (epicentro do crescimento econômico) para outras regiões vizinhas. Com a extinção dos gargalos econômicos, ocorre a otimização dos recursos humanos de uma nação. O progresso passa a ser gerado quase que automaticamente, quando o país alcança um alto nível de desenvolvimento (MYRDAL, 1965[1957]).

Apointa Myrdal (1965[1957]) que a saída para a desigual relação no comércio internacional para os países subdesenvolvidos está no aumento da sua produtividade, da renda, do padrão de vida nos setores mais importantes de subsistência na agricultura, o que implica no aumento dos salários da mão-de-obra e na inserção da indústria.

Porém, faz a ressalva Myrdal (1965[1957]), o comércio por si só não é capaz de “driblar” o subdesenvolvimento, o desenvolvimento econômico deve ser amparado pela ação política. A mudança mais significativa nas políticas estatais dos países subdesenvolvidos é a conscientização da necessidade de uma política nacional de desenvolvimento econômico.

Todos os países necessitam de um plano nacional do desenvolvimento, nesse sentido, cabe ao Estado a responsabilidade de iniciar e controlar o plano global de desenvolvimento em um país subdesenvolvido (MYRDAL, (1965[1957])).

O principal propósito dos planos nacionais de desenvolvimento é aumentar os investimentos externos e elevar a capacidade produtiva do país. A intenção das políticas em países subdesenvolvidos é aumentar os efeitos propulsores dos impulsos do desenvolvimento.

A maior parte dos países subdesenvolvidos luta contra as instituições obsoletas da desigualdade social e econômica que, muitas vezes, não podem ser, facilmente, destruídas. Não raro, o próprio Estado é dominado por grupos sociais interessados na preservação de velhas diferenças sociais (MYRDAL, 1965. p. 128).

Os países subdesenvolvidos necessitam da democracia para superar os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento econômico. O plano nacional é defendido para proteger o mercado interno, nos países subdesenvolvidos, contra o livre mercado, no sentido que exista um programa que estabeleça projetos de investimentos, que por

sua vez, resultem na produtividade em vários setores da economia (MYRDAL, (1965[1957])).

2.4. Balanço das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal

Amparado pela apresentação das teses Rostow, Nurkse e Myrdal, tentaremos esboçar um balanço destas teses pontuando as suas principais diferenças e os pontos de proximidade entre elas.

Identificamos que o conceito de decolagem, na tese de Rostow, é considerado a fase em que a economia está ingressando na economia moderna, pautada pela industrialização em setores estratégicos da economia.

Conforme procuramos apontar anteriormente, a decolagem está munida por pré-requisitos (aumento da produtividade, a industrialização amparada por dois ou mais setores estratégicos e investimentos externos), que são essenciais para possibilitar a passagem da etapa das pré-condições para a da decolagem. E toda economia necessita que estes pré-requisitos para a decolagem sejam despertados para possibilitar a sua transição para a moderna economia industrial.

Outro ponto importante encontrado na tese de Rostow é a “brecha histórica”. Esta, ocorre com o mínimo de infra-estrutura e capital para investir em economias subdesenvolvidas, conciliadas com o momento oportuno deixado pela conjuntura econômica e política.

Apointa Rostow como saída para as economias atrasadas o desenvolvimento setorial. A tese da decolagem aposta em investimentos em setores estratégicos da economia, capazes de promover uma “correia” de transmissão do progresso destes setores para outros setores da economia.

Dos três teóricos analisados até o momento nesta dissertação, Rostow é o que mais próximo permaneceu colado à teoria neoclássica. A sua tese se manteve afastada da realidade econômica e social dos países subdesenvolvidos, em específico dos da América Latina.

Como justificativa para o parágrafo supracitado, verificamos que para Rostow não existe o conceito de desenvolvimento econômico. Na sua concepção são estabelecidas condições para um país sair do estado de letargia econômica para buscar o crescimento econômico. Dessa forma, o conceito de “decolagem”, ganha evidência na

tese de Rostow por ser considerado a fase de transição de uma economia em condições para a fase da decolagem (especializada na indústria moderna).

A tese de Rostow não deixa claro o significado do conceito de subdesenvolvimento, o mais próximo que o autor se aproxima é na associação da primeira etapa do crescimento econômico à sociedade tradicional (sociedade feudal), o que subentende-se pela concepção do autor que seja uma etapa que se aproxima da condição de subdesenvolvimento, pela especialização na agricultura da economia, pelo despreparo técnico dos profissionais, pelos equipamentos rudimentares empregados na produção agrícola, pelo baixo rendimento auferido pelo produtor através da colheita da sua safra. O conceito de subdesenvolvimento envolve elementos julgados mais complexos, do que o estado de estagnação da economia proposto por Rostow.

Para Rostow, o capitalismo é único, pois se insere em economias subdesenvolvidas da mesma forma que outrora fez em economias desenvolvidas, o autor não deixa claro que há diferentes modelos de desenvolvimento para os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. As peculiaridades entre estes dois grupos de países exigem que sejam tomadas políticas econômicas diferentes de acordo com o modelo de subdesenvolvimento de cada país.

O modelo de subdesenvolvimento da América Latina não é trabalhado por Rostow. No pensamento de Rostow, a sociedade tradicional é o modelo que mais se aproxima do subdesenvolvimento. A tese de Nurkse está mais próxima da realidade econômica e social dos países subdesenvolvidos do que a de Rostow.

Alguns elementos que determinam o subdesenvolvimento estão ocultos ou passaram despercebidos pela tese de Rostow, mas foram trabalhados com maior intensidade pela tese de Nurkse.

Os principais conceitos trabalhados por Nurkse e considerados importantes para caracterizar o subdesenvolvimento são as desigualdades geradas pelo intercâmbio comercial e pelos problemas relacionados com a formação de poupança. Lembramos que na tese de Nurkse a dificuldade em formar poupança está associada ao conceito do “círculo vicioso da pobreza”, que caracteriza as condições de subsistência dos trabalhadores nos países subdesenvolvidos.

Nurkse considera que existem baixos investimentos estrangeiros em países subdesenvolvidos e a sua escassez está associada às dificuldades de promover a industrialização. Os lucros auferidos pelos empresários nos países subdesenvolvidos

não são reinvestidos na modernização dos equipamentos de produtividade, pelo contrário, estes são reféns do “efeito de demonstração”.

A noção de crescimento equilibrado é defendida por Nurkse como um meio de ampliar o mercado interno e incentivar a produtividade (por meio do investimento estrangeiro) nos países subdesenvolvidos.

A inserção dos países subdesenvolvidos no comércio internacional é considerada por Nurkse como determinante para o sucesso ou o fracasso da entrada de investimentos estrangeiros. A ausência de dinamismo no comércio internacional em países subdesenvolvidos pode resultar no esgotamento dos investimentos estrangeiros.

Myrdal pode ser considerado dentre os três autores, o que transpassou do plano da economia pura para uma concepção mais sociológica e política dos problemas do desenvolvimento econômico. Myrdal com base no método “causação circular (acumulativa)” utiliza em sua análise variáveis econômicas e não-econômicas.

A metodologia aplicada por Myrdal no estudo do caso do negro permitiu verificar que o conceito “causação circular (cumulativa)” não é uma ferramenta estática. Esta condição permite Myrdal transitar da esfera econômica para a política para elaborar o seu diagnóstico sobre o subdesenvolvimento.

Assim, através da causação circular Myrdal propõe que existe dinamismo no conceito do círculo vicioso, tanto para produzir os efeitos retrógrados (frequente em países subdesenvolvidos), como para produzir os efeitos progressivos (ausente ou de fraca intensidade em países subdesenvolvidos).

Assim como Rostow, Myrdal aposta no crescimento setorial em países subdesenvolvidos a partir de investimentos em setores estratégicos da economia. Os efeitos progressivos determinados pelo investimento setorial são propalados para os outros setores desta economia. Não obstante, da mesma forma que os efeitos progressivos possuem esta dinâmica, os efeitos regressivos proliferam caso o dinamismo e a integração nacional do país seja débil. Nesse sentido, podemos classificar Myrdal como adepto do crescimento setorial.

A democracia é um fator determinante na tese de Myrdal sobre o subdesenvolvimento. O autor associa a ausência de democracia como privação dos direitos à liberdade dos indivíduos. Desse modo, não basta ter apenas crescimento econômico, é necessário ter democracia. Este fator permite que a sua tese seja classificada, dentre os três teóricos do centro capitalista, como o que detém a tese bem

mais acabada. Em outras palavras, para que um país tenha condições de desenvolvimento econômico deve conciliar o crescimento econômico com um alto nível de democracia.

A integração do mercado interno é um fator preponderante para que os países subdesenvolvidos tenham condições de ter desenvolvimento econômico. Quando não há integração do mercado interno Myrdal recomenda que o Estado promova através de planejamento políticas para remediar esta situação.

O capítulo precedente buscou evidenciar as teses do subdesenvolvimento produzidas no centro capitalista, pelos teóricos Rostow, Nurkse e Myrdal, seguida pelo balanço das mesmas, buscando apontar o diagnóstico destes teóricos em relação aos países em estado de subdesenvolvimento e pelas suas respectivas propostas para a saída dos países deste estado.

Dessa forma, montado o quadro com as teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal, a seguir no terceiro capítulo, iremos expor a teoria do subdesenvolvimento produzida na periferia capitalista, pelo economista Celso Furtado. O propósito de ter exposto no segundo capítulo as teses do subdesenvolvimento desta “tríade” e em seguida expor a teoria do subdesenvolvimento de Furtado sugere uma análise comparativa. No quarto capítulo buscamos efetuar esta análise comparativa entre as teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do subdesenvolvimento de Furtado.

Tabela 4 - Comparação das teses do subdesenvolvimento

Teóricos do Subdesenvolvimento	Obra Analisada	Contrário à teoria neoclássica	Metodologia aplicada	Ponto central da sua Tese	Adepto do crescimento equilibrado	Adepto do crescimento setorial	Defende a atuação do Estado na economia	Diagnóstico do Subdesenvolvimento	Prognóstico do Subdesenvolvimento
Walt Rostow	<i>The Take-Off into Self-Sustained Growth</i> – “Etapas do desenvolvimento econômico – um manifesto não comunista” (1960)	Sim	Análise setorial – <i>decolagem</i> , Realizada pela renda <i>per capita</i> e pelo PIB	Impulso dado pela <i>decolagem</i> para prosseguimento do desenvolvimento através das 5 etapas do desenvolvimento	Não	Sim	Sim	Rígida estrutura social, aliada a escassez de demanda agrícola e industrial. Baixo coeficiente de investimento em capital social fixo	Investimento em um ou mais setores estratégicos, ascensão no poder de uma elite modernizadora, necessidade de formar poupança interna, para ter condições de <i>decolagem (take-off)</i> na economia
Ragnar Nurkse	<i>Problems of Capital-Formation in Underdeveloped Countries</i> – Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos (1953)	Sim	Análise da renda <i>per capita</i> da população e a taxa demográfica	“Efeito demonstração” coíbe para a dificuldade em formar poupanças em países subdesenvolvidos	Sim	Não	Sim	“Círculo vicioso da pobreza”, propalada pela dificuldade para acumular capital (baixa poupança). A baixa produtividade tem correlação à pequenez do mercado interno, gerando falta de dinamismo no comércio internacional. Países agrícolas convivem com o “desemprego disfarçado” e o “efeito de demonstração”	Crescimento equilibrado, aliado às inovações tecnológicas. Fluxo de investimentos estrangeiros, controlados por uma agência governamental
Gunnar Myrdal	<i>Economy Theory and Underdeveloped Regions</i> – Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas (1957)	Sim	Causação Circular Acumulativa	A causação circular gera um processo acumulativo, podendo ir tanto em direção dos “efeitos regressivos”, como em direção dos efeitos “propulsores”	Não	Sim	Sim	Baixa renda <i>per capita</i> , providencia o “círculo vicioso da pobreza”. A “causação circular” repercute em desigualdades regionais, e são propaladas pelos “efeitos regressivos”. Fraco esforço de integração regional	Intervenção do Estado imbuído por um Plano Nacional, “Estado de Bem – Estar Social”. É essencial a integração regional, conduzida pelos “efeitos propulsores”.

CAPÍTULO 3
A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO

Celso Furtado nasceu e foi criado no Nordeste (Pombal, PB, 1920) do Brasil, aprofundou seus estudos no Rio de Janeiro, em Direito, aos 24 anos de idade. Aos 28 anos, terminou o Doutorado em Economia, em Paris, com a tese “*L’économie coloniale brésilienne*”, onde são trabalhadas as raízes históricas da Economia Política do Subdesenvolvimento, com ênfase ao Brasil e particularmente ao Nordeste³⁸ (CANO, 2004).

Após o retorno ao Brasil, Celso Furtado foi convidado para incorporar-se à Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL), para assumir o cargo de Diretor de sua Divisão de Desenvolvimento Econômico. Durante a sua permanência neste cargo, Furtado pôde aprimorar a produção das idéias da escola de pensamento econômico da CEPAL. Assim, a experiência de Furtado na CEPAL aprimorou a sua compreensão teórica e prática sobre o processo histórico do subdesenvolvimento econômico (CANO, 2004).

Nos anos 50, Furtado teve grandes responsabilidades nos cargos públicos que ocupou, dentre eles: Presidente do Grupo de Estudos CEPAL/BNDE (1953-55), que produziu os subsídios para o famoso Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek; Diretor do BNDE (1958-59); Idealizador e primeiro Superintendente da SUDENE (1960-64); Ministro do Planejamento do Governo de João Goulart (1962-63).

Com o Golpe militar de abril de 1964 foram cassados todos os direitos políticos de Furtado, obrigando-o a se exilar. Com a reabertura democrática retornou ao Brasil e ocupou os cargos de Embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia (1985/86). Foi Ministro da Cultura no Governo de José Sarney (1986/88). Durante o exílio, Furtado exerceu vida acadêmica nas Universidades de Yale e Columbia (EUA), na de Cambridge (Reino Unido) e na Sorbonne (França).

As considerações de Bielschowsky (2001) a respeito do “sistema analítico” de Furtado são calcadas em três momentos diferentes:

1. A partir do final dos anos 1940, Furtado tem contato com técnicas de planejamento aplicadas para países subdesenvolvidos, é o período de formulação da sua teoria do subdesenvolvimento;

³⁸ A biografia e a produção bibliográfica atualizada de Furtado estão disponíveis em <<http://www.centrocelsofurtado.com.br>>

2. No final dos anos 50 e início dos anos 60, a experiência de Furtado na SUDENE contribuiu para que seu enfoque sobre o subdesenvolvimento englobasse os fatores sociais e políticos;
3. Em fins da década de 1970, Furtado se debruçou sobre a problemática do subdesenvolvimento no plano da cultura e da dependência externa dos países subdesenvolvidos.

Este capítulo foi construído seguindo as seguintes diretrizes. A primeira fase do pensamento de Furtado (1954-64), que é trabalhada na dissertação, envolve o diagnóstico do subdesenvolvimento e alternativas para a saída do subdesenvolvimento, propostas pela sua teoria do desenvolvimento (CEPÊDA, 1998). Nesse sentido, por estarmos tratando de uma fase do pensamento de Furtado, que envolve momentos diferentes optamos por dividir em dois blocos este capítulo.

No primeiro bloco procuramos expor os principais determinantes que contribuíram para a formulação da teoria do subdesenvolvimento de Furtado, os temas selecionados são: deficiências na economia compreendidas pela chave explicativa do subdesenvolvimento; o dualismo estrutural.

O recorte bibliográfico do primeiro momento da produção de Furtado corresponde aos anos de 1954 a 1960. As obras e artigos selecionados para ser trabalhados no primeiro momento foram: *A economia Brasileira*, de 1954; *Perspectivas da Economia Brasileira*, de 1958; *Formação da Economia do Brasil*, de 1959; *Operação Nordeste*, de 1959 e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961.

No segundo bloco buscamos apontar os principais temas que Furtado trata em sua teoria do desenvolvimento para a saída dos países do subdesenvolvimento: democracia e reformas políticas como subsídios para o desenvolvimento; uma possível via para o desenvolvimento.

Pressupõe-se neste trabalho que o período que abrange o segundo momento seja 1962 a 1967. As obras que foram selecionadas para abordar o segundo momento foram três: *A Pré-Revolução Brasileira*, de 1962, *Dialética do Desenvolvimento*, de 1964 e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, de 1967.

3.1. O subdesenvolvimento na periferia – América Latina

A teoria do subdesenvolvimento de Furtado aponta para a formação da estrutura híbrida da economia brasileira. Ao contrário do processo de desenvolvimento nos países europeus ou dos *late-comes*, conduzidos pela força do empresário inovador (shumpeteriano) e do avanço da industrialização, a divisão internacional do trabalho reforçou a especialização em produtos primários - nos ciclos econômicos (ciclo da cana-de-açúcar, ciclo da mineração; ciclo do café) na economia brasileira. Esta condição ocasionou desvantagens para a economia brasileira, como a extrema vulnerabilidade no comércio exterior e a concentração de renda nas mãos da elite, e atrofiou o mercado interno.

O método utilizado por Furtado em suas obras é o histórico estrutural, que permite a ele recorrer à história para empreender a sua análise do subdesenvolvimento na América Latina e no Brasil. A história é uma importante ferramenta para o método histórico estrutural, pois parte da análise da formação da estrutura econômica e política de um país, o que contribui para apontar os principais elementos que são determinantes para uma economia ser classificada como subdesenvolvida. Aponta Oliveira (2001) que o método histórico-estrutural de Furtado converge para explicar a formação das economias subdesenvolvidas.

Furtado emerge nos anos 1950, a partir dos estudos da Cepal, inaugurando o que veio a ser chamado “método histórico-estrutural”, adequado para explicar a formação dessas economias e sociedades no sistema capitalista *para além* da dominação colonial. O nome dado ao tipo de análise, menos que um método, é simultaneamente uma denúncia da falência do método neoclássico, a-histórico, então soberano na análise econômica, e um reconhecimento da necessidade de historicizá-la. O vigor de sua contribuição reside precisamente na tentativa de descobrir a especificidade da formação dessas economias e sociedades subdesenvolvidas (OLIVEIRA, 2003, p. 12).

A interpretação de Cepêda (1998) sobre o método aplicado (histórico-indutivo) por Furtado em suas obras permite buscar na história elementos que consistem em base explicativa para interpretar o presente, como podemos observar pela tese da formação nacional, articulando o passado colonial aliada à teoria do subdesenvolvimento, como método explicativo para formulação da identidade e do desenvolvimento nacional.

3.1.1 O subdesenvolvimento na formação da estrutura brasileira

O modelo de desenvolvimento econômico seguido pelos países europeus e pelos países *late-come* (Estados Unidos, Alemanha, Japão, Itália) difere profundamente do modelo seguido pelos países da periferia capitalista. Desse modo, para Furtado (1963[1961]) não é possível pensar em desenvolvimento econômico conforme os postulados liberais prevêm, pelo livre mercado e com a ausência da intervenção do Estado.

O capitalismo em países periféricos se manifesta de formas diferentes, pois a inserção deste em uma estrutura pré-capitalista (da América Latina) promove em determinadas regiões atividades (dinâmicas) primário-exportadoras e em regiões estagnadas permanece rígido o padrão de acumulação pré-capitalista, associado à economia de subsistência (FURTADO, 1963[1961]).

O desenvolvimento econômico é um fenômeno com uma nítida dimensão histórica. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhe são específicos, se bem que muitos dêles sejam comuns a outras economias contemporâneas. O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas, singularizam cada fenômeno histórico do desenvolvimento (FURTADO, 1963, p. 22).

A teoria liberal econômica (Smith, Ricardo), mais precisamente a divisão internacional do trabalho, deu subsídios para que o comércio internacional se legitimasse, o que estabeleceu uma relação de dominação dos países produtores de produtos industrializados para os países produtores de matérias-primas. Mallorquin (2005) reforça que Furtado não considera válida a teoria liberal e acrescenta, que ela não pode ser considerada uma teoria do desenvolvimento para a periferia (América Latina).

Pondera Mallorquin (2005) que o reforço da análise sociológica, antropológica e histórica no repertório de Furtado foi importante para negar a predominância do discurso liberal. A teoria do desenvolvimento é formulada por Furtado composta por elementos particulares das estruturas nas economias subdesenvolvidas.

No entanto, é óbvio que Furtado encontrava-se em dois âmbitos teóricos muito diferentes; por um lado, tentava substituir noções convencionais da economia, e por outro, tratava de construir uma perspectiva teórica que pudesse englobar as economias latino-americanas. Renegava os instrumentos da análise convencional e expunha a necessidade de efetuar uma ampliação dos “quadros da construção teórica para que caibam dentro deles cada vez maior número de casos especiais” (MALLORQUIN, 2005, p. 71).

Na concepção de Furtado as categorias conceituais têm uma vigência histórica determinada e sempre deverão ser medidas em relação a uma realidade histórica, ao contrário dos modelos da teoria do desenvolvimento propostos pelos teóricos neoclássicos, que partem de uma visão abstrata e geral da economia, Furtado sempre considerou a dinâmica histórica (MALLORQUIN, 2005).

De acordo com a citação supracitada, Furtado (1954) explica que a dinâmica dos países subdesenvolvidos é diferente a dos desenvolvidos, pois a formação da sua estrutura decorre de outra natureza da encontrada nos países desenvolvidos. Vamos buscar compreender quais fatores são determinantes na formação da estrutura nos países subdesenvolvidos.

Na economia brasileira, as atividades cíclicas (inclui a produção e exportação dos produtos primários) não demandam a mesma intensidade de inovações tecnológicas que as economias desenvolvidas necessitam. E por mais que as economias subdesenvolvidas busquem imitar as inovações tecnológicas produzidas nos países desenvolvidos, sempre estarão à margem do avanço tecnológico.

O crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é, sobretudo, um processo de assimilação da técnica prevalecente na época (FURTADO, 1954, p. 194).

Para Furtado (1963[1961]), economias subdesenvolvidas têm forte tendência à estagnação da renda, devido ao baixo nível de produtividade. Por sua vez, a fraca produtividade é resultado da deficiência na utilização dos fatores de produção, balizada pela escassez do fator capital. Sob estas condições o comércio exterior não se afirma como uma estratégia eficaz para um país subdesenvolvido sair do estado de miséria.

Para legitimar o argumento de Furtado sobre o modelo singular de acumulação de capital, retomamos a clássica obra de Furtado – *Formação Econômica do Brasil*, para averiguar às conseqüências que as atividades cíclicas legaram à economia brasileira. A propagação do fluxo de renda na produção de açúcar, na mineração e no plantio de café se comporta de modo diverso na economia primário-exportadora.

No primeiro caso, o da produção de açúcar, o empresário capitalista na etapa inicial importa equipamentos e mão-de-obra escrava, seguida pela etapa de construção do engenho e instalação dos equipamentos. Observando-se a inversão neste tipo de economia, nota-se que parte é destinada à compra dos equipamentos, mão-de-obra e materiais de construção no exterior e grande parte é utilizada na própria mão-de-obra escrava (diz respeito ao nível de subsistência dos escravos). O lucro do empresário é contabilizado pela diferença entre o custo de reposição e de manutenção da mão-de-obra e o valor do produto do trabalho da mesma. Os gastos de consumo do empresário são realizados no exterior, com a importação de artigos de consumo (FURTADO, 2003[1959]).

Explica Furtado (2003[1959]) que em uma economia açucareira os fatores de produção pertencem quase que totalmente ao empresário, a renda monetária produzida no processo produtivo reverte para as mãos do empresário. A renda é direcionada para o pagamento dos fatores de produção mais os gastos de reposição do equipamento e dos escravos importados, expresso no valor das exportações. Se por um lado, a renda monetária é dada pelo valor das exportações, por outro, o dispêndio monetário expressa-se no valor das importações. Furtado salienta que a diferença entre o dispêndio total monetário e o valor das importações é igual ao movimento das reservas monetárias e a entrada líquida de capitais. O fluxo de renda se estabelece entre a unidade produtiva e o exterior.

No caso da economia de mineração, Furtado (2003[1959]) aponta que sua renda média foi menor do que a açucareira. Contudo, o seu mercado apresenta maiores potencialidades. As importações representavam menor proporção do dispêndio total, a renda estava muito menos concentrada, a proporção da população livre era muito maior. O encarecimento das importações de produtos de consumo, devido a distância entre a região mineira e os portos contribuiu para o desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno. Apesar desta situação favorável ao crescimento endógeno na região

mineira, ele foi nulo. Embora tenham sido estabelecidos os centros urbanos, não foram desenvolvidas as atividades manufatureiras de grau inferior.

A principal diferença do fluxo de renda da atividade cafeeira em relação às atividades açucareira e mineira refere-se à mão-de-obra assalariada. Segundo Furtado (2003[1959]) é dividida em dois grupos: renda dos assalariados e renda dos proprietários. No que diz respeito à utilização de renda os dois grupos são distintos. A renda dos assalariados transforma-se em gastos de consumo. Enquanto que, a renda do proprietário, cujo nível de consumo é superior, tem uma parte retida para aumentar seu capital.

O fluxo de renda aumenta conforme as exportações crescem. Os pequenos produtores, comerciantes, transformam grande parte da sua renda em consumo. Assim, se existe o aumento das exportações, cresce a massa de salários pagos, o que aumenta a procura por artigos de consumo. A produção de produtos para o mercado interno pode ser ampliada dada a elasticidade da mão-de-obra e terras subutilizadas. O aumento da produtividade, para o mercado interno, manifesta-se fora da unidade produtora-exportadora. Dessa maneira, a massa de salários pagos no setor exportador, contribuiu para expandir o mercado interno (FURTADO, 2003[1959]).

Aponta Furtado (2003[1959]) que no setor cafeeiro foi possível manter seu salário real estável, apesar do crescimento das exportações, mediante o pagamento da mão-de-obra (amorfa) acima dos demais setores da economia. Caso contrário, se a mão-de-obra fosse inelástica, seria preciso recrutar imigrantes europeus, o que elevaria os salários.

A transição da economia cafeeira para a atividade industrial no Brasil proporcionou um conjunto de transformações estruturais. A política de defesa ao setor cafeeiro aplicado pelo governo brasileiro, nos anos de depressão, e o aumento dos preços dos produtos importados, protegeu o mercado interno e o tornou o fator dinâmico para a economia brasileira. Para os empresários, as inversões no setor interno foram mais benéficas do que continuar apostando no setor exportador, em um clima de recessão mundial. Por conta disso, um fato inédito ocorreu na economia brasileira, a formação de capital, a partir do setor produtivo instalado no mercado interno.

Já observamos que de 1929 ao ponto mais baixo da depressão a renda monetária no Brasil se reduziu entre 25 por cento e trinta por cento. Nesse mesmo período o índice de preços dos produtos importados subiu 33 por cento. Compreende-se, assim, que a redução no quantum das importações tenha sido superior a sessenta por cento. Conseqüentemente, o valor das importações baixou de catorze por cento para oito por cento da renda territorial bruta, satisfazendo-se com oferta interna parte da procura que antes era coberta com importações. (FURTADO, 2003, p. 276).

É rompido o círculo estabelecido pelas exportações, renda e consumo de produtos importados. A infra-estrutura formada pela indústria incipiente somada às indústrias de base para a produção do café foi utilizada para colocar em marcha a industrialização brasileira (FURTADO, 2003[1959]).

Coloca Furtado (2003[1959]) que a primeira fase da expansão da produção industrial (de bens de capital) no Brasil aproveitou a brecha dada pela queda no preço de equipamentos, antes importados a preços superiores, e pela indústria incipiente, formada pela exigência da produção de café³⁹.

A transição da atividade cafeeira para a industrial, da mão-de-obra escrava para a assalariada e a formação do mercado interno no Brasil, representou grandes transformações para a economia brasileira. Porém, a principal transformação foi a criação do Estado moderno brasileiro. Nos anos 30, de forma embrionária e, mais agudamente nos anos 40 e 50, o Estado moderno, amparado pela ideologia nacional-desenvolvimentista, coloca em ação, o projeto de industrialização. E é justamente neste período que Furtado, alternando produção bibliográfica e atuação em cargos públicos, aprofunda as pesquisas sobre o singular modelo de subdesenvolvimento brasileiro (FURTADO, 2003[1959]).

Embora as atividades primário-exportadoras gerassem alta lucratividade, em tempos de crise apresentavam alta vulnerabilidade para a economia brasileira ao receber o impacto das crises externas, devido à alta dependência com o mercado externo.

³⁹ No final do século XIX, surgiram indústrias dedicadas a suprir a demanda do setor exportador em expansão e o setor do consumo interno, apesar de abranger uma pequena parcela da atividade econômica. *“Instalou-se em São Paulo uma empresa de juta para atender à crescente demanda de sacos para café e outros artigos do grão; abriram-se pequenas fábricas para produzir tecidos de algodão, seda e linho; moinhos, fábricas de enlatados, biscoitos, macarrão, de diversos tipos de bebida etc. também surgiram”* (BAER, 1968, p. 16).

Na economia dependente, exportadora de produtos primários, a crise se apresentava como um cataclismo, imposto de fora apara dentro. As contorções que realizava essa economia, para defender-se da pressão esmagadora que vinha do exterior, não guardavam nenhuma semelhança com as ações e reações que se processavam na economia industrializada nos períodos de depressão e recuperação que sucediam à crise. (FURTADO, 2003, p. 239)

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a formulação das políticas anticíclicas⁴⁰ pelo Estado, destinadas à proteção contra as desvalorizações dos preços do café, evidenciou que sem a presença do Estado, enquanto condutor do planejamento da economia, não seria possível alcançar o desenvolvimento econômico no Brasil.

Caso fosse “abandonada” a economia brasileira aos ventos da teoria liberal, permaneceria ativo o “círculo vicioso” conduzido pela dificuldade de formação de capital, pela baixa qualificação da mão-de-obra, do mercado interno atrofiado, pela concentração de renda nas mãos da elite e pela dependência tecnológica dos países desenvolvidos. A vinculação ao comércio exterior da economia brasileira, por intermédio dos produtos primário-exportadores, reforçaria o “círculo vicioso da pobreza”, o que concentraria a renda nas mãos da elite (FURTADO, 2003[1959]).

Em uma economia primário-exportadora, parte da renda que chega às mãos do empresário capitalista, sendo direcionada para pagar salários, para garantir a subsistência do trabalhador, e uma parte ainda maior desta renda é utilizada para a importação de produtos suntuosos. A utilização da maior parte da renda deste empresário em importações não estimula a produtividade no mercado interno, engessando a formação de capital pelo mercado interno (FURTADO, 1963[1961]).

A Primeira Revolução Industrial, na Europa no século XVIII, determinou a expansão do capitalismo em três direções diferentes e definiu a formação da estrutura em países periféricos (América Latina) (FURTADO, 1963[1961]).

No primeiro caso houve a desorganização da economia artesanal pré-capitalista sucedida pela progressiva absorção de fatores liberados pelo nível mais alto de produtividade, o que proporcionou a injeção de equipamentos industrializados e culminou na primeira Revolução Industrial. No segundo caso a economia industrial

⁴⁰ A política de defesa do café desdobrou-se em três sucessivos planos de valorização (1906, 1917 e 1921). Os preços de valorização do café mantiveram-se elevados até a depressão econômica de 1929-33 (Villela e Suzigan, 2001).

européia deslocou-se em direção às terras ainda desocupadas e de características similares às da própria Europa. (FURTADO, 1963[1961]).

Finalmente a terceira rota foi em direção às regiões já ocupadas, todas essas regiões de economia pré-capitalista, países da América Latina. A resultante da inserção da economia capitalista nessas regiões criou estruturas dualistas, se refere a transposição da economia capitalista, ativa, dinâmica dos grandes centros econômicos em países que detém a economia pré-capitalista, implicando em uma dinâmica completamente diferente, seja na qualificação do indivíduo para exercer sua função, como nas estruturas disponíveis para instalação de empresas vindas do centro econômico. A estrutura da economia dualista faz parte do fenômeno do subdesenvolvimento (FURTADO, 2000[1967]).

A teoria do desenvolvimento econômico dos teóricos do centro capitalista (escola clássica liberal, modelo de Marx, a escola neoclássica, a teoria de Keynes) não se adaptou à estrutura das economias subdesenvolvidas. A expansão do capitalismo moderno da Europa para as economias pré-capitalistas periféricas determinou um padrão de acumulação de capital diferente do averiguado no centro capitalista (FURTADO, 1954).

Oliveira (2003) aponta que Furtado admite que a industrialização na América Latina promoveu o crescimento, mas com concentração de renda, ao invés de promover a distribuição de renda, apontado como falso o modelo keynesiano, dos multiplicadores de renda e do emprego.

É ressaltado por Furtado (1954) que as formulações teóricas advindas do centro capitalista são demasiadamente abstratas. O mecanismo do processo de crescimento é elaborado através de modelos ou esquemas dos sistemas econômicos existentes, baseada em variáveis quantitativas.

O problema da natureza abstrata ou histórica do método com que trabalha o economista não é independente, destarte, dos problemas que o preocupam. O desenvolvimento econômico é um fenômeno com uma nítida dimensão histórica. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhe são específicos, se bem que muitos deles sejam comuns a outras economias contemporâneas. O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas, singularizam cada fenômeno histórico do desenvolvimento. (FURTADO, 1963, p. 22)

Observe-se que a tentativa de aplicação da teoria do desenvolvimento formulada pelas escolas de economia clássica e neoclássica não se encaixa ao modelo brasileiro. Por conta disso, Furtado “foge” do método aplicado por estas correntes econômicas, ao interpretar a formação das estruturas econômicas brasileiras pelo método histórico-estrutural, brilhantemente trabalhado em sua obra a *Formação Econômica do Brasil*.

Bresser (2001) identifica Furtado como heterodoxo, no sentido em que ele é capaz de desenvolver novas teorias, a partir da sua identificação de fatos históricos novos que modificam um determinado quadro econômico existente. As ideias colocadas pela escola clássica e neoclássica de economia não são consideradas eficazes para a realidade latino-americana. Furtado inova ao utilizar o seu método histórico-estrutural, é considerado a vanguarda do estruturalismo latino-americano, ao optar pela heterodoxia e a independência do pensamento.

Para os economistas neoclássicos, o desenvolvimento econômico de um país está associado à industrialização. Em sentido contrário, para Furtado o modelo de subdesenvolvimento brasileiro apresenta obstáculos *suis generis* em sua estrutura econômica e social, o que convencionou chamar, nos anos 50, de crescimento desigual ou “dualismo estrutural”, nas palavras de Furtado.

3.1.2 O dualismo estrutural

Em 1958 é elaborado por Furtado (1960[1958]) um diagnóstico⁴¹ da situação da economia brasileira publicada pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Furtado. Nele o teórico constatou que apesar do abrupto crescimento da economia brasileira nos anos 1950, o crescimento econômico não alcançava, de forma igualitária, todas as unidades federativas brasileiras. Explica Furtado, que o chamado “desenvolvimento desigual” beneficiava unicamente a região brasileira mais industrializada (região Centro-Sul), enquanto que na região atrasada (região Nordeste) reafirmava a economia pautada no setor primário-exportador.

Na *Operação Nordeste*, Furtado chama a atenção para o crescimento desigual no Brasil, dada pelo crescimento da região Centro-Sul e a estagnação da região Nordeste.

⁴¹ Furtado em uma *Política de Desenvolvimento para o Nordeste* e na *Operação Nordeste*, aponta para o caso do crescimento econômico da região Centro-Sul em relação com a estagnação da região Nordeste.

Dessa forma, identificou duas dinâmicas contrárias na economia brasileira (FURTADO, 1959).

Na região Centro-Sul a economia era dinâmica, ou seja, a industrialização demandava a mão-de-obra mais qualificada, os índices de urbanização foram elevados, o que foi determinante para o Centro-Sul exercer o papel de pólo dominante⁴². Na região Nordeste, após o declínio do ciclo da cana-de-açúcar, a sua economia permaneceu estagnada e retrocedeu à economia tipicamente pré-capitalista (produção de subsistência da sua população). A economia nordestina estava atuando como complemento (produção e exportação de produtos primários) à demanda da economia do Centro-Sul. E, justamente por esta demanda, por produtos primários, da região Nordeste, que ela não conseguia alcançar a próxima etapa para o desenvolvimento econômico, a industrialização (FURTADO, 1959).

Nesse sentido Furtado (1960) entende que a economia brasileira crescia, mas de maneira desordenada e desequilibrada. Por conta disso, em *Perspectivas da Economia Brasileira*, o teórico observa que o baixo grau de integração das regiões brasileiras era um dos principais obstáculos para o desenvolvimento econômico. A ausência da integração nacional condicionou o aprofundamento do subdesenvolvimento na economia brasileira:

1. A baixa integração das regiões do Brasil é representada pelo baixo nível de articulação econômica da região Nordeste com a região Sul. Esta última está concentrada no comércio internacional e na evolução do seu setor industrial. Dessa forma, na região Sul a produtividade alcançou tal patamar, que era suficiente para gerar o seu próprio crescimento;
2. A baixa articulação entre as regiões brasileiras engendra forte propensão para agravar as tendências aos desequilíbrios internos e externos. Isso pode ser intensificado pela ausência de um planejamento que dê conta de orientar os investimentos de capital público ou privado no setor industrial e nos serviços básicos;
3. A falta de orientação para a produção agrícola no Brasil pode enveredar pela via dos desequilíbrios, entre a oferta e a demanda de alimentos. A inflação germina desta situação e tende a intensificar pela preferência de produtos primários (pouco

⁴² A respeito do conceito polo dominante, ver Cano (1977): Raízes da concentração industrial em São Paulo.

diversificados) pela demanda externa, de modo a conduzir o empresário capitalista a produzir conforme esta demanda.

Para Furtado (1959), o subdesenvolvimento é oriundo das atividades econômicas cíclicas, o que ajudou a reafirmar a estrutura econômica e social. Entende-se que o subdesenvolvimento além de ser autônomo, pode gerar desigualdades econômicas e sociais dentro do mesmo país, o que proporciona a estrutura dualista.

Nota-se ainda que, para Furtado existem duas formas de capitalismo dentro do Brasil. O crescimento econômico deflagrado na região Centro-Sul aparenta ser semelhante à dinâmica da economia nos países desenvolvidos. Justifica-se esta afirmação pela semelhança no padrão de acumulação de capital da região Centro-Sul com o dos países desenvolvidos – o da industrialização.

Porém, a dinâmica da economia na região Centro-Sul apresenta aspectos díspares da dinâmica econômica dos países desenvolvidos. Cabe lembrar, que na região Centro-Sul a produção é voltada para atender o mercado externo. Os lucros dos empresários são voltados para a importação de produtos de consumo e não existe a lógica do empresário inovador (tal como Schumpeter idealizou). Portanto, coube ao Estado o papel de financiador e promotor de inovação tecnológica, diante da ausência da classe empresarial.

Por outro lado, na região Nordeste, o padrão de acumulação de capital segue uma lógica inversa. Para o empresário capitalista no Nordeste, a produtividade segue para o mercado externo e o da região Centro-Sul. Os lucros auferidos pela elite do Nordeste são direcionados na compra (por importação) de bens suntuosos. Contudo, a lógica é inversa para o trabalhador, pois o valor da sua mão-de-obra atende ao nível de subsistência (valor do salário inferior ao da região Centro-Sul), ao qual restringe a possibilidade do trabalhador de formar poupança (FURTADO 1959).

Duas dinâmicas econômicas opostas perpetuaram em um mesmo território. Uma delas, representada pela dinâmica econômica da região Centro-Sul e a outra representada pela estagnação da região Nordeste. O modelo de subdesenvolvimento no Brasil é representado principalmente pelo fenômeno da estrutura dualista.

Dessa forma, a estrutura dualista originou-se do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas e formou as estruturas híbridas (misto de estruturas dinâmicas do capitalismo e estruturas pré-capitalistas).

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade. (FURTADO, 1963, p. 181)

A expansão das empresas capitalistas em direção às estruturas pré-capitalistas se sobrepôs à dinâmica do capitalismo moderno sobre uma estrutura arcaica, alternando-se entre a conservação de uma estrutura arcaica, em regiões predominantemente pré-capitalistas, com a dinâmica imposta pelo capitalismo moderno, concentrada em regiões industrializadas.

É identificado por Furtado (1963[1961]) que a base industrial no Brasil se estruturou em três setores diferentes: 1) atividades de subsistência com fluxo monetário reduzido, representadas pela economia de subsistência; 2) com a formação de pólos primário-exportadores, grande parte da renda auferida nesta atividade econômica concentra-se nas mãos dos empresários, o que pressupõe um crescimento com concentração de renda; 3) a produção de produtos manufaturados destinada ao mercado interno.

A base industrial formada no Brasil, pela expansão do capitalismo, determinou uma estrutura subdesenvolvida mais complexa do que a da simples existência de empresas estrangeiras no sistema pré-capitalista, o que determinou o crescimento econômico em regiões industrializadas, com a permanência da estagnação econômica em regiões atrasadas (FURTADO, 1963[1961]).

De acordo com Furtado (1967) a evolução das relações econômicas internacionais tem perpetuado e levado à deterioração dos termos de troca para outro nível. O qual está estabelecido pela procura dos países subdesenvolvidos por créditos externos, para financiar parte das suas importações. O sintoma desta ação representou profundo endividamento, de tal forma que os novos empréstimos contraídos pelos países subdesenvolvidos na segunda metade dos anos 1960, serviram para pagar os juros da dívida. Dessa forma, os países subdesenvolvidos viram-se reféns dos centros de decisão, perdendo a autonomia dos seus sistemas econômicos e subordinando-se aos projetos de expansão das empresas capitalistas.

3.1.3 Democracia e reformas políticas como subsídios para o desenvolvimento

A experiência de planejamento havia sido aplicada pelo governo federal⁴³, de modo mais incisivo nos anos 50, com o objetivo de levar adiante o projeto de industrialização no Brasil. O Brasil cresceu, embora à custa da concentração da riqueza na elite. A renda aumenta para esta classe (composta por empresários industriais, latifundiários, banqueiros), enquanto a classe trabalhadora permanece em situação de miséria, devido ao achatamento dos salários (colocados à nível de subsistência).

Assim, o desenvolvimento econômico não poderia ser alcançado simplesmente por intermédio da industrialização. Era preciso um planejamento para distribuir a renda concentrada em uma pequena parcela da população. Furtado (1962) critica a ação do Estado, considerada ineficiente por conta do aumento no desperdício da máquina pública do governo. Os desvios de verbas pelos grandes contratos de obras públicas contribuíram para o benefício da elite brasileira.

De acordo com a interpretação de Cepêda (1998) sobre o conceito de desenvolvimento econômico no pensamento de Furtado, existe a associação da industrialização à condição de democracia no país. Dessa forma, a democracia resplandece como condição *sino quo non* para o desenvolvimento da teoria furtadiana, de modo que as políticas ditatoriais são repudiadas, por suprimir a liberdade individual da população.

Na *Operação Nordeste*, Furtado (1959) alerta que não é possível implantar o processo de industrialização sem reformas de base aliadas às políticas projetadas pelo governo. E, na *A Pré Revolução Brasileira*, Furtado (1962) aponta que sem as reformas políticas não seria possível atingir as transformações de ordem estrutural.

O contexto mundial se mostrava sob uma intensa “guerra ideológica”, provocada pela Guerra Fria. A ameaça do avanço comunista sobre os países da América Latina se tornou uma grande preocupação para os Estados Unidos.

Nos anos 50, a União Soviética (URSS) mostrava o grande avanço obtido pelos resultados da sua industrialização. Apesar da URSS estar em um regime comunista e ter experimentado a planificação (conduzindo a sua industrialização) Furtado (1962)

⁴³ São experiências de projetos de planejamento a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em 1952; o surgimento do BNDE em 1953; a Comissão Mista BNDE-CEPAL, em 1954; o Plano de METAS, em 1955 e finalmente o surgimento da SUDENE, em 1959.

afirma que não é possível ter desenvolvimento sem liberdade do indivíduo. O autor considera inaceitável promover o desenvolvimento econômico pela via ditatorial, suprimindo a liberdade de cada indivíduo.

Nesse sentido, para evitar que a estrutura brasileira sucumbisse às rígidas ditaduras era preciso dar maior elasticidade a estas estruturas e colocar em prática modificações constitucionais que possibilitasse a realização da reforma agrária e a modificação da máquina administrativa estatal (FURTADO, 1962).

Nos países subdesenvolvidos a política do desenvolvimento deve ser de natureza qualitativa, o qual exige o conhecimento da dinâmica das estruturas (oposto da análise econômica tradicional). É preciso conscientizar a população em relação ao seu direito de exigir reivindicações, frente aos problemas estruturais nos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1962).

A política de desenvolvimento que se requer em um país subdesenvolvido é, principalmente, de natureza qualitativa: exige um conhecimento da dinâmica das estruturas que escapa à análise econômica convencional. A técnica corrente de projeções, base da política de desenvolvimento a longo prazo, que vem sendo adotada em vários países, ignora a maior parte dos obstáculos estruturais que são específicos do subdesenvolvimento. (FURTADO, 1962, p. 39)

A rápida industrialização no Brasil, nos anos 50, gerou desajustes estruturais no plano político, pela não adaptação do setor agrícola ao crescimento do setor industrial. A inflação proliferou-se por causa da tensão gerada pela agricultura brasileira diante da forte demanda por produtos agrícolas em relação à diminuta oferta (FURTADO, 1962).

As reformas de bases são imprescindíveis para dotar a agricultura e a indústria de melhores recursos, com o objetivo de aumentar a sua produtividade e organizar um instrumento fiscal, capaz de financiar os seus investimentos (FURTADO, 1962).

Em *Dialética do Desenvolvimento*, de 1964, a teoria furtadiana se enriquece e dá alguns passos adiante no aprofundamento de uma teoria do desenvolvimento. Com base no modelo analítico dinâmico Furtado enxerga o subdesenvolvimento como um problema de ordem estrutural social.

O modelo analítico dinâmico, composto pelo encontro da sociologia e da antropologia com a teoria econômica (formas de pensamento historicista), possibilita a Furtado questionar o modelo de equilíbrio, proposto pela teoria liberal. Para Furtado cada país possui estruturas, que lhe são específicas, de modo que para o método ser

utilizado de modo eficaz ele deve identificar as inter-relações dos múltiplos fatores que integram o sistema. Somente nestas condições um modelo pode ser dinâmico o bastante para dar subsídios para explicar o processo de desenvolvimento econômico.

No mais das vezes, o processo de desenvolvimento de um país é interpretado também por elementos exógenos. Em países desenvolvidos, a introdução da inovação tecnológica é capaz de modificar os parâmetros estruturais, o que produz dinamismo.

Consideremos o caso da invenção do tear mecânico. Sua introdução numa sociedade artesanal dá origem a uma série de reações, tanto na organização da produção como na distribuição do produto social. Estas últimas reações, por seu lado, podem repercutir no processo social de formação de poder, o que terá reflexos na distribuição da carga impositiva, na política de importações, etc., abrindo-se nova série de reações em cadeia no campo econômico. (FURTADO, 1964, p. 25)

Embora a introdução de inovações tecnológicas em países subdesenvolvidos, pareça, à primeira vista, uma alternativa para a saída do subdesenvolvimento, nestas sociedades a introdução de uma inovação tecnológica possui uma dinâmica própria. De um lado, há uma rápida absorção das inovações na cultura material (transformações no sistema de produção), porém, de outro lado, é vagarosa essa absorção na cultura não material (no sistema de valores sociais), o que resulta no que Furtado chama de *tensões psicossociais* (FURTADO, 1964).

Para Furtado existe o descompasso entre uma rápida absorção das inovações na cultura material e a vagarosa absorção na cultura não material por que a introdução da inovação tecnológica em economias subdesenvolvidas é absorvida “quase totalmente por empréstimo”, pois as estruturas sociais não se adaptam na mesma velocidade que a infraestrutura.

As conseqüências das tensões psicossociais nos países subdesenvolvidos são refletidas pela desorganização da economia artesanal (criando excedente de mão-de-obra) e pelo dualismo que é manifestado pela distribuição extremamente desigual da renda e pela demanda pouco vigorosa de bens finais) (FURTADO, 1964).

Um ponto importante colocado por Furtado, em *Dialética do Desenvolvimento*, é que para as sociedades recém integradas no capitalismo industrial o centro de decisão está nas mãos dos empresários capitalistas, enquanto que o fator de dinamismo nesta sociedade depende das massas trabalhadoras (seja em sua participação nas decisões políticas como pela sua participação no produto social) (FURTADO, 1964).

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico em países desenvolvidos é ditado pela inserção de novas técnicas de produtividade e conseqüentemente as transformações geradas pelas inovações tecnológicas dependem (para o seu sucesso) da organização das classes sociais (classe trabalhadora). Em países subdesenvolvidos a organização das classes sociais é dificultada pela dominação de uma minoria que está no poder, o que inibe a percepção das demais classes sociais. A industrialização neste grupo de países segue pela imitação do padrão dos países desenvolvidos e pela substituição de importações.

Em síntese, a estrutura social corresponde a uma economia dual, apresenta as linhas gerais seguintes: por cima está a classe dirigente, formada de vários grupos de interesses sob muito aspectos antagônicos e incapacitada para formular um projeto de desenvolvimento nacional, com um monopólio incontestado do poder; mais abaixo, temos uma grande massa de assalariados urbanos empregados no *terciário*, que é mais um estrato social do que uma classe pròpriamente dita; segue-se a classe dos trabalhadores industriais, que não chega a representar um décimo da população ativa do país, mas constitui o seu setor mais homogêneo; por último vem a massa camponesa, a cujas características já nos referimos. Em razão da ausência de autênticas lutas de classe, no sentido estrito que caracteriza a economia capitalista, o processo de formação de consciência de classe entre os trabalhadores tende a ser extremamente lento. (FURTADO, 1962, p. 82)

Eficamente Furtado antecipa, antes do Golpe de 1964, que a ausência do processo endógeno de conscientização de classe é considerada um terreno propício para a instalação de governos populistas. De acordo com Furtado (1964) é preciso que a população seja incluída nos centros de decisão de poder, pois a participação consciente da população, através do voto, concederia um desenvolvimento forjado sob uma base democrática pluralista.

3.1.4 Uma possível via para o desenvolvimento

Brevemente, vale ressaltar que o subdesenvolvimento na concepção de Furtado (1967) é apresentado sob duas formas: de modo inferior e o de modo superior. No caso do Brasil, o modelo de subdesenvolvimento é o superior, já que o processo de industrialização foi mais danoso para as estruturas sociais do que para as estruturas econômicas. O subdesenvolvimento no modelo brasileiro gerou uma forte dependência

dos países desenvolvidos. O “efeito de demonstração”, nos países subdesenvolvidos, exerceu-se por meio da substituição de importações, que vinculou a demanda da elite e da população brasileira ao padrão de consumo dos países desenvolvidos.

Desenvolvimento “periférico” passa a ser, portanto, a diversificação (e a ampliação) do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de alta produtividade e onde o desenvolvimento se apoiou, desde o início, no processo tecnológico. Mais precisamente: o principal fator causante da elevação de produtividade na economia periférica industrializada parece ser a diversificação dos padrões de consumo das minorias de altas rendas, sem que o processo tenha necessariamente repercussões nas condições de vida da grande maioria da população. (FURTADO, 2000, p. 257)

O movimento “quase automático” gerado pela imitação da elite, do padrão de consumo dos países desenvolvidos retarda ou até mesmo anula a difusão de progresso técnico na periferia. Esta relação estabelece uma relação de dependência cultural dos países subdesenvolvidos com os países desenvolvidos, o que intensifica a heterogeneidade estrutural na periferia (FURTADO, 2000).

A saída proposta por Furtado (2000), para os países subdesenvolvidos saírem da “gaiola de ferro” do círculo vicioso da pobreza é a industrialização em conjunto com uma ação coordenada pelo Estado. Esta ação deve priorizar a expansão equilibrada em todos os setores da industrialização, de modo que concilie a diversificação da procura global com a expansão da renda.

Nesse sentido, a doutrina do desenvolvimento equilibrado de acordo com a teoria furtadiana é adequada para a superação do dualismo estrutural e a eliminação do subdesenvolvimento. O desenvolvimento equilibrado dá subsídios para a formulação de um planejamento, condicionado pela técnica a serviço de uma política de modificação das estruturas econômicas (FURTADO, 1967).

A proposta de Furtado (1967) para remediar o processo inflacionário, gerado pelo desequilíbrio externo, em economias subdesenvolvidas é providenciar uma orientação para os investimentos se destinarem aos setores prioritários da economia, ao invés de reproduzir os investimentos em setores tradicionalmente estabelecidos.

Furtado (1967), a exemplo de Myrdal, aconselha que exista a integração regional para os países subdesenvolvidos. Aponta o autor que a integração regional é uma etapa superior à teoria do desenvolvimento.

Adverte o autor supracitado, que o processo de integração nos países subdesenvolvidos deve ser realizado pautado na planificação e na distribuição de renda. Caso contrário, a ausência dos mesmos pode coibir em desequilíbrios regionais. Lidar com problemas estruturais, em um sistema integrado, torna-se mais complexo implementar reformas políticas, do que em um sistema nacional, o que dificulta a superação do subdesenvolvimento. Finalmente, para Furtado a integração regional tem a capacidade de elevar o coeficiente de capital nos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1967).

3.2 Balanço da primeira fase do pensamento de Furtado

Na dissertação adotamos a orientação dada por Cepêda (1998) em relação a primeira fase⁴⁴ do pensamento de Furtado, dividida em dois diferentes movimentos: o primeiro se refere à origem da matriz da teoria do subdesenvolvimento, segundo o modelo de subdesenvolvimento encontrado no Brasil (diagnóstico); o segundo é a teoria do desenvolvimento, que aponta caminhos para o Brasil sair do estado de subdesenvolvimento.

Dessa forma, o primeiro momento do pensamento de Furtado tem como uma das suas principais características a crítica à teoria ortodoxa (clássica e neoclássica), em relação à questão do desenvolvimento econômico.

Em sua primeira obra *A economia brasileira*, Furtado (1954) direciona uma feroz crítica às limitações das teorias econômicas produzidas no centro capitalista, quando submetida à análise do modelo de subdesenvolvimento. Por conta disso, Furtado entende que é preciso articular uma teoria do subdesenvolvimento, que atenda às peculiaridades dos países periféricos capitalistas.

A dinâmica imposta pelo subdesenvolvimento na economia brasileira, durante o período colonial, é comparada por Furtado, em *A economia brasileira*, de modo que seja possível diferenciá-la da dinâmica na economia encontrada em outros países (os de economia comercial e industrial). A economia brasileira colonial é interpretada por

⁴⁴ Não é demais lembrar, que a primeira fase do pensamento de Furtado inicia-se em sua obra *A economia brasileira*, de 1954 até a sua obra *Dialética do Desenvolvimento*, de 1964. Por opção do autor na dissertação optou-se em estender a primeira fase do pensamento de Furtado até a obra *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, publicada em 1967, por se tratar de uma “obra-síntese” da primeira fase do seu pensamento.

Furtado como subdesenvolvida, ao qual obedece a reduzida acumulação de capital e é insignificante sua reinversão na infra-estrutura produtiva.

Furtado vai mais a fundo sobre a busca do entendimento das bases de formação da economia brasileira. Em *Formação econômica do Brasil*, o autor retrata quais foram os efeitos decorrentes da ascensão e declínio das atividades econômicas cíclicas no Brasil, ressaltando o processo de acumulação e a propagação do fluxo de renda para a economia e a sociedade (FURTADO, 2003[1959]).

Na primeira fase do pensamento de Furtado há em determinados momentos a aproximação com os conceitos utilizados nas teses de Rostow, Nurkse e Myrdal e os ressignificam de acordo com a sua aceitabilidade para o modelo de subdesenvolvimento brasileiro.

Por enquanto, relembremos que para Furtado o subdesenvolvimento é autônomo, pois não obedece as mesmas etapas de crescimento econômico seguidas pelos países desenvolvidos⁴⁵, e peculiar às estruturas de cada país, diferentemente do que havia sido preconizado pelos teóricos do centro capitalista, ao considerarem o subdesenvolvimento como uma etapa que necessariamente os países teriam que passar para alcançar o desenvolvimento (FURTADO, 1961).

Furtado (1961) discerne que o subdesenvolvimento no Brasil está imbricado em uma estrutura híbrida. As transformações exógenas (proporcionadas pela inserção de uma empresa capitalista) em uma economia pré-capitalista não modificam a estrutura da economia, mas reproduzem constantemente “o efeito de demonstração”.

O efeito de demonstração reproduz a formação concentrada de poupança (na elite), inibe a distribuição de renda para a população, o que repercute no atrofiamiento do mercado interno. O empresário opta por direcionar o seu capital (obtido pelos seus lucros) na importação de produtos, ao invés investir o seu capital em novos setores da economia (FURTADO, 1961).

Este ciclo é marcado pela dependência dos países subdesenvolvidos aos países industrializados. A industrialização harmonizada com a inovação tecnológica é aconselhada para os países subdesenvolvidos quebrarem esta dependência. Nesse sentido, Furtado começa a analisar o subdesenvolvimento por outro ângulo, destacando

⁴⁵ A tese de Rostow ilustra bem esta percepção, de que há um modelo único para o crescimento econômico dos países, independente das suas estruturas. Para melhor entendimento ver ROSTOW, W. “*Etapas do desenvolvimento econômico – um manifesto não comunista*”.

que a dependência tecnológica é o elo que mantém os países subdesenvolvidos conectados aos países desenvolvidos (FURTADO, 1961).

A feição do subdesenvolvimento brasileiro é marcada pelo baixo nível de articulação nacional e a sua estrutura é heterogênea. Perante este diagnóstico, é aconselhado por Furtado a formulação de um programa de planejamento e um programa de desenvolvimento regional específico para o Nordeste (FURTADO (1960[1958])).

A *Operação Nordeste*, coordenada por Furtado e com subsídio dos relatórios produzidos pelo Grupo de Trabalho ao Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e pela Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE), ficou conhecida como o programa que combateu e interveio no epicentro do subdesenvolvimento no Brasil, a região Nordeste.

A intervenção do governo na região Nordeste é no sentido de promover a industrialização em conjunto com reformas administrativas. Pois, somente com a retirada do poder dos governantes corruptos é possível pensar em desenvolvimento econômico, tendo em vista que, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) esteve envolvido em inúmeros casos de corrupção envolvendo verbas públicas do governo federal com os latifundiários da região Nordeste (FURTADO, 1959).

As desigualdades regionais, a concentração de renda, a intensificação da dependência com os países desenvolvidos, o esgotamento da substituição de importações são alguns fatores que predominaram no Brasil durante o período de crescimento econômico nos anos 50 (FURTADO, 1962).

O segundo momento do pensamento de Furtado compreende justamente o período em que houve maior crescimento econômico no Brasil, todavia, órfão de reformas políticas. No período, final dos anos 50 e início dos 60, o crescimento econômico está sendo forjada com forte concentração de renda, restrita para a elite. Sendo mais claro, conforme o Brasil cresce economicamente, mais latentes se tornam as desigualdades sociais e mais dependentes do capital estrangeiro.

Elaborado o diagnóstico do modelo de subdesenvolvimento brasileiro, nos anos 50, Furtado formula propostas que dêem conta de apontar caminhos para a saída do subdesenvolvimento, reunidas em sua teoria do desenvolvimento.

A aposta de Furtado (1962) é a ação coordenada do Estado em formular reformas de base com a democracia do sistema político. Segundo Furtado (1967), a

saída para o subdesenvolvimento deve ser dada pelas modificações estruturais e uma eficaz política de desenvolvimento, do tipo qualitativo. O desenvolvimento deve ser equilibrado, gerenciado pelo Estado e pelo planejamento.

A interpretação do subdesenvolvimento no Brasil por Furtado marca a transição da sua interpretação econômica, para a interpretação política. Cepêda (2001) considera que o Estado na concepção de Furtado é o organismo capaz de providenciar maior participação política dos indivíduos, como gerenciador da organização das relações sócio-econômicas na sociedade moderna.

A onda de transformações que as inovações tecnológicas tendem a provocar na sociedade se entrelaça ao papel do Estado, de modo que os conflitos sociais são evidências das transformações cumulativas observadas de dois modos: “*uma em relação ao passado, às estruturas vão caducando diante da marcha da história, e o outro permanente, atual, mantido pelas próprias características do capitalismo*” (CEPÊDA, 2001, p. 177).

É reconhecido por Furtado que o subdesenvolvimento é dado pela natureza da formação econômica e política do Brasil e que a industrialização não é capaz de eliminá-lo. As reformas políticas e a ação coordenada do Estado são colocadas como alternativa para minar o subdesenvolvimento. Contudo, Furtado reconhece que o subdesenvolvimento está arraigado ao padrão de consumo da população, uma vez que estabelece a imitação do padrão de consumo da população dos países centrais capitalistas.

Na dissertação é interrogado se realmente houve o diálogo de Furtado com as matrizes da teoria do subdesenvolvimento, produzidas no centro capitalista, por Rostow, Nurkse e Myrdal. Ou poderíamos indagar se a teoria do subdesenvolvimento originalmente não pertence à periferia, mais exclusivamente à CEPAL, do qual Furtado bebeu desta fonte e inclusive dedicou-se com grande afinco nos trabalhos produzidos ao lado de Raúl Prebisch e outros intelectuais cepalinos⁴⁶.

⁴⁶ De acordo com Bielschowsky (2000), nos anos 1950 a CEPAL sob a liderança de Prebisch estiveram importantes intelectuais latino-americanos como Celso Furtado, José Medina Echavarría, Regino Botti, Jorge Ahumada, Juan Noyola Vásquez, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel. Prebisch foi nomeado secretário executivo em 1950, da CEPAL cargo que ocupou até 1963. Prebisch foi um dos responsáveis pela criação da CEPAL, pois acreditava que era preciso criar um organismo capaz de compreender as estruturas da América Latina, contrapondo as análises para a região dos Estados Unidos e da Europa, cujo padrão de desenvolvimento é outro.

Observe que, para os autores dos países nórdicos se aproximam do grande tema da teoria do subdesenvolvimento, dada as suas contribuições no método de pesquisa (análise histórica-faseológica de Rostow; círculo vicioso da pobreza de Nurkse e causação circular acumulativa de Myrdal⁴⁷), de certo ponto de vista, considerados até inovador. No entanto, não conseguem romper com o abstratismo, para o qual Furtado chamou a atenção em suas obras.

Contudo, não deve ser depreciada a importância das teses sobre o atraso econômico formuladas por Rostow, Nurkse e Myrdal, em conjunto com outros teóricos⁴⁸, que contribuíram para a formação do pensamento de Furtado.

Colocadas as contribuições de Rostow, Nurkse e Myrdal, no segundo capítulo e neste capítulo a teoria do desenvolvimento de Furtado, é conveniente que seja colocado em prática a análise comparativa entre as teses do subdesenvolvimento do centro versus a teoria do desenvolvimento de Furtado, da periferia.

Desse modo, deste grande “balaio de idéias” que é a teoria do subdesenvolvimento se procurará apontar no próximo capítulo em que sentido Furtado discorda ou concorda (ressignificando) com os conceitos que estão presentes nas teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal. Lembramos que a resignificação dada por Furtado aprimora o seu repertório sobre a interpretação do subdesenvolvimento no Brasil, permitindo considerar o subdesenvolvimento *suis generis* neste caso.

⁴⁷ Obedece a outra dinâmica da averiguada por Rostow, nos *late come* (Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão), por Nurkse na Ásia e na África, e por Myrdal no leste Europeu, na Ásia e nos Estados Unidos.

⁴⁸ Poderíamos elencar uma grande gama de influências recebidas por Furtado, de teóricos como Perroux, Keynes, Mannheim, Hirschman e assim por diante. Não obstante, receoso de cometer alguma injustiça ao não citar todas as influências recebidas por Furtado e por fugir do foco proposto nesta dissertação, restrinjo a concentrar forças em elucidar os pontos de influências e discordância de Rostow, Nurkse e Myrdal em relação à primeira fase do pensamento furtadiano.

CAPÍTULO IV
COMPARAÇÃO DAS TESES DO SUBDESENVOLVIMENTO DO CENTRO
CAPITALISTA COM A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CELSO
FURTADO.

O capítulo quatro propõe realizar um balanço comparativo das teses de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Furtado⁴⁹. Anteriormente, procuramos no capítulo dois expor as idéias centrais que estão vinculadas ao conceito de subdesenvolvimento para Rostow, Nurkse e Myrdal. A minha hipótese é a de que estes teóricos, apesar de tratarem do grande tema do subdesenvolvimento, não formularam uma teoria autêntica, capaz de orientar os países subdesenvolvidos (mais especificamente os da América Latina) no combate às desigualdades econômicas e sociais. Contudo, deve-se reconhecer a grande ousadia destes teóricos, oriundos dos países desenvolvidos, em produzir uma tese em sentido contrário aos conceitos da escola neoclássica (da qual, inclusive, receberam forte influência em sua formação).

Do outro lado, está Furtado⁵⁰, que produziu uma teoria do subdesenvolvimento calcado nas especificidades da periferia capitalista. Assim, dizer que Furtado é um signatário das teses de Rostow, Nurkse e Myrdal pode ser considerado um grande equívoco. Justamente porque para este grupo de teóricos do centro, respeitando as particularidades de cada uma destas três teses, há momentos em que há proximidade com a realidade da periferia capitalista (América Latina) mesclado com um grande teor de abstracionismo.

Nota-se ainda que é possível compreender, com base na análise das obras de Rostow, Nurkse e Myrdal, que o subdesenvolvimento está associado a uma realidade oposta ao que é averiguado na América Latina.

A tese do subdesenvolvimento de Rostow foca no processo de crescimento econômico das grandes potências mundiais (Grã-Bretanha, França, Estados Unidos) e dos *late come* (Japão, Itália, Alemanha) e alguns países em processo de crescimento econômico, como a Rússia e a China. Por sua vez, Nurkse, ainda que tenha sustentado um diálogo com Prebisch e Furtado, produziu a sua tese com o olhar voltado para os países do leste europeu e os da África. Por fim, para Myrdal a questão do

⁴⁹ Ressalto que neste capítulo invoco algumas definições (explicitadas no segundo e terceiro capítulos), dado que o balanço comparativo requer apresentar definições de conceitos do subdesenvolvimento, para posteriormente analisar onde e quando há discordância ou ressignificação destes conceitos por Furtado nas teses de Rostow, Nurkse e Myrdal.

⁵⁰ Nos anos 50, além de Furtado, outros importantes teóricos contribuíram para disseminar seu ponto de vista sobre o subdesenvolvimento na América Latina, dentre eles eu cito os que fizeram parte da chamada primeira fase da CEPAL: Raúl Prebisch, José Medina Echavarría, Regino Botti, Jorge Ahumada, Juan Noyola Vásquez, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel. Para este mesmo período, no Brasil temos importantes teóricos que abordam esta temática: Roberto Simonsen, Ignácio Rangel, Caio Prado Junior.

subdesenvolvimento esteve fortemente envolvida pelas pesquisas sobre desigualdades regionais nos Estados Unidos, na Ásia e nos países destruídos pela Segunda Guerra Mundial (principalmente o leste europeu).

A comparação permite entender que Furtado não foi signatário das teses desta “tríade”, mas soube enriquecer o seu repertório com alguns dos conceitos trabalhados por este grupo de teóricos, de modo que soube adaptá-los para aplicar em sua interpretação do modelo de subdesenvolvimento na América Latina.

Chamo, finalmente, a atenção para o fato de que o presente capítulo está dividido em três partes, além desta apresentação. A primeira parte é feita a comparação da teoria do desenvolvimento de Furtado com a tese de Rostow. A seguir, na segunda parte está exposta a comparação da teoria de Furtado com a tese de Nurkse. E, finalmente na terceira parte, contém a comparação das idéias da teoria do desenvolvimento de Furtado e a tese de Myrdal.

4.1. A tese da decolagem realmente permite aos países subdesenvolvidos alcançar vôo?

Em sua auto bibliografia, Furtado afirma que, em uma visita aos centros de pesquisas dos Estados Unidos, encontrou-se com Rostow, em 1951. Durante este encontro com Rostow, Furtado aproveitou para conversar sobre a temática (o subdesenvolvimento) que ele estava trabalhando na CEPAL. No entanto, o interesse de Rostow era outro, preocupava-se em focar suas pesquisas na construção de um modelo para o processo de desenvolvimento econômico (FURTADO, 1985)

Durante este encontro, um fato curioso ocorreu. Rostow entregou para Furtado uma versão preliminar da sua obra *Process growth economic* (Processo do crescimento econômico), publicada em 1952. Assim, é tomada na dissertação como o primeiro contato de Furtado com Rostow a leitura desta obra supracitada, que forneceria grandes subsídios para a confecção posterior da obra *Etapas do desenvolvimento econômico*, de 1960 (FURTADO, 1985).

O balanço comparativo da tese de Rostow com a teoria do desenvolvimento de Furtado foi elaborada com enfoque nas seguintes variáveis:

1. Comparação do conceito de atraso econômico presente nas teses de Rostow com o conceito de subdesenvolvimento presente na teoria do desenvolvimento de Furtado;
2. O modelo proposto por Rostow para a saída da estagnação econômica é adequada para o modelo de subdesenvolvimento nos países periféricos?
3. E, em que medida é aceita ou rejeitada a tese do subdesenvolvimento de Rostow na teoria furtadiana.

Os pontos em que Furtado se aproximou da tese de Rostow foram poucos. Destaco que somente é plausível uma possível comparação do atraso econômico em Rostow quando associá-lo com o Brasil colônia, abordado por Furtado em *Economia Brasileira e Formação Econômica do Brasil*. Pois, para Rostow o atraso econômico está em uma sociedade feudal, desprovida do setor moderno (a indústria de transformação). Segundo a tese de Rostow não há atraso econômico em um país industrializado ou em processo de industrialização.

Por conta disso, se fosse possível fazer um paralelo da tese de Rostow, considerando a primeira etapa do crescimento econômico, da sociedade tradicional, com a Teoria de Furtado, ter-se-ia que recorrer ao Brasil colonial, lembrando que há enormes disparidades na estrutura do Brasil colonial em relação ao feudalismo⁵¹ que existiu na Europa, entendido por Rostow como sinônimo de antigo regime.

É importante frisar que ainda que o Brasil não tenha passado pela sociedade feudal, uma possível comparação da colônia brasileira com a sociedade feudal na Europa poderia se justificar pela estrutura rígida da sociedade, pela produção de produtos primários, pelo reduzido mercado interno e pela ausência de um setor de transformação, seja capaz de dar dinamismo para a economia.

Com base na obra de Furtado, *Economia Brasileira*, de 1954 e *Formação Econômica do Brasil*, de 1959, é possível tirar algumas conclusões em relação à comparação do entendimento de Rostow por atraso econômico e subdesenvolvimento para Furtado.

Primeiro, na sociedade tradicional descrita por Rostow há escassez de demanda agrícola e industrial. Para Furtado (1954), a escassez da demanda agrícola e industrial é

⁵¹ Ressalto que há uma profunda diferença na estrutura econômica, social e política da sociedade feudal, que engendrou-se na Europa em relação à colônia de exploração estabelecida no Brasil, sob a tutela da metrópole Portugal.

dada no mercado interno. O setor primário-exportador é dinâmico, pois ao atender a demanda externa aufer lucros que são direcionados para a importação de produtos, para o consumo das elites. Ou seja, o modelo do subdesenvolvimento no Brasil caracteriza-se por um setor que ainda carrega a estrutura pré-capitalista (o mercado interno), e outro setor que é dinâmico, do ponto de vista que se integra ao mercado internacional e usufrui das suas “vantagens competitivas”, ao satisfazer o desejo de consumo da elite.

Na tese de Rostow não há indícios do tipo de estrutura em uma sociedade como presente no pensamento furtadiano. Para Rostow, o processo do crescimento econômico deve necessariamente passar por cinco etapas (supracitadas). Em sentido oposto, Furtado não aceita esse modelo faseológico, pois o subdesenvolvimento concilia focos de pobreza e dinamismo em um mesmo território, o subdesenvolvimento é autônomo e não uma etapa a ser superada para alcançar o desenvolvimento econômico.

Com base nesta comparação acredita-se que Rostow não observou a diferença entre os tipos de subdesenvolvimento e o nivelamento da força do desenvolvimento. A tese de Rostow acredita em um modelo de crescimento “pronto e acabado”. Em sentido oposto, para Furtado existem pelo menos dois tipos de capitalismo em um país. O economista brasileiro fala da estrutura pré-capitalista, onde as formas de capitalismo moderno não chegaram e a estrutura capitalista moderna, onde está instalada o setor primário-exportador e a indústria. Dessa maneira, para Furtado é possível enquadrar o tipo da estrutura da economia brasileira, como um modelo híbrido.

Um possível ponto de aproximação da tese de Rostow com a teoria do desenvolvimento de Furtado é dado pela “brecha histórica”. De modo mais claro, a “decolagem” somente enquadra-se nas economias subdesenvolvidas quando há “brecha histórica”. Recordo como exemplo de “brecha histórica” em que o Brasil⁵² passou os efeitos da crise de 1930 e o Pós-Segunda Guerra Mundial.

Êsse tipo de indústria encontra, por uma série de razões óbvias, sérias dificuldades para instalar-se em uma economia de tipo colonial. A procura de bens de capital coincide, nas economias desse tipo, com a expansão das exportações, fator principal do aumento da renda. Por outro lado, as indústrias de bens de capital são aquelas com respeito às

⁵² A crise de 1929 para as economias centrais capitalistas representou redução da produção de produtos importados e o aumento dos seus preços. O mercado interno no Brasil foi privilegiado graças à indústria ociosa que estava instalada e pela política de substituição de importações.

quais, por motivos de tamanho do mercado, os países subdesenvolvidos apresentam maiores desvantagens relativas. Somando-se essas desvantagens relativas às facilidades de importação que prevalecem nas etapas em que aumenta a procura de bens de capital, tem-se um quadro do reduzido estímulo que existe para instalar as referidas indústrias nos países de economia subdesenvolvida. Ora, as condições que se criaram no Brasil nos anos trinta quebraram êsse círculo (FURTADO, 1954, p. 139).

Desse modo, procura-se apontar que a tese de decolagem de Rostow somente pode ser recomendada para uma economia subdesenvolvida, quando houver uma “brecha histórica”, como ocorreu no caso da economia brasileira. O Brasil soube aproveitar a brecha deixada pela redução da produtividade e elevado custo desta para as economias centrais capitalistas, ao utilizar a capacidade ociosa da indústria nacional e o potencial do seu mercado interno. Assim, a política de substituição de importações conciliou no momento oportuno a instalação de indústrias de bens de consumo não-duráveis e o seu promissor mercado interno.

Outra possível comparação da tese de Rostow na teoria do desenvolvimento de Furtado é em relação ao papel do comércio exterior em economias subdesenvolvidas. O impulso dado pela “decolagem”, em um setor estratégico desta economia, aumenta a produtividade que passa a ser destinado ao exterior, o retorno é à entrada de divisas na economia subdesenvolvida. Rostow destaca que houve casos em que os países realizaram a passagem das pré-condições para a decolagem por meio da importação de capitais estrangeiros, como os Estados Unidos, Rússia e Canadá.

Furtado, em *A economia brasileira*, expõe que a abertura de uma economia subdesenvolvida para o comércio exterior impulsiona a entrada de capital. Assim, a abertura de uma corrente de comércio externo permite à economia utilizar os seus recursos, como o fator terra, a mão-de-obra.

O impulso externo beneficia inicialmente os setores diretamente ligados ao comércio exterior, principalmente através do aumento das remunerações outras que não salários. Se é persistente o impulso, haverá estímulo para que aumente a produção através de inversão dos lucros adicionais recém-criados. Começa, então, a série de reações conhecida, pelas quais a acumulação de capital e as melhoras técnicas que aquela traz consigo, vão libertando trabalho e terra, por um lado, e, absorvendo-os, por outro, com aumento da produtividade média social (FURTADO, 1954, p. 198).

Observe-se que, é possível indicar que existe um diálogo da tese de Rostow para com a teoria do subdesenvolvimento de Furtado, o impulso externo na economia subdesenvolvida exerceria o canal por onde viria o fluxo de capital para implementar o processo de industrialização.

O método adotado por Rostow, o histórico faseológico, não considerou os desequilíbrios estruturais provocados em uma economia subdesenvolvida, durante o seu crescimento econômico. Entretanto, em *Perspectivas da Economia Brasileira*, Furtado aponta que o processo de industrialização no Brasil gerou desequilíbrios estruturais.

A incapacidade de certas economias, como a brasileira, de manter espontaneamente uma baixa ótima de crescimento se explica pelo fato de que o próprio crescimento de renda cria tãda uma série de desequilíbrios. A defeituosa orientação dos investimentos, características da etapa de desenvolvimento em que se encontra o Brasil, provoca permanente desgaste de recursos. Já nos referimos ao fato de que os investimentos inadequadamente orientados, criam excesso de capacidade em alguns setores e insuficiência em outros (FURTADO, 1960, p. 18).

Para Furtado (1960[1958]) o subdesenvolvimento não é um elemento estacionário da economia, pelo contrário, está em constante mutação, propenso a suscitar os desequilíbrios internos e externos em economias subdesenvolvidas. Em contrapartida, na tese de Rostow necessariamente uma economia estagnada é aquela “*que existia um teto no nível alcançável do volume de produção per capita*” (ROSTOW, 1961, p. 16). Assim, uma vez alcançada a industrialização, esta economia passa a ser classificada como desenvolvida.

Se em *Perspectivas da Economia Brasileira*, Furtado chamou a atenção aos desequilíbrios internos e externos proporcionados pelo subdesenvolvimento, focando na questão da baixa integração nacional, provocada pelo crescimento desequilibrado balizado pelo crescimento da região Sul e a estagnação do Nordeste. Na *Operação Nordeste*, de 1959, Furtado explica que este desequilíbrio interno da economia brasileira está gerando relações de dependência das regiões de economia tipo primário com o centro industrial⁵³.

⁵³ Novamente recorro como importante referência bibliográfica o relatório do GTDN *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*, de autoria de Furtado, mas que aparece como uma publicação conjunto do Grupo do GTDN, para uma explicação mais apurada sobre as relações de dependência da região Nordeste com a Centro-Sul.

Não podem coexistir, no mesmo país, um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão muito simples: as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração (FURTADO, 1959, p. 13).

Continua Furtado no parágrafo a seguir:

Êsse fenômeno de tão fácil observação, [...] a tendência das economias industriais, em razão da sua forma de crescer, a inibir o crescimento das economias primárias, êsse mesmo fenômeno está ocorrendo dentro do nosso País (FURTADO, 1959, p. 13).

O conceito de dualidade estrutural, trabalhado por Furtado em sua teoria, aponta que o processo de crescimento econômico no Brasil é dialético, pois, ao mesmo tempo em que projeta o crescimento no polo identificado como Centro-Sul, impulsionado pela industrialização, o outro polo, Nordeste permanece “preso” a uma economia primário-exportadora, concentrando a renda nas mãos da elite. O Nordeste está preso em uma correia de dependência com o Centro-Sul, configurado pelo comércio entre estas regiões, replicando quase que uma relação centro-periferia⁵⁴.

Dessa forma, a nossa intenção foi expor a amplitude do subdesenvolvimento no conceito de Furtado e de que forma este conceito vai se tornando mais complexo na teoria do subdesenvolvimento de Furtado.

Para Rostow (1961[1960]) a revolução industrial é o sinônimo de decolagem e geralmente está associada a algum produto chave⁵⁵. *O arranco é definido como uma revolução industrial, ligada diretamente a modificações radicais nos métodos de produção e exercendo efeitos decisivos num período de tempo relativamente curto* (ROSTOW, 1961, p. 84). Demonstra Rostow, no caso da Inglaterra produtora de

⁵⁴ Sobre este polêmico termo apresento a crítica tecida por Wilson Cano (1998) à concepção centro-periferia (da CEPAL) utilizada pelo diagnóstico do GTDN em trazer esta concepção para a questão regional. Para ele, a transferência de renda é possível somente se aplicada entre nações, o que possibilita a discriminação cambial. Para o caso inter-regional, a transferência nestes termos não ocorre, por se tratar do comércio no mercado interno entre unidades federativas e para este tipo Cano (2001) caracteriza de “imperialismo interno”.

⁵⁵ Na Primeira Revolução Industrial a principal inovação foi a indústria a vapor, na Segunda Revolução Industrial a indústria automobilista aparece como uma inovação e na Terceira Revolução Industrial, temos o reordenamento das organização empresarial (*just in time*) e a nanotecnologia.

tecidos, que o parque industrial que surgiu foi derivado da necessidade da produção em grande escala do produto. Outro caso expressivo é o surgimento da ferrovia, que proporcionou modernas indústrias carboníferas, siderúrgicas e de engenharia.

É possível afirmar que o capitalismo para Rostow é único, isto é, o processo é igual em sociedades que estão transitando da sociedade tradicional para a fase das condições, ou seja, a passagem da etapa do subdesenvolvimento para a fase de capital para investimento na industrialização é idêntica para todos os países.

Em Furtado (1967), são identificados pelo menos três diferentes direções para a expansão do capitalismo após a Primeira Revolução Industrial. Conforme salientado anteriormente, a terceira via de expansão do capitalismo para Furtado é a sobreposição da economia moderna na estrutura pré-capitalista.

Nesse sentido, é possível identificar mais um passo dado por Furtado em sua interpretação do modelo de subdesenvolvimento brasileiro. Enquanto que na tese de Rostow, a interpretação sobre o processo de desenvolvimento econômico está amarrada às experiências da Grã-Bretanha, na Primeira Revolução Industrial e na experiência dos Estados Unidos, precursores da Segunda Revolução Industrial.

A intervenção do Estado na economia é somente plausível em um contexto de crises econômicas do capitalismo ou de guerra, como foi o caso da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, Rostow aconselha que o Estado deve investir em um setor estratégico da economia, como o da inovação tecnológica. A tese de Rostow *é a de que o rápido crescimento de um ou mais novos setores industriais é um poderoso e essencial motor de transformação econômica* (ROSTOW, 1967, p. 280).

Para Rostow, a proposta para a saída do estado de estagnação econômica é o crescimento econômico setorial. Esta tese propõe que o investimento em setores estratégicos da economia dê o impulso necessário para que o crescimento econômico deslanche para outros setores desta economia. Segundo Rostow, esta situação é possível quando em uma economia *sua força se deriva da multiplicidade dos seus tipos de impacto, quando uma sociedade está preparada para responder positivamente a este impacto* (ROSTOW, 1967, p. 280).

Em sentido oposto à tese do crescimento setorial de Rostow, Furtado julga que o crescimento econômico deve ser realizado de forma integral na economia, considerando o crescimento equilibrado. Para Furtado a ação do Estado é considerada primordial e é a protagonista da intervenção na economia, na formação da poupança, na canalização dos

recursos financeiros e na orientação dos investimentos. A realização desses três fatores se realiza por meio de instrumentos fiscais e monetários, legitimados pelo grau de flexibilidade e efetividade.

A opinião de Furtado (1967) sobre o enfoque faseológico do desenvolvimento, apesar de elaborar um esforço interpretativo da história moderna com base em certos dados da análise econômica, torna o instrumento abstrato muito distante da realidade. Assim, a utilização destas análises para projeções a longo prazo é nula.

Às etapas de Rostow não se pode emprestar mais que um alcance descritivo, porquanto a sua base analítica é limitada. Pretende êle que êsse esquema faseológico “tem raízes num certo número de proposições dinâmicas sobre a oferta, a procura e a forma de produção”, isto é, “numa teoria dinâmica da produção”. Seria essa, entretanto, uma teoria demasiadamente simples que se limita a constatar que existe uma senda ótima para o desenvolvimento da produção, determinada pelo progresso técnico e as elasticidades da procura. Em torno dessa senda ideal, cada sociedade edificaria a história de seu próprio desenvolvimento. (FURTADO, 1967, p. 115)

Por conta disso, esta análise comparativa indica que Furtado não aceita a padronização estabelecida por Rostow, com base na necessidade de incentivar a criação de uma política de desenvolvimento autêntica às peculiaridades de cada região. O conceito de decolagem, aplicado por Rostow, em uma economia em condições de estagnação econômica é insuficiente na apreciação de Furtado para dar conta das amarras do subdesenvolvimento. A seguir Furtado coloca as prioridades que deve atender uma política para o desenvolvimento econômico.

A política de desenvolvimento que se requer em um país subdesenvolvido é, principalmente, de natureza qualitativa: exige um conhecimento da dinâmica das estruturas que escapa à análise econômica convencional. A técnica corrente de projeções, base da política de desenvolvimento a longo prazo, que vem sendo adotada em vários países, ignora a maior parte dos obstáculos estruturais que são específicos do subdesenvolvimento. (FURTADO, 1962, p. 39)

Nesse sentido, a análise comparativa nos permite afirmar que Rostow é um teórico que se aproxima do “grande tema” do subdesenvolvimento. Porém, sua tese está alijada do complexo tema que é o modelo de subdesenvolvimento periférico. A partir da teoria furtadiana é possível compreender que a história econômica e a formação política do Estado na América Latina obedeceram a uma dinâmica diferente da verificada nas

experiências em que foram aplicadas as cinco etapas para o crescimento econômico⁵⁶ de Rostow.

⁵⁶ Em *Etapas do Desenvolvimento Econômico*, Rostow registra que as principais experiências em que foram aplicadas as cinco etapas do desenvolvimento econômico foram Grã-Bretanha, França, Alemanha, Japão, Estados Unidos, Rússia.

Tabela Comparativa 5 – Celso Furtado e Walt Rostow

Variáveis comparadas	Walt Rostow	A teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado (1950-1967)
Conceito de subdesenvolvimento	Não há. Vincula a primeira etapa do crescimento econômico – a sociedade tradicional (feudal).	Discorda. Não é um elemento estacionário na economia, ele está em constante mutação, propenso sempre a suscitar os desequilíbrios internos e externos. E ainda o subdesenvolvimento pode ser classificado em três níveis de complexidade ⁵⁷ .
Crescimento econômico	A tese da decolagem: aumento da taxa de investimento produtivo; desenvolvimento de um ou mais setores manufaturados; a necessidade de instituições que absorvam as benfeitorias do crescimento econômico.	Discorda. É preciso formular uma teoria do subdesenvolvimento que atenda as peculiaridades dos países subdesenvolvidos.
Comércio exterior	Tem importante papel para o impulso da decolagem, por meio do capital proveniente do comércio exterior.	Discorda. Embora o impulso externo seja benéfico os setores diretamente ligados ao comércio exterior, ele por si só, não é capaz de gerar desenvolvimento.
Desenvolvimento econômico	Não há. A tese do crescimento econômico é amparada por um modelo único de crescimento, não considera a diferença que há nas estruturas dos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos	A política de desenvolvimento deve ser de natureza qualitativa: exige um conhecimento da dinâmica das estruturas que escapa à análise econômica convencional.
Método de pesquisa	Enfoque faseológico do desenvolvimento.	Histórico-estrutural
Presença do Estado na economia	Somente em um contexto de crises econômicas do capitalismo ou de guerra. O Estado deve investir em um setor estratégico da economia.	Protagonista na intervenção na economia.

Fonte: Baseado em ROSTOW (1961), FURTADO (1954), FURTADO (1958), FURTADO (1959), FURTADO (1961), FURTADO (1967).

⁵⁷ Subdivide em três diferentes níveis de complexidade: predominam as atividades de subsistência e é reduzido o fluxo monetário; as atividades diretamente ligadas ao comércio exterior; se prendem ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral.

4.2. Choque de idéias. A releitura do antigo debate teórico

O primeiro e principal encontro de Furtado com Nurkse foi em 1951, no Brasil. Nesta ocasião, Nurkse realizava suas conferências na Fundação Getúlio Vargas sobre o intercâmbio comercial entre países produtores de matérias-primas e países industrializados. Segundo relata Furtado em sua memória autobiográfica, *A fantasia organizada*, “foi quebrado a conversa de surdos”, ou seja, o subdesenvolvimento passa a ser o tema principal das conferências e pesquisas dos teóricos não só brasileiros, mas de fora do Brasil também.

Relembra Furtado (1985) que a importância destas conferências foi a quebra do silêncio que ecoava sobre a questão do subdesenvolvimento. De um lado estava Nurkse com um conjunto de idéias bem ordenadas, e do outro lado, Furtado que aproveitou a oportunidade para expor algumas idéias sobre a questão do subdesenvolvimento.

O debate tomou tal intensidade que foi publicada uma resposta às idéias de Nurkse, na *Revista Brasileira Econômica*, dezembro de 1952. O debate entre os economistas ficou mais acalorado com a tréplica de Nurkse aos comentários de Furtado, publicados na mesma revista, em 1953.

Na análise comparativa entre Furtado e Nurkse pretende-se seguir o mesmo roteiro do estabelecido nesta célebre discussão entre os teóricos. O principal ponto estabelecido nesta comparação é o conceito de subdesenvolvimento, dando ênfase nos seguintes pontos: formação de capital, círculo vicioso da pobreza, a entrada de investimentos estrangeiros em países subdesenvolvidos, pequenez do mercado interno, desemprego disfarçado e propostas para o subdesenvolvimento, estabelecida pela tese do crescimento equilibrado.

Com base nesta comparação pontuarei a proximidade de Furtado com as opiniões de Nurkse a respeito dos pontos destacados anteriormente e quais são os avanços dados por Furtado no debate do subdesenvolvimento.

A questão da formação de capital tem sido fundamental nas discussões sobre o problema do desenvolvimento em países economicamente atrasados, chamadas por Nurkse de “áreas subdesenvolvidas”.

A tese do subdesenvolvimento de Nurkse tem como premissa a dificuldade na formação de capital em países subdesenvolvidos. Na concepção do economista, os

países subdesenvolvidos estão envolvidos pelo “círculo vicioso da pobreza”. Os fatores que estão vinculados ao círculo vicioso da pobreza são apontados por Nurkse.

Implica ele numa constelação circular de forças, tendendo a agir e reagir uma sobre a outra de tal modo a conservar um país pobre em estado de pobreza. Não é difícil imaginar exemplos típicos destas constelações circulares: um homem pobre não tem o bastante para comer; sendo subalimentado, sua saúde é fraca; sendo fisicamente fraco, a sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é pobre, o que, por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer; e assim por diante. Tal situação, transporta para o plano mais largo de um país, pode ser resumida nesta proposição simplória: um país é pobre porque é pobre (NURKSE, 1957, p.8).

O círculo vicioso da pobreza pode tomar a proporção de envolver um país, o que torna o problema da formação de capital mais complexo. Considera Nurkse que a oferta de capital é determinada pela propensão a poupar. A procura de capital é ocasionada pelos incentivos para investir, assim o problema da formação de capital existe dos dois lados (oferta e procura) nos países pobres.

O autor coloca que do lado da oferta é pequena a capacidade para poupar, resultante da baixa renda. Por sua vez, do lado da procura é baixo o capital restringido ao reduzido poder de investimento, devido à baixa renda. O ponto em comum em ambos os círculos é a baixa renda que ocasiona baixa produtividade.

O problema do capital é gerado pela escassez de recursos naturais em um país, como também pela falta de equipamento de capital adequado, o que pode originar-se pelo pequeno estímulo para investir, como na pequena capacidade para poupar.

Se para Furtado o crescimento econômico em países desenvolvidos é considerado: “*O crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progresso na aplicação desses conhecimentos*”. Por outro lado, nos países subdesenvolvidos Furtado classifica o crescimento econômico como: “*O crescimento econômico de economias subdesenvolvidas é sobretudo um processo de assimilação da técnica prevalecente na época*” (FURTADO, 2010[1952], p. 336).

Nesse sentido, Furtado (2010[1952]) aprecia o problema de formação de capital em países atrasados economicamente, na mesma linha de raciocínio que Nurkse. O subdesenvolvimento é oriundo da utilização deficiente dos fatores de produção. Para Furtado essa deficiência não resulta da má utilização dos fatores, mas da escassez do

fator capital. De um lado, há desperdício de mão-de-obra, do outro, há insuficiência de capital. A saída do círculo vicioso proposta por Furtado é a ação dos fatores externos (investimentos estrangeiros).

Devo destacar, também, que a entrada de investimentos estrangeiros nos países subdesenvolvidos para Nurkse é considerada uma fonte para acumulação de capital e um método adequado para organizar o desenvolvimento econômico, seja na forma de serviços públicos ou de capital social. Contudo, pondera o autor que os países desenvolvidos têm utilizado os investimentos estrangeiros em países subdesenvolvidos para exercer o seu poder de dominação, explorando os recursos naturais a seu favor. Aliado ao caráter exploratório dos investimentos estrangeiros, a pequenez do mercado interno nos países subdesenvolvidos contribui para o atrofiamento da renda.

Nota-se ainda que outro fator levantado por Nurkse, que considera obstáculo para o desenvolvimento econômico, é a pequenez do mercado interno, que inibe a inversão de capital no mercado interno, em razão da sua limitada capacidade de absorção. Nurkse argumenta que o principal determinante para dimensionar o tamanho do mercado interno é o nível da sua produtividade. Exemplificando este caso, propõe que se o mercado interno é reduzido não há necessidade de produção em larga escala, descartando a necessidade de equipamentos e técnicas para acelerar a produção.

O incentivo econômico para instalar capital de equipamento visando à produção de certa mercadoria ou serviço, depende sempre em alguma medida da quantidade de trabalho a ser feita com êsse equipamento. O empresário individual deve naturalmente prever o volume do trabalho a ser feito, isto é, o tamanho do mercado para a sua mercadoria ou serviço, mais ou menos como êle o encara. Pode êle ter a esperança de desviar uma parte da demanda dos consumidores em seu próprio favor. Porém onde a renda real está perto do nível de subsistência, tal desvio tem pouco ou nenhum objetivo. O limitado tamanho do mercado interno de um país de baixa renda pode assim constituir obstáculo à aplicação de capital por qualquer empresa privada. Neste sentido, a pequenez do mercado interno é, geralmente, um obstáculo ao seu desenvolvimento. (NURKSE, 1957, p. 11)

Diante do trecho da obra de Nurkse supracitado, para Furtado o principal obstáculo para alavancar a industrialização em países subdesenvolvidos não é o mercado interno, conforme sugerido por Nurkse, mas a inexistência do comércio exterior em uma economia subdesenvolvida. O comércio exterior aumentaria a demanda pelos produtos (primário-exportador) produzidos no mercado interno e alavancaria a sua

produtividade na economia subdesenvolvida, o que gera aumento da sua renda e capital para investir no seu mercado interno. Em uma economia subdesenvolvida, para Furtado, o mercado externo funciona como uma alavanca para absorção de divisas, que posteriormente devem ser utilizadas para criar indústrias, respondendo a demanda do mercado interno.

Os investimentos externos, vindo dos países desenvolvidos, optam em direcionar-se para economias que estão inseridas no comércio internacional. Nos países subdesenvolvidos os investimentos externos são reduzidos, dada a sua baixa participação no comércio internacional e pela sua economia se basear, na maioria das vezes, em produtos de subsistência.

Seja como fôr, parece verdadeiro afirmar que, no todo, o investimento dos empresários estrangeiros em países subdesenvolvidos, isto é, o investimento “direto”, tem demonstrado preferências pelas atividades ligadas à exportação de matérias primas aos países adiantados e aversão às atividades ligadas ao suprimento dos mercados internos dos países devedores. Eis o que, afinal, nada mais é do que a constatação do fato (NURKSE, 1957, p. 30).

A explicação de Nurkse (1957) para esta tendência está associada à pobreza dos consumidores locais em países subdesenvolvidos e pelo abrupto volume de importação de matérias-primas dos países desenvolvidos no século XIX. A inflação é considerada por Nurkse conseqüência da reduzida demanda de suprimentos de subsistência (matérias-primas), gerada pelos desequilíbrios externos.

Correlacionado a esta questão, Nurkse coloca que a fraqueza do investimento privado no mercado interno dos países subdesenvolvidos pode afetar tanto o capital doméstico como o capital estrangeiro. A explicação para esta situação, segundo Nurkse, está relacionada ao “mau” uso da poupança doméstica. Por um lado, há a dificuldade em formar poupança doméstica pelo baixo nível de renda da população e, por outro lado, os lucros obtidos pela elite não são direcionados para a formação de poupança, mas no consumo de produtos importados, relevando o “efeito de demonstração”.

Assim sendo, se para Nurkse (1957) o investimento externo em países subdesenvolvidos é limitado pelo tamanho do seu mercado interno, é preciso fundar uma agência reguladora para qualificar e orientar estes investimentos.

Na teoria do subdesenvolvimento de Furtado, os investimentos estrangeiros são importantes na fase inicial do processo de industrialização, devido a sua capacidade de

injetar capital nas economias subdesenvolvidas, que padecem de baixo coeficiente de produtividade, da baixa renda *per capita* e de escassez de poupança.

O impulso externo beneficia inicialmente os setores diretamente ligados ao comércio exterior, principalmente pelo aumento das remunerações outras que não salários. Se é persistente o impulso, haverá estímulo para que aumente a produção a partir da inversão dos lucros adicionais recém-criados. Começa então a série de reações conhecidas pelas quais a acumulação de capital e as melhoras técnicas que traz consigo vão libertando trabalho e terra, por um lado, e absorvendo-os, por outro, com o aumento da produtividade média social (FURTADO, 2010[1952], p. 339).

O intercâmbio providenciado pelo comércio exterior nos países subdesenvolvidos possibilita no primeiro momento o aumento dos salários dos trabalhadores. Caso aumente a demanda por produtos deste grupo de países, estimulará o aumento da produção e parte dos lucros auferidos pelo empresário será reinvestido na melhoria das técnicas da sua indústria e na ampliação desta, que por sua vez estimulará a oferta por mão-de-obra, criando um círculo virtuoso. Contudo, Furtado alerta que a expansão do comércio exterior não é causa suficiente para o desenvolvimento, mas pode ser uma condição necessária para que o mesmo efetive-se.

No entanto, para Furtado (1954), os lucros provenientes do aumento da produtividade beneficiaram os empresários primordialmente, para depois elevar os salários dos trabalhadores. A demanda acompanha o comportamento dos empresários. Se houver concentração de renda nas mãos de poucos, não haverá modificações na estrutura. Assim, o aumento da produtividade pelo comércio exterior apenas providenciará lucros para poucos, que estarão propensos a seguir o padrão do consumo dos países desenvolvidos.

O subdesenvolvimento em Nurkse pode se manifestar em países superpovoados e com escassez de população. Nos países superpovoados, tais como no sudoeste da Europa e no sudeste da Ásia, é um fenômeno em que grande parte da população está inserida no trabalho agrário, pois o setor primário é preponderante na economia destes países e não há o setor de transformação (criaria oferta de mão-de-obra, para descongestionar o volume de mão-de-obra inserido no setor agrário). O desemprego disfarçado rural apresenta muitos aspectos diferentes ao desemprego industrial, o mais evidente é que não pode ser absorvido por meio da expansão monetária, se torna

ineficaz por causa da inelasticidade da produção agrícola. A poupança oculta se manifesta em países superpovoados, quando o número de trabalhadores supera a produtividade de capital e a produção permanece a mesma (com menor número de trabalhadores). No caso dos países com escassez de população, para Nurkse, o subdesenvolvimento é configurado pela reduzida população e pela especialização na agricultura, assim a escassez da formação de capital é produto da baixa produtividade de produtos agrícolas.

Para Furtado o subdesenvolvimento assume uma complexidade maior do que em Nurkse. Segundo Furtado, em economias subdesenvolvidas que possuem um núcleo industrial, o subdesenvolvimento passa a coexistir em três setores:

No primeiro, predominam as atividades de subsistência e é reduzido o fluxo monetário; no segundo estão as atividades diretamente ligadas ao comércio exterior; no terceiro, finalmente, as que se prendem ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral. Depara-se-nos, portanto, um tipo de estrutura econômica subdesenvolvida bem mais complexo que o da simples coexistência de empresas estrangeiras com remanescentes de um sistema pré-capitalista (FURTADO, 1963, p. 189).

Segundo Furtado (1963[1961]), em estruturas subdesenvolvidas mais complexas, que são caracterizadas pelo núcleo industrial conectado ao mercado interno, existe forte tendência para as reações cumulativas na economia subdesenvolvida. Neste tipo de economia o fator dinâmico é a procura externa, que é capaz de exercer o efeito multiplicador, ou seja, gera o crescimento da renda monetária. Nestas circunstâncias, os empresários podem reinvestir o lucro no setor industrial ou podem seguir o “efeito demonstração”, aumentando as importações de bens suntuosos, o que ocasiona a redução do efeito multiplicador interno.

Outra situação, em que pode existir a redução do efeito multiplicador, é dada pela diminuição da capacidade de importar e redução dos preços dos produtos exportados. Embora, com a redução das importações o núcleo industrial interno passe a atender a demanda interna, o lucro nestas indústrias é aparente, dado o aumento no valor dos equipamentos importados. Recomenda Furtado (1963[1961]): quando os lucros auferidos pelo setor industrial internos são elevados e há elevação do preço de produtos importados, este capital deve ser direcionado para atividades que dependam menos das importações, como a construção.

Para Furtado (1963[1961]), na etapa superior do subdesenvolvimento a produção de equipamentos industriais é diversificada e este setor passa a produzir parte dos equipamentos requisitados para a expansão da sua capacidade produtiva. Contudo, em economias subdesenvolvidas o fator dinâmico é indução externa e não as inovações tecnológicas, dado que (no caso do Brasil) a opção por políticas de substituição de importação não produz inovações, apenas acompanha o padrão de produção das economias desenvolvidas. Embora nesta situação exista a tendência de crescimento, isto é, o sistema produz bens de capital para a expansão da sua capacidade produtiva, o crescimento é operado sobre forte pressão inflacionária.

A tese do “crescimento equilibrado” é apontada por Furtado como a melhor alternativa para um país sair da condição de subdesenvolvimento. A exemplo de Nurkse, Furtado entende que não existe o desenvolvimento sem a absorção de técnicas modernas e a inserção desta técnica exige dos mercados dos países subdesenvolvidos dimensões compatíveis para a utilização das técnicas modernas de produção.

Além disso, Furtado compreende que um projeto industrial isolado não é capaz de determinar a sua procura. Assim um projeto industrial é inviável para países subdesenvolvidos. Nesse sentido, com a ausência de iniciativa, o mercado não poderá se desenvolver, caindo na cilada do “círculo vicioso da pobreza”. Para romper com esta situação é preciso um conjunto de projetos industriais que sejam complementares. Como os empresários não possuem condições de romper com a inércia inicial que oferecem as estruturas subdesenvolvidas, torna-se essencial a promoção por parte do Estado de políticas econômicas.

Na teoria de Furtado (1967), a tese do “crescimento equilibrado” propõe a ação embasada pelo projeto de industrialização, tendo em vista que, as exportações de produtos primários são fracas ou nulas nos países subdesenvolvidos, em todos os setores, de forma que possibilite um crescimento equilibrado para que satisfaça a procura global e seja diversificada com a expansão de renda.

Tabela Comparativa 6 – Celso Furtado e Ragnar Nurkse.

Variáveis comparadas	Ragnar Nurkse	A teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado (1950-1967)
Subdesenvolvimento	A dificuldade na formação de capital em países subdesenvolvidos, que estão envolvidos pelo “círculo vicioso da pobreza”. Pode se manifestar em países densamente povoados e com escassez de população.	Discorda. Subdivide em três diferentes níveis de complexidade: predominam as atividades de subsistência e é reduzido o fluxo monetário; as atividades diretamente ligadas ao comércio exterior; se prendem ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral.
Pequenez do mercado interno em países subdesenvolvidos	Inibe a inversão de capital no mercado interno, em razão da limitada capacidade de absorção do mercado.	Discorda. Há inexistência de um mercado externo em expansão nas economias subdesenvolvidas. Porém, se houver aumento da demanda do mercado externo provocará impulso e aumento na produtividade da economia subdesenvolvida, gerando aumento da sua renda e proporcionando capital para investir no seu mercado interno.
Comércio exterior	Reprime a política isolacionista, priorizando para tanto, a integração do país subdesenvolvido ao comércio internacional.	Concorda. A expansão do comércio exterior não é causa suficiente para o desenvolvimento, mas pode ser uma condição necessária para que o mesmo efetive-se. O aumento da produtividade pelo comércio exterior apenas providenciará lucros para poucos, que estarão propensos a seguir o padrão do consumo dos países desenvolvidos.
Método de pesquisa	Reúne a teoria do comércio e do desenvolvimento em sua abordagem.	Histórico-estruturalista
Desenvolvimento econômico	Crescimento equilibrado	Concorda.

Fonte: Baseado em NURKSE, (1957); FURTADO, (1954); FURTADO, (1963); FURTADO, (1967); FURTADO, (2010).

4.3. O subdesenvolvimento, enquanto questão política

Dentre os três autores dos países desenvolvidos, analisados nesta dissertação, foi Myrdal o primeiro teórico que Furtado teve contato. Furtado em sua autobiografia lembra que após a Segunda Guerra Mundial nutria grande vontade por retornar à Europa. O retorno de Furtado possibilitou entrar em contato com as técnicas de planificação, que estavam sendo implantadas na reconstrução da Europa. À frente desta empreendedora tarefa estava Myrdal, que ocupava o cargo de secretário executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas na Europa.

De acordo com *A fantasia organizada*, é possível afirmar que Furtado tenha entrado em contato com as técnicas de planificação na Europa, antes do seu ingresso na CEPAL. A comparação de Furtado com Myrdal compreende os seguintes tópicos: crítica à teoria liberal econômica; desigualdades regionais; integração regional; dependência dos países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos.

Logo de saída, coloco que Furtado (1967) reconhece como eficiente o avanço dado pela crítica de Myrdal ao modelo do equilíbrio estável da teoria econômica clássica.

Gunnar Myrdal nos lembra que “na suposição de equilíbrio estável aplicada à realidade social, o que está errado é a idéia mesma de que o processo social se realiza na direção de um equilíbrio”. Ora, a realidade parece mostra-nos exatamente o contrário: toda variável exógena provoca uma cadeia de reações cujo sentido, de maneira geral, se confunde com o da variável mesma. Se o movimento na direção da variável original vem a ser modificado, muito provavelmente houve interferência de outra variável exógena. Uma modificação numa variável, diz-nos Myrdal, “leva outras variáveis a se transformarem de tal maneira, que as modificações secundárias reforçam a modificação primária, e assim por diante”. Destarte, os processos sociais tendem a apresentar-se sob a forma de reações causais em cadeia, ou seja, cumulativamente (FURTADO, 1967, p. 92).

Para Myrdal (1965[1957]), em países subdesenvolvidos há uma tendência ditada pelo aumento populacional e pela desigualdade com os países desenvolvidos. Por conta disso, Myrdal salienta que a teoria internacional do comércio não é suficiente para explicar como as desigualdades econômicas internacionais se produzem e tendem a aumentar. “*A teoria do comércio internacional e, na verdade, a teoria econômica, em*

geral, jamais foram elaboradas para servir ao propósito de explicar a realidade do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico (MYRDAL, 1965[1957], p. 27).

A teoria do equilíbrio estável para Myrdal (1965[1957]) está embutida na teoria econômica clássica. Myrdal aponta para a necessidade de uma teoria, que dê conta de preencher as lacunas deixadas pela teoria clássica quando direcionada para estudo do subdesenvolvimento. Por conta disso, Myrdal embasa-se no conceito de círculo vicioso⁵⁸ da pobreza para expor o grau da pobreza e miséria nos países subdesenvolvidos.

A metodologia utilizada por Myrdal para efetuar o diagnóstico sobre uma região subdesenvolvida é a causação circular dos processos acumulativos, que propõe incluir nesta análise os fatores não econômicos e os econômicos. O processo acumulativo propõe que o “círculo vicioso da pobreza” que está inserido em países subdesenvolvidos reproduz os chamados “efeitos regressivos”. Porém, Myrdal alerta sobre a amplitude que o círculo vicioso pode atingir, caso um país esteja em crescimento econômico, proliferando os “efeitos progressivos” nesta economia.

Os “efeitos propulsores” de um impulso originado de um centro de expansão industrial e propagado a outras localidades e regiões, que operam por intermédio de demandas ampliadas para seus produtos e por muitos outros meios, vinculam-se ao processo social acumulativo pela causação circular, do mesmo modo que os “efeitos regressivos”, em oposição aos quais eles criaram mudanças compensatórias (MYRDAL, 1965, p. 59).

A atuação do Estado em conjunto com os “efeitos propulsores” é recomendada por Myrdal (1965[1957]) como alternativa para suprimir o subdesenvolvimento. O autor justifica que somente através de políticas econômicas preconizadas pelo Estado, o país subdesenvolvido pode ter condições de conciliar a democracia com o desenvolvimento econômico.

Furtado parte da mesma crítica feita por Myrdal à análise econômica moderna, que a considera ahistórica e respaldada pelo equilíbrio parcial e geral. Segundo Furtado (1967), este tipo de análise não consegue captar os elementos que condicionam o subdesenvolvimento. Os estudos de Myrdal, sobre o problema do negro nos Estados

⁵⁸ O círculo vicioso da pobreza foi utilizado por Nurkse em sua obra *Problema de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*, em 1953.

Unidos são notáveis, pois demonstram que é possível romper com o equilíbrio estável quando utilizar-se o modelo de causalção social dinâmica.

É acrescentado por Furtado (1964) que para um modelo dinâmico ser eficiente deve considerar o processo de desenvolvimento econômico, além da identificação das inter-relações dos múltiplos fatores que integram o sistema. A introdução em uma economia desenvolvida de uma inovação tecnológica tem caráter dinâmico na cultura material, já que põe em marcha o processo de reajustes sociais e produtivos. Em sentido contrário, o autor adverte que a introdução de uma inovação tecnológica em economias subdesenvolvidas gera um descompasso, balizado pela rápida absorção das inovações na cultura material (transformações no sistema de produção) e a vagarosa absorção na cultura não material (no sistema de valores sociais), o que proporciona as *tensões psicossociais*.

Para Furtado a introdução de uma inovação tecnológica em um país subdesenvolvido tem a capacidade de colocar em marcha uma mudança na cultura não material, repercutindo em importantes transformações na base social. O desenvolvimento econômico para Furtado é considerado:

Como um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas, preexistentes ou criadas pela própria mudança são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas (FURTADO, 1964, p. 27, grifo do autor).

As tensões psicossociais que ocorrem na passagem de uma economia pré-capitalista para a capitalista são despertadas pela imposição de uma cultura vinculada à moderna economia capitalista sobre os padrões culturais da economia pré-capitalista.

Salienta Furtado (1964), que a introdução de inovações tecnológicas em economias subdesenvolvidas obedece à absorção da tecnologia quase totalmente por empréstimo, pois as estruturas sociais não se adaptam concomitantemente com a infraestrutura. Essa desorganização refletirá no desmanche da economia artesanal, criando excedente de mão-de-obra. Conseqüentemente o dualismo aparece de um lado na distribuição extremamente desigual da renda e de outro numa demanda de bens finais pouco vigorosa.

Na tese de Myrdal (1965[1957]) há recusa pelas forças do mercado (*laissez-faire*), que tende a aumentar as desigualdades regionais em economias

subdesenvolvidas, o que ocasiona remuneração desigual entre as regiões, ora produzindo capital em determinadas economias, ora deixando outras em profunda estagnação econômica.

Se as forças do mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato, quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento, tendem a proporcionar remuneração bem maior do que a média e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação, e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado (MYRDAL, 1965, p. 51-52).

A intensificação do desenvolvimento desequilibrado em um país é consequência do volume de investimentos em uma região, que se justifica pelo alto dinamismo da atividade econômica praticada por esta região, sobrepujando outras regiões com menor. O resultado é o crescimento econômico da região mais dinâmica à custa de outras regiões com a economia predominantemente estagnada, resultando nas desigualdades regionais (MYRDAL, 1965[1957]).

A justificativa de Myrdal (1965[1957]) para que “os efeitos propulsores” nos países pobres não surtirem o efeito que representaram em países ricos é devido ao fraco esforço de integração nacional. Em economias subdesenvolvidas o mercado interno é fragmentado, formando “ilhas de dinamismo” que contrastam com áreas estagnadas ou de baixa renda. A integração nacional é aconselhada por Myrdal, pois é capaz de criar e transmitir sinergias (efeitos propulsores) das áreas dinâmicas para as estagnadas.

O “sistema de causação” providência dois tipos de influências, das forças do mercado e as medidas políticas. Combater os “efeitos regressivos” pelo fortalecimento dos “efeitos propulsores” condiciona a redução das desigualdades regionais, proporcionando uma base mais legítima para a democracia, embasada na igualdade. Não obstante, nos países pobres “os efeitos propulsores” são débeis, levando a desigualdade econômica conjuntamente com a deficiência da instauração da democracia, considerada a base do poder para as medidas políticas igualitárias (MYRDAL, 1965[1957]).

Foi dada demasiada atenção sobre a questão das desigualdades regionais por Furtado em suas obras. O modelo de subdesenvolvimento identificado no Brasil é capaz

de gerar desigualdades econômicas e sociais entre as regiões. Os desequilíbrios regionais são considerados como um dos principais fenômenos do subdesenvolvimento brasileiro e marcará como forte herança estrutural.

Conforme exposto anteriormente, Furtado coloca que a industrialização sem o auxílio de um forte planejamento estatal não consegue proporcionar o crescimento equilibrado da economia brasileira. O crescimento econômico da região Centro-Sul em detrimento do Nordeste corresponde a um crescimento desequilibrado.

À medida que esse centro maior, esse mercado mais importante no qual os outros começavam a se apoiar, se foi modificando internamente, com a industrialização, as relações de dependência se foram tornando patentes – transformaram-se progressivamente as antigas vinculações de economia de tipo primário, entre si, em relações de economia produtoras de matérias-primas com um centro industrial. (FURTADO, 1959, p. 13)

Conscientemente Furtado (1959), na *Operação Nordeste*, estabelece como medidas para contornar as desigualdades econômicas e sociais no Brasil a realização de reformas administrativas, seguidas pela reformulação da política para impedir que prossiga a tendência do desequilíbrio regional. O objetivo da recém inaugurada Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) é apostar em uma política de desenvolvimento para o Nordeste, concomitantemente com modificações na estrutura administrativa.

A proposta de Furtado (1959) para introduzir o processo de industrialização no Nordeste é implantar ramos/setores industriais que são mais propícios para a região, evitando uma competição *vis-a-vis* com a região Centro-Sul. Por conta disso, é relevante que existam condições para o desenvolvimento industrial, incorporando um grande aumento nos investimentos industriais.

Sendo assim, se por um lado, Myrdal aposta no desenvolvimento não-equilibrado, seguindo a sua tese dos “efeitos progressivos”, de outro, Furtado aposta no crescimento equilibrado da economia, para atacar o subdesenvolvimento no Brasil, que condiciona os desequilíbrios internos e externos e foi intensificado pela adoção de políticas substitutivas no Brasil, o que reforçou o aprofundamento do subdesenvolvimento.

A crise no setor exportador dos países subdesenvolvidos, que apostaram na especialização e exportação de produtos primários, despertou o setor industrial, que foi

impulsionado pelas políticas substitutivas. Os desequilíbrios gerados pela composição da procura e estrutura da oferta provocou concentração de investimentos em determinados setores e modificações na estrutura das importações. Em países subdesenvolvidos o desenvolvimento não-equilibrado foi considerado como um dos fenômenos do subdesenvolvimento, como o Brasil (FURTADO, 1959).

Para Furtado, então, em um país subdesenvolvido a estratégia de desenvolvimento deve visar modificar a sua estrutura. Para Furtado (1967), em países subdesenvolvidos existem quatro situações típicas:

a) Desenvolvimento provocado pela expansão de exportações de produtos primários; b) Estagnação a um baixo nível de desenvolvimento; c) Desenvolvimento apoiado no processo de substituição de importações; d) Estagnação a um nível médio de desenvolvimento (FURTADO, 1967, p. 216).

Furtado (1967) remedia para o caso B o crescimento equilibrado, enquanto que o desenvolvimento não-equilibrado está mais adequado para suprir as deficiências das situações A e C. É esclarecido por Furtado que o principal problema enfrentado pelos países subdesenvolvidos é a situação B, o que concilia o problema da estagnação e o esgotamento da substituição de importações. Por conta disso, acrescenta o autor que existe a necessidade de dotar as economias de centros dinâmicos próprios, além de capacitá-los para uma ação mais flexível nos mercados internacionais.

Para Myrdal (1965[1957]), a integração nacional é considerada uma possível saída à condição de subdesenvolvimento, rechaçando as desigualdades internacionais que têm resultado no desnivelamento entre as nações, ilustrado pelo baixo poder de barganha dos países periféricos. O atraso econômico, cultural nos países subdesenvolvidos, a dominação econômica estrangeira e o colonialismo político são conseqüências da frouxa relação entre os países subdesenvolvidos. Caso existisse forte relação entre este grupo de países haveria maior integração regional. Finalmente, para Myrdal, a política de integração regional, entre os países pobres, aumenta o poder de barganha com os países ricos.

O processo de integração de economias subdesenvolvidas para Furtado (1967) possuem várias etapas para se concretizar. A primeira é com relação aos países que sofrem da ausência do processo de industrialização e de mercados internos reduzidos.

Nesta situação, a integração tende a favorecer desigualmente os países, seguindo a tendência de concentração dos frutos do desenvolvimento em determinada região.

No segundo caso, Furtado (1967) coloca a integração de economias em graus distintos de industrialização. Caso um dos países detenha uma produção em escala, a integração beneficiará o país mais industrializado. Mesmo se o nível de industrialização for o mesmo entre os países a integração favorecerá o que localiza as suas atividades industriais em polos exportadores e possuem produção em larga escala.

O terceiro caso para Furtado (1967) é a utilização em países subdesenvolvidos da sua capacidade ociosa nas indústrias complementares, ou nas indústrias que competem com os produtos importados, os benefícios serão mais visíveis. Porém, se um país com o setor com capacidade ociosa compete com a indústria semi-artesanal do outro país, os benefícios se concentrarão no país que detém a infra-estrutura mais adequada e reduzirá a renda real do outro.

A teoria da integração, para Furtado (1967), é uma etapa superior e uma forma avançada da teoria do desenvolvimento. Portanto, o planejamento de integração surge como uma forma mais complexa de coordenação das decisões econômicas. Assim, tratando-se de economias subdesenvolvidas a integração não planejada gera os desequilíbrios regionais, o que leva à concentração de renda.

A integração de economias subdesenvolvidas comporta distintas situações. Assim, pode-se considerar o caso de países em que o processo de industrialização praticamente ainda não se iniciou e cujos mercados são de reduzidas dimensões. Como a integração deveria começar com a própria industrialização [...] é possível que as principais vantagens por ela proporcionadas estejam do lado da aglomeração [...] Deve-se ter em conta que esse tipo de integração apoiada principalmente nas vantagens da aglomeração tende a favorecer desigualmente os países que se integram, ou exige um planejamento amplo – incluindo política fiscal, de salários e preços – se se pretende evitar a tendência à concentração geográfica de renda (FURTADO, 1967, p. 252-253).

Levando-se em conta a adoção de políticas do tipo qualitativas será sempre mais difícil de ser aplicadas em um sistema multinacional integrado do que em uma economia nacional. A política integracionista não deve ser aplicada em países subdesenvolvidos precavidamente, pois pode tornar ainda mais difícil a superação do subdesenvolvimento (FURTADO, 1967).

Para Myrdal (1965[1957]), o processo de integração é benéfico para incentivar os “efeitos progressivos” nas economias subdesenvolvidas e aumentar o poder de barganha dos países subdesenvolvidos com os países desenvolvidos.

Por outro lado, Furtado classifica os tipos de integração em economias subdesenvolvidas e adverte sobre a precaução em estabelecer este tipo de política, pois é considerada como uma etapa superior para a teoria do desenvolvimento. Em outras palavras, Furtado estabelece que o processo de integração deve ser estabelecido quando as economias subdesenvolvidas estiverem alcançado o desenvolvimento econômico e estiverem equiparadas ao nível de desenvolvimento.

A relação de dependência, dos países subdesenvolvidos com os desenvolvidos, é outro ponto que é analisado na dissertação, na tese de Myrdal e na teoria do desenvolvimento de Furtado. Observe-se que, para Myrdal este tipo de dependência é dada pela expansão do mercado das potências da Europa, para as suas colônias. O autor considera que a colonização dos países periféricos capitalistas representou mais do que a expansão do mercado dos países europeus, já que gerou uma dependência das colônias em relação às metrópoles, repercutindo na transferência de idéias, cultura e principalmente das políticas de desenvolvimento econômico.

Na teoria do desenvolvimento de Furtado, o problema da dependência é tratado de forma mais complexa do que exposto por Myrdal. Em primeiro lugar, para Furtado a dependência dos países subdesenvolvidos com os países desenvolvidos está associada à divisão internacional do trabalho.

Seguindo por esta linha de raciocínio, as obras de Furtado, *A economia brasileira*, *Perspectivas da Economia Brasileira* e *Formação Econômica do Brasil*, o conceito de dependência dos países subdesenvolvidos com os desenvolvidos está associado a um primeiro momento à dependência de cunho econômica.

Por conta disso, Furtado (2003) associa que os fenômenos cíclicos são os principais responsáveis pela decadência das economias dependentes, em contraste com as industrializadas. As economias dependentes sempre estiveram refém dos desequilíbrios de balança de pagamentos e à inflação monetária. As crises cíclicas são ocasionadas pela brusca contração das inversões das economias industriais, que repercute na redução da procura global por produtos importados – matérias-primas.

Nas economias dependentes os efeitos da crise incidem sobre o encolhimento das exportações, culminando na redução da procura de importações, criando o desequilíbrio na balança de pagamentos.

Por outro lado, a queda dos preços das mercadorias importadas (produtos manufaturados) se faz mais lentamente e com menor intensidade que a dos produtos primários exportados, isto é, tem início uma piora na relação de preços de intercâmbio. A esses fatores vêm acumular-se os efeitos de rigidez do serviço dos capitais estrangeiros e a redução na entrada desses capitais (FURTADO, 2003, p. 229).

A análise dessa questão, segundo Furtado (1959) se torna mais chocante quando se subentende que a ciência econômica (teoria clássica econômica) não é capaz de captar a realidade econômica do seu próprio país.

Constituindo a economia brasileira uma dependência dos centros industriais, dificilmente se podia evitar a tendência a “interpretar”, por analogia com o que ocorria na Europa, os problemas econômicos do país. A ciência econômica européia penetrava através das escolas de direito e tendia a transformar-se em um “corpo de doutrina”, que se aceitava independentemente de qualquer tentativa de confronto com a realidade. Ali onde a realidade se distanciava do mundo ideal da doutrina, supunha-se que tinha início a patologia social. Dessa forma passava-se diretamente de uma interpretação idealista da realidade para a política, excluindo qualquer possibilidade de crítica da doutrina em confronto com a realidade (FURTADO, 2003, p. 229-230).

Nesse sentido, uma primeira concepção a respeito da dependência para Furtado é derivada da procura por matérias-primas do centro capitalista e pela necessidade de importação de produtos industriais da periferia capitalista, entendendo-se como uma dependência de cunho econômico. A falsa percepção da realidade social deflagrada por Furtado com relação aos homens públicos deve-se ao posicionamento ortodoxo de muitas instituições brasileiras, que não reconhece a necessidade de formular uma teoria original do subdesenvolvimento.

Em *Teoria e Política do Desenvolvimento econômico* o autor afirma que esta dependência assume um caráter cultural. Em outras palavras, Furtado expressa que no subdesenvolvimento a concentração dos lucros da minoria é direcionada para as importações de bens de consumo e não para o aperfeiçoamento dos equipamentos produtivos. Esse movimento, praticado pelo empresário capitalista nos países subdesenvolvidos, introjeta nesta sociedade uma dependência que é cultural, o padrão

de consumo da minoria nos países subdesenvolvidos é igual ao padrão exercido nos países desenvolvidos, ou seja, há uma importação do padrão de consumo dos países desenvolvidos.

As conseqüências para Furtado (2000[1967]) da dependência podem ser danosas para os países subdesenvolvidos. Apesar de o subdesenvolvimento ser enfrentado por medidas reformistas e pelo planejamento da industrialização, permanece ativo o “efeito de demonstração” no padrão de consumo da elite dos países subdesenvolvidos, exercendo o movimento contrário, ao que se poderia esperar que fosse, do investimento em aperfeiçoamento de equipamentos para aumentar a produtividade.

Tabela comparativa 7 – Celso Furtado e Gunnar Myrdal.

Variáveis comparadas	Gunnar Myrdal	A teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado (1950-1967)
Subdesenvolvimento	O processo acumulativo propõe que o “círculo vicioso da pobreza”, que está inserido em países subdesenvolvidos, reproduz os chamados “efeitos regressivos”.	Discorda. Subdivide-se em três diferentes níveis de complexidade: predominam as atividades de subsistência e é reduzido o fluxo monetário; as atividades são diretamente ligadas ao comércio exterior; se prendem ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral.
Relação de dependência dos países subdesenvolvidos com os países desenvolvidos	Dependência das colônias em relação às metrópoles, repercutindo na transferência de idéias, cultura e principalmente das políticas de desenvolvimento econômico.	Discorda. O conceito de dependência dos países subdesenvolvidos com os desenvolvidos está associado a um primeiro momento à dependência de cunho econômica. Posteriormente esta dependência assume um caráter cultural. O padrão de consumo da minoria nos países subdesenvolvidos é igual ao padrão exercido nos países desenvolvidos.
Atuação do Estado	Primordial. A ausência do Estado na economia poderia acarretar intensificação do desenvolvimento desequilibrado, resulta nas desigualdades regionais.	Concorda. Acentua que é preciso reformar administrativas, em conjunto com a ação do Estado em formular políticas econômicas.
Método de pesquisa	A causação circular dos processos acumulativos	Histórico-Estrutural
Desenvolvimento Econômico	Desenvolvimento setorial. Os “efeitos propulsores” em conjunto com a atuação do Estado, por meio de políticas econômicas. Conciliando a democracia com o desenvolvimento econômico.	Discorda. Propõe o crescimento equilibrado.
Políticas para a integração nacional	Firmada entre os países pobres aumenta o poder de barganha destes com os países ricos e a fortificação desta integração pode chegar a tal ponto, que passaria a ser interessante para os países ricos estabelecerem relações frutíferas com os países pobres.	Discorda. É a etapa superior da teoria do desenvolvimento, uma forma avançada de política de desenvolvimento. O planejamento de integração surge como uma forma mais complexa de coordenação das decisões econômicas. Para as economias subdesenvolvidas a integração não planejada tende a gerar os desequilíbrios regionais.

Fonte: Baseado em MYRDAL, (1965); FURTADO, (1954); FURTADO, (1964); FURTADO, (1967).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto deste trabalho consistiu em compreender em que medida houve o diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado. Em outras palavras, buscou-se compreender se a teoria do subdesenvolvimento deste grupo de teóricos, produzida no centro capitalista, concedeu subsídios para a teoria do desenvolvimento de Furtado e em que medida Furtado formula uma teoria do desenvolvimento para o modelo de subdesenvolvimento brasileiro.

Tal figuração foi construída considerando dois aspectos relevantes, a saber, primeiro, as teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal são relevantes para pensar a dinâmica dos países periféricos fora dos ditames da teoria liberal econômica. Embora o diagnóstico destes teóricos em alguns momentos se aproxime da realidade da periferia – América Latina resvala, pois não consegue desatar o nó do subdesenvolvimento na periferia. Em outras palavras, o modelo de subdesenvolvimento observado na América Latina é adverso do prescrito por estes teóricos, pois para estes o subdesenvolvimento é considerado uma etapa a ser superada para alcançar o desenvolvimento. O outro aspecto acatado está na teoria do desenvolvimento de Furtado, que foi capaz de em um primeiro momento elaborar um diagnóstico da realidade brasileira, considerando o subdesenvolvimento como fenômeno autônomo e capaz de gerar desigualdades econômicas e sociais dentro de um mesmo território. No segundo momento, Furtado compreende o subdesenvolvimento como um problema de ordem política, pois somente com reformas de base e democracia é possível adquirir o crescimento econômico com distribuição de renda.

Um primeiro ponto que buscou se analisar nas teses de Rostow, Nurkse e Myrdal e na teoria do desenvolvimento de Furtado foi o conceito de subdesenvolvimento. A tese do subdesenvolvimento de Rostow reconhece que existem países atrasados economicamente, inseridos na sociedade tradicional e o seu receituário para o crescimento econômico é o investimento em setores estratégicos da economia, através da decolagem. Nota-se que, na tese de Rostow o conceito de subdesenvolvimento significa sociedades em atraso econômico, ou seja, sociedades agrícolas.

Na tese de Nurkse o conceito de subdesenvolvimento é trabalhado com mais empenho, do que na tese de Rostow. Para Nurkse o subdesenvolvimento existe em dois tipos de sociedades agrárias: as superpovoadas e as subpovoadas. Apesar de Nurkse

colocar o subdesenvolvimento como associado ao problema de formação de capital em países atrasados e que o problema persiste pela pequenez do mercado interno, pela desigualdade no comércio internacional entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e principalmente pelo efeito de demonstração, que estão todos vinculados ao círculo vicioso da pobreza, e não consegue se dissociar o subdesenvolvimento de sociedades agrárias. Em outras palavras, para Nurkse o subdesenvolvimento é um fenômeno de sociedade agrárias.

A abordagem do subdesenvolvimento por Myrdal se aproxima mais do pensamento furtadiano, pois através do seu método “causação circular cumulativa” tem consciência de que o problema do subdesenvolvimento está associado à fraca integração regional, ao fraco poder de barganha no comércio internacional dos países pobres, a omissão do Estado como condutor do planejamento e à ausência da democracia.

Furtado analisa o subdesenvolvimento brasileiro conforme o processo de industrialização no Brasil caminha. Nos anos 50 o Brasil conseguiu emplacar políticas econômicas para o desenvolvimento, contudo à custa da concentração de renda. Para Furtado o capitalismo moderno ingressa no Brasil modernizando, por meio da industrialização, a região com melhor infra-estrutura, enquanto que a região atrasada economicamente permanece enclausurada sob uma forte rigidez da estrutura social, concentração de renda, estabelecida pela economia primário-exportadora. Assim sendo, Furtado aponta que é possível que o subdesenvolvimento persista em países que estão em processo de industrialização.

A comparação da tese de Rostow com a teoria do desenvolvimento de Furtado permite afirmar que um ponto em que Furtado adapta o conceito utilizado por Rostow é em relação à “brecha histórica” necessária para emplacar o impulso para a economia. Uma variável em que existe conflito de Furtado é o método utilizado por Rostow, histórico faseológico. Através deste método Rostow coloca as cinco etapas para um país superar o atraso, sendo necessária a passagem por estas cinco etapas, independente das estruturas do país. Para Furtado cada país possui características peculiares à sua formação econômica. Nesse sentido, para cada diagnóstico de um país subdesenvolvido deve ser recomendada uma política econômica conforme os seus gargalos estruturais. O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento econômico, mas resultante da entrada do capitalismo em sociedades pré-capitalistas e adaptação dos pólos primário-exportadores à dinâmica imposta pelo capitalismo moderno.

Dos três teóricos do subdesenvolvimento Rostow é o que apresenta maior disparidade com a teoria do desenvolvimento de Furtado e o teórico que está mais preso à influência da teoria liberal econômica, por apresentar um modelo para o crescimento econômico pronto e acabado.

O repertório de Nurkse é mais completo para diagnosticar o subdesenvolvimento. A comparação da tese de Nurkse com a teoria do desenvolvimento de Furtado apresenta pontos em comum. Nurkse aposta como saída para o subdesenvolvimento no crescimento equilibrado e no planejamento do Estado. A teoria do desenvolvimento de Furtado está embasada no crescimento equilibrado. Outro ponto de proximidade entre Furtado e Nurkse é em relação ao efeito demonstração, que representa um dos principais obstáculos para sair do estado de subdesenvolvimento. Furtado acredita que o efeito demonstração exerce um forte poder de dominação na periferia capitalista, do centro capitalista, ao influenciar o padrão de consumo da população dos países subdesenvolvidos conforme o padrão de consumo dos países desenvolvidos.

Finalmente, a comparação da tese de Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Furtado coloca a democracia como determinante para o desenvolvimento econômico, anteriormente nenhum economista havia saído do campo da economia pura para analisar o subdesenvolvimento, como um problema político.

Os pontos de proximidade entre a tese de Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Furtado são representados pela defesa da atuação do Estado, como mentor do planejamento econômico e a adesão a um governo democrático. Myrdal aponta ser relevante a necessidade de uma teoria para a integração regional, a fim de fortalecer as relações comerciais dos países subdesenvolvidos. Do outro lado, Furtado adverte ser necessário antes de aplicar uma teoria para a integração regional que cada país tenha alcançado o desenvolvimento econômico, caso contrário, implicaria numa situação de difícil resolução para o subdesenvolvimento.

As desigualdades econômicas, entre as regiões de um mesmo país, são abordadas por Myrdal e Furtado. Para o economista sueco, a baixa integração regional e a inserção subalterna dos países subdesenvolvidos no comércio internacional geram desigualdades regionais. Furtado coloca o problema das desigualdades regionais como proveniente da estrutura dualista brasileira. O trato do tema é mais apuradamente trabalhado por Furtado, ao constatar que conforme a economia brasileira está crescendo,

ao mesmo tempo gera desigualdades regionais, entre a região Nordeste que está pautada no setor primário-exportador, enquanto que na região Centro-Sul está sendo implementada a industrialização.

Enfim, a teoria do desenvolvimento de Furtado aponta o subdesenvolvimento no Brasil como um processo que sofre constante metamorfose. Em outras palavras, nos primeiros trabalhos de Furtado o subdesenvolvimento foi identificado como um problema de ordem econômica. Contudo, conforme o processo de industrialização é colocado em prática, o subdesenvolvimento apresenta-se mais complexo na economia brasileira.

Na ótica de Furtado, o subdesenvolvimento passa da esfera econômica para as estruturas sociais da sociedade brasileira, o que é atestada após a sua experiência como membro da Cepal, na coordenação da Comissão Mista BNDE-CEPAL e como o primeiro superintendente da SUDENE. A “teoria do desenvolvimento” de Celso Furtado permite dar o passo decisivo para encontrar a raiz do subdesenvolvimento. Assim, considerando a primeira fase do pensamento furtadiano, é possível detectar dois momentos decisivos:

1. Recepção e diálogo das teses do Subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal por Furtado, respondidas pelo diagnóstico das condições econômicas brasileiras;
2. Amadurecimento do pensamento de Furtado, e avanço com relação às teses de Rostow, Myrdal e Nurkse, rebatidas pela formulação da “teoria do desenvolvimento”. O epicentro da problemática do subdesenvolvimento obedece à lógica da inserção do capitalismo na dinâmica peculiar da sociedade brasileira, respondida pela formulação da “teoria do desenvolvimento”

O surgimento da SUDENE, em 1959, é o passo decisivo para enfrentar vis-a-vis o problema da miséria e pobreza e do crescimento desequilibrado, verificado entre as regiões do Brasil. Nesse sentido, a empreitada da SUDENE é a ação governamental cirúrgica que atacou o problema diretamente na sua raiz.

A importância em retomar as bases do pensamento furtadiano dos anos 50 se mostra atual. Nas palavras de Francisco de Oliveira (2003[B]), o Brasil atualmente (pós redemocratização) está imerso em gargalos do subdesenvolvimento, como o exemplo de um menino vendendo balas no semáforo. Esta ilustração não representa o subdesenvolvimento dos anos 50 no Brasil, mas o fato de que o Brasil passou pelo

processo de industrialização e de modernização e transformou-se em uma “aberração do capitalismo”.

Ainda está por vir uma política econômica que intervenha no problema da distribuição de renda, na equidade social, na educação, na saúde, na infra-estrutura e na integração regional no Brasil. De modo que seja conduzida uma política para o desenvolvimento econômico encerrando as desigualdades regionais no Brasil, alvo de substanciais pesquisas desde os anos 50. Ou seja, necessitamos de uma política furtadiana para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. Introdução. In: _____. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

BAER, W. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1968.

BASTOS, C. P. e BRITTO, G. Introdução. In: Agarwala, A. N.; Singh, S. P. (Org). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

BIELSCHOWSKY, R. Celso Furtado e o Pensamento Econômico Latino-americano. In: PEREIRA, L. C. B. (Org). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

_____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. 4ª. Ed.. Campinas, SP: UNICAMP, IE, (Coleção 30 Anos de Economia – UNICAMP, 2), 1998.

_____. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

_____. Celso Furtado: brasileiro, servidor público e economista. IN: *Economia Política Internacional: análise estratégica*, nº 3, dez. 2004, p. 3-18.

_____. América Latina: notas sobre a crise atual. IN: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 603-621, dez. 2009.

CÊPEDA, V. A. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. 1998. 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

_____. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil – limites e impasses*. 2004. 352f. Tese (Doutorado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

_____. O Pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: PEREIRA, L. C. B. (Org). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. O lugar da democracia no processo de modernização – as matrizes da teoria furtadiana do desenvolvimento In: *O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Banco do Nordeste, 2009.

FURTADO, Celso. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

_____. *Análise e projeções do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: BNDE, 1957.

_____. *A operação nordeste*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

_____. *Perspectiva da Economia Brasileira* (1958). 2ª Ed. Rio de Janeiro: DASP, 1960.

_____. *A Pré Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo da Cultura, 1962.

_____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961). 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura. 1963.

_____. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo da Cultura. 1964.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1967. (Biblioteca Universitária, Série 2, Ciências Sociais, v. 24).

_____. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque Interdisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1981.

_____. *A fantasia organizada* (memórias). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *A fantasia desfeita* (memórias). São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. *Obra Autobiográfica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Os ares do mundo* (memórias). São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Formação Econômica do Brasil* (1959). 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007(A).

_____. *Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico*. In: *Memórias do Desenvolvimento*, Ano 1, n. 1, jun. (2007). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007(B).

_____. *Economia do Desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008. (Arquivos Celso Furtado, v. 2).

GALBRAITH, J. K. *1929, o colapso da bolsa*. São Paulo: Pioneira, 1988.

GRUPO DE TRABALHO DESENVOLVIMENTO NORDESTE. *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. In: VERSIANI, F. R.; BARROS, J. R. M. *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 1978.

HIRSCHMAN, A. *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora Fundo da Cultura, 1960.

HOBBSBAWM, E. *Era dos Extremos – o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

KEYNES, J. M. O fim do “laissez-faire”. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *John Maynard Keynes*. São Paulo. Editora Ática. 1978.

KUZNETS, S. S. *Teoria do crescimento econômico moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. Notas sobre el Despegue. In: ROSTOW, W. *La economía del despegue hacia el crecimiento auto sostenido*. Madrid: Alianza, 1967.

LIMA, M. C. Desenvolvimento e globalização na periferia: o elo perdido. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 32, p. 15-46, jul./dez. 2007.

LOVE, J. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. Furtado e o Estruturalismo. In: PEREIRA, L. C. B. (Org). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001.

MALLORQUIN, C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MYRDAL, K. G. *An american dilemma: the negro problem and modern democracy* (Gunnar Myrdal com a assistência de Richard Sterner, Arnold Rose). New York: Harper & Brothers, 1944.

_____. *O estado do futuro: o planejamento econômico nos estados de bem-estar e suas implicações internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

_____. *Teoria Econômica E Regiões Subdesenvolvidas* (1957). Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.

_____. *Desafio a riqueza* (1963). São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *Perspectivas de uma economia internacional* (1956). Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.

_____. *Aspectos políticos da teoria econômica* (1932). São Paulo: Abril Cultural, 1997.

NURKSE, R. *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos* (1952). Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1957.

_____. *Comercio internacional y desarrollo económico*. Imprenta Buenos Aires: Amorrortu, 1968.

_____. Notas sobre o trabalho do Sr. Furtado relativo a “Formação de capitais e desenvolvimento econômico”. In: *Memórias do Desenvolvimento*, Ano 1, n. 1, jun. (2007). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de (org). *Celso Furtado: economia*. São Paulo: Atica, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; v.33).

_____. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003(A).

_____. *Crítica à Razão Dualista o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003(B).

PEREIRA, L. C. B. Subdesenvolvimento e Desenvolvimento. In: _____. (Org). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. Método e Paixão em Celso Furtado. In: _____. (Org). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001.

PERROUX, F. O conceito de Pólos de Crescimento (1955). In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia Regional – textos escolhidos*. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977.

PREBISCH, R. *A dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

RODRIGUEZ, O. *A teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1981.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Notas da teoria do Big Push (1961). In: ELLIS, Howard e WALLICH, Henry. *Desenvolvimento Econômico na América Latina*. Fundo da Cultura, 1964.

_____. Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste. In: Agarwala; Singh (Org). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico – um manifesto não-comunista* (1960). Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1961.

_____. *El proceso del crecimiento económico* (1952). Madrid: Alianza, 1967(a).

_____. *La economía del despegue hacia el crecimiento autosostenido*. (1956). Madrid: Alianza, 1967(b).

_____. *Origens da economia moderna: (como tudo começou)* (1975). São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. A decolagem para o crescimento autossustentado (1956). In: Agarwala; Singh (Org). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

SANDRONI, P (org). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SIMONSEN, R. *As Crises no Brasil*. São Paulo: Editora Limitada. 1930.

VERSIANI, F. R.; BARROS, J. R. M. *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 1978.

VILLELA, A.; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. 3. ed Edição. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 2001.

VON DOELLINGER, C. *A controvérsia do Planejamento na economia Brasileira – coletânea da polêmica Simonsen versus Gudin*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

ZAMORA, F. Subdesenvolvimento e política global de desenvolvimento. In: PEREIRA, L. C. B. (Org). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.